



Guia Tô no Rumo

JOVENS E ESCOLHA PROFISSIONAL

SUBSÍDIOS PARA EDUCADORAS E EDUCADORES

 ação
educativa

2ª EDIÇÃO
REVISADA

Guia **Tô no Rumor**

J O V E N S E E S C O L H A P R O F I S S I O N A L

SUBSÍDIOS PARA EDUCADORAS E EDUCADORES

PROJETO TÔ NO RUMO

Equipe do Projeto:

Cláudia Bandeira
Denise Oliveira
Letícia Teruel
Gabriel Di Pierro
Vanessa Cândida
Wellington Cruz

Textos da primeira edição:

Raquel Souza
Wilson Almeida

Textos da segunda edição:

Júlia Daher
Catherine Sarah
Isaac Nascimento
Letícia Teruel
Vanessa Cândida
Gabriel Di Pierro
Wellington Cruz

Leitura Crítica:

Cláudia Bandeira
Maria Virgínia de Freitas
Ednéia Gonçalves

Revisão de texto:

Marcel Rei Coronato

Projeto Gráfico

SM&A Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia tô no rumo : jovens e escolha profissional :
subsídios para educadores. – 2. ed. –
São Paulo : Ação Educativa, 2023.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-6050-002-0

1. Carreira profissional - Planejamento
2. Escolha profissional 3. Habilidades 4. Mercado
de trabalho 5. Orientação profissional 6. Vocação.

23-168921

CDD-371.425

Índices para catálogo sistemático:

1. Escolha profissional : Guias : Educação 371.425
Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Rua General Jardim, 660
01223-010 | São Paulo | SP
www.acaoeducativa.org

Sumário

Apresentação	5
Experiências de educadoras e estudantes com a metodologia	7
Texto 1 - Educadora Letícia Teruel	9
Texto 2 - Educadora Vanessa Cândida	11
Texto 3 - Estudante Catherine Sarah	14
Texto 4 - Estudante Isaac Nascimento	17
Textos de Apoio	21
Texto 1 - Jovens e Escolha Profissional	23
Texto 2 - Desigualdades nas trajetórias de Jovens	30
Texto 3 - Acesso ao Ensino Superior	42
Texto 4 - A Juventude e o Mundo do Trabalho	52
Atividades	65
1 - Entrevista “Bate-Bola”	69
2 - Questionário de valores	71
3 - Desafios das/os jovens trabalhadoras/es	73
4 - Linha do Tempo das profissões	75
5 - Trabalho Invisível: Quem faz o trabalho doméstico?	76
6 - Mulheres de ontem e hoje	79
7 - Meninas e mulheres negras nas ciências	82
8 - Trabalhando com rótulos	89
9 - Um primeiro contato com a diversidade de profissões (Baralho)	91
10 - Mímica das profissões	96
11 - Caminhos de formação pós educação básica	97
12 - Baralho de perfis e caminhos de formação profissional	99
13 - Produzir um guia de profissões	107
14 - O desemprego em debate	110
15 - Um currículo construído de modo desigual	112
16 - Uberização do trabalho: jovens e informalidade	117
17- O que é ser empreendedora/or?	118
18 - Rede social da quebrada (mapa dos afetos)	121
19 - O que está por trás da foto?	123
20 - Mudando a cena (Teatro do Oprimido)	126
21 - Youtuber é profissão?	128
22 - Mercado de trabalho: a cultura como mercadoria	130
23 - Um bom trabalho	131
24 - Recados e retratos	136
25 - Chegadas e partidas - como me sinto após esses encontros de formação?	137
Dicas e fontes de informação	139



PHILLIP
RES
EST

E

sta é a segunda edição do Guia Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional!

Trata-se de uma versão reformulada e ampliada que atualiza a proposta de trabalho com base na metodologia Tô no Rumo, incorporando acúmulos que foram produzidos ao longo dos últimos anos, fruto da contribuição de educadoras, educadores e jovens estudantes do ensino médio público. Ela se constitui em uma ferramenta para a construção de diálogos e reflexões sobre escolha, formação e inserção profissional das juventudes em espaços educativos escolares e não escolares. A partir do seu uso, buscamos contribuir para que estudantes da rede pública, principalmente as juventudes negras, periféricas e de identidades não hegemônicas, tenham acesso a uma educação de qualidade, podendo encontrar condições mais favoráveis para trilhar seu futuro e acessar um trabalho digno.

O Tô no Rumo nasce da mobilização de jovens que, em 2008, ajudaram a construir a pesquisa, “Que ensino médio queremos?”, quando se identificou uma série de demandas das/os estudantes da rede pública para essa etapa da educação básica. Entre as diferentes questões levantadas estava o desejo de que o espaço escolar possibilitasse o acesso às informações e reflexões a respeito da continuidade dos estudos após a conclusão do ensino médio e o início de sua vida profissional. Com base nisso, a Ação Educativa, com apoio da *Terre des Hommes* Alemanha, vem desenvolvendo atividades, materiais e conteúdos que dão suporte ao trabalho educativo, além de ofertar formação a educadoras e educadores. A metodologia vem sendo experimentada em escolas públicas há mais de dez anos, permitindo que, a partir do diálogo com comunidades escolares e jovens, ela tenha sido constantemente atualizada e adaptada.


Quando foi construído o projeto, ele respondia a um momento particular do país, um contexto que permitiu a ampliação da oferta de políticas públicas e ganhos significativos no acesso ao estudo e trabalho pelas juventudes, especialmente negras, periféricas e dos segmentos de mais baixa renda. Para jovens estudantes, as possibilidades de concluir a educação básica, acessar o ensino superior ou obter um trabalho formal se ampliaram, ainda que muitos desafios estivessem colocados. Esse cenário, contudo, foi se alterando: alguns anos depois a conjuntura política e econômica brasileira mudou, com a intensificação de medidas de austeridade e, conseqüentemente, foram realizados cortes significativos nas políticas sociais, com retração de direitos conquistados, impactando a juventude. A pandemia de Covid-19 e as reformas educacionais que afetaram o ensino médio abriram novas questões e desafios. Estes são movimentos que impactam a metodologia, uma vez que se faz necessário dialogar com as juventudes sobre as transformações e disputas que estão colocadas, bem como os impactos em suas trajetórias de vida. Além disso, nessa nova versão foram destacadas agendas que antes eram pouco abordadas, como: a do Trabalho Doméstico (remunerado e não remunerado); e do trabalho no campo da Cultura.

A metodologia Tô no Rumo é viva, fruto de um intenso trabalho coletivo, em permanente diálogo com a prática educativa e a realidade social. A atual edição apresenta as contribuições de atrizes e atores que viveram o projeto, incorporando textos que trazem vivências e experiências de jovens estudantes que participaram das oficinas do Tô no Rumo, assim como depoimentos de educadoras que aplicaram a metodologia. Elas/es nos convidam a refletir sobre as práticas pedagógicas e seus impactos nas trajetórias e projetos das juventudes.

Embora construído a partir da experiência em escolas públicas, entendemos que os ciclos de oficinas podem ser aplicados aos mais diversos espaços que atuem com a juventude, seja em contextos formais ou informais de educação. Ele também não é um material engessado, mas uma proposta flexível que pode e deve ser contextualizada, adaptada e trabalhada a partir dos referenciais e possibilidades de cada educadora e educador, sempre considerando as especificidades e demandas do grupo de jovens ao qual se dirige, suas experiências e territórios.

O Tô no Rumo é desenvolvido de forma coletiva. Agora, convidamos você a integrar esta construção, apropriando-se dos materiais, apresentando a proposta para as/os suas/seus colegas e estudantes, e explorando as possibilidades que o Tô no Rumo tem a oferecer. Esperamos que esta metodologia continue sendo um recurso valioso para educadoras e jovens, estimulando diálogos e ampliando horizontes, de modo a contribuir com a construção de novas e potentes trajetórias juvenis.

Boa leitura!



Experiências de uso da metodologia



Nelson Mandela

POVOS IV

POVOS V

POVOS VI

Álgebra I

Álgebra II

Álgebra III

QUÍMICA

Diário de Classe

Manual do Professor

DICCIONÁRIO

1

2

Texto 1 | Educadora Letícia Teruel

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

Olá, educadoras e educadores. Sou professora de História da rede pública estadual em uma escola de ensino regular noturno em São Bernardo do Campo. Gosto de trabalhar com as 3^{as} séries e venho compartilhar os motivos pelos quais abracei o projeto *Tô no Rumo*, em 2018, e um pouco dessas vivências.

Tive a oportunidade de desenvolver várias atividades propostas pelo Guia e percebi, nesses momentos, um espaço para dialogar com as/os estudantes sobre caminhos e canais de informação que podem aumentar as possibilidades de pensar a vida profissional e a continuidade dos estudos de maneira crítica e assertiva. A ideia é ampliar o repertório de opções para as/os jovens.

Para mim se abriu mais uma possibilidade de atuação enquanto educadora. Além de trabalhar sempre a perspectiva de uma educação em Direitos Humanos, agora eu começava a pensar e a estudar mais o mundo do trabalho e as juventudes, temas bastante negligenciados em nossa formação. Logo percebi como esses assuntos apareciam de maneira tímida nos materiais oficiais, ficando à mercê da iniciativa individual das/os educadoras/es.

Foi a primeira vez que trabalhei com um projeto nessa área e conhecer os materiais cuidadosamente preparados para a/o professora/or e para as/os jovens me deixou animada. Depois de estudá-los, iniciei o projeto. A criação de vínculos e a demonstração de compromisso, preocupação e cuidado com as/os estudantes, também estavam no meu horizonte; e o mais legal é que elas/ eles percebem e reconhecem esse esforço. Aquilo era urgente, potente e transversal. Era muito do que as/os jovens precisavam.

Pensando em formas de articular a proposta do *Inova Educação*¹ com o *Tô no Rumo*, acredito que este cumpre um papel importante ao preencher uma lacuna no currículo do Ensino Médio. A escola, em geral, tem questionado as/os estudantes sobre seu projeto de vida, mas fala pouco sobre o mundo do trabalho e a continuidade dos estudos, de modo a fornecer subsídios objetivos e subjetivos para tal elaboração. É aí que entra o *Tô no Rumo*, sobre o qual percebo uma boa receptividade por parte das/os estudantes. Trata-se de um momento de formação, mas também de descontração. A gente dialoga sobre temas sérios, mas a metodologia ajuda na construção de um ambiente leve e participativo.

Em 2022, estou lecionando o *Projeto de Vida* para a 2^a série do Ensino Médio. Além do fato das aulas serem 100% online, e, com isso, ter uma baixa adesão por parte das/os estudantes, preocupa-me a

¹ O Programa *Inova Educação* é um projeto de reforma curricular elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, implantado nas escolas estaduais em 2019. O Programa propõe a inclusão de três novas disciplinas no currículo: Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação; além de dar ênfase no desenvolvimento de “competências socioemocionais” das/os estudantes e de prepará-las/os para as demandas do mercado de trabalho.

abordagem dada a partir dos materiais como o *Caderno do Aluno*, por exemplo. Existe um foco, quase que absoluto, nas competências socioemocionais. São temas e situações abstratas. Não se fala diretamente sobre vestibulares, possibilidades para a continuidade dos estudos, mundo do trabalho e os desafios que irão enfrentar após o Ensino Médio. Há sempre uma sobreposição do indivíduo em relação ao coletivo. Uma responsabilização exclusiva do “sucesso” ou do “fracasso” sobre a/o jovem. Já recebi reclamações sobre as aulas do *Projeto de Vida*. A alegação é que são chatas e só perguntam: “Qual é o seu sonho?”

Entendo que o *Tô no Rumo* seja uma metodologia que complementa e traz uma perspectiva crítica para esses temas, uma vez que trabalha com as subjetividades, mas também traz a realidade objetiva por meio de informações, estatísticas e discussões importantes e atuais.

No entanto, os desafios não são poucos. Costumo utilizar minhas aulas de História para realizar as atividades do projeto e procuro ir alternando com o conteúdo ao longo do ano, ou, em alguns casos, apliquei apenas no 2º semestre — o que não recomendo por conta do calendário escolar apertado. Procuro otimizar o tempo desenvolvendo as atividades com um grupão, muitas vezes tendo que contornar o momento de conversas que deveriam ocorrer em grupos menores. Já tentei realizar algumas atividades aos sábados, mas a adesão foi baixa. O espaço utilizado é o da sala de aula e outros, como: a sala de vídeo ou o teatro de arena da escola. Busco propiciar algo que saia um pouco da rotina escolar.

A depender da disciplina que estamos lecionando, fica mais ou menos viável aplicar o *Tô no Rumo*. Tendo em vista as várias questões suscitadas pelo material do projeto, encaixá-las no tempo da escola é sempre um desafio. Há momentos em que gostaríamos de dialogar mais com as/os jovens sobre falas machistas, abordagens vazias sobre meritocracia que aparecem em nossas conversas, o que nem sempre é possível. Além disso, uma sugestão é que se faça um intensivão no início do ano (2ªs séries e/ou 3ªs séries) para sensibilizar as/os jovens acerca do que significam: ENEM; PROUNI; SISU; FIES; cotas; tipos de cursos possíveis; mapeamento das universidades da região; políticas de permanência nas universidades públicas; cursinhos populares; entre outros temas.

Outro ponto desafiador é a falta de autonomia das/os professoras/es. Nos tornamos cumpridoras/es de currículo, aplicadoras/es de apostilas e de avaliações internas e externas. Sem esquecer o preenchimento de planilhas. Diante disso, embora possa existir um grande interesse de muitas/os educadoras/es e equipes gestoras pelo projeto, a burocracia massacrante atua como agente desanimador, que engessa e desmotiva. Aí entra a importância do apoio da equipe gestora e das/os colegas professoras/es, tanto para permitir a realização do projeto dentro das escolas como para trabalhar conjuntamente na aplicação das atividades, permitindo um percurso mais rápido e compartilhado entre as/os colegas e as áreas de conhecimento, derrubando, inclusive, o paradigma de que questões relacionadas ao mundo do trabalho e universidades precisam “cair no colo” da área de Ciências Humanas.

Para finalizar, trago algumas falas marcantes ditas pelas/os estudantes durante a realização das atividades. Na atividade, “O que está por trás da foto?”, quando questionadas/os sobre os estereótipos

que envolvem profissões ligadas à área da Cultura, surgiram respostas como: “A sociedade acha que a arte é inútil. Só são úteis as profissões que são técnicas.” Discutimos por quê, em geral, há dificuldade de entender que o trabalho pode ser algo que dá prazer e satisfação. Fomos criados para ver essa dimensão da vida como mera obrigação e sujeição, sem ter direito a reclamar, mas sim agradecer por não estar desempregada/o.

Outro momento que sempre suscita debates acalorados é quando o “Questionário de Valores” desafia as/os jovens a dizerem se concordam ou não concordam com a afirmação de que existem profissões mais adequadas para homens e profissões mais adequadas para mulheres. É uma excelente oportunidade para quebrarmos antigos paradigmas sobre mulheres serem frágeis e delicadas, por exemplo. Quando falamos sobre empreendedorismo sem romantizar essa atividade, foi interessante a seguinte passagem:

- “Qual é a imagem que você faz de um empreendedor?”
- “Alguém de terno, óculos escuros e relógio grande.”

A partir daí, distribuí o material dessa atividade contendo imagens de quituteiras, entregadoras/es por aplicativo, vendedoras/es de cosméticos e outros, para discutir como o empreendedorismo pode se tornar uma saída que permita maior autonomia e criatividade; ou, por outro lado, pode se tornar mais uma forma de trabalho precário. Muitas ideias pré-concebidas foram se modificando e se complexificando ao longo das nossas conversas. Esse movimento é o que esperamos despertar com o projeto.

Está aqui um pouquinho da minha caminhada, com erros e acertos, mas sempre constante. As/Os jovens da escola pública têm o direito de estudar e de acessar, em igualdade de oportunidades, os bancos das Universidades Públicas e postos de trabalho que permitam desfrutar uma vida digna. Elas/es precisam de projetos como o *Tô no Rumo*.

Texto 2 | Educadora Vanessa Cândida

O que nós educadoras/es, estudantes e comunidade escolar construímos no nosso cotidiano em escolas públicas de nossos territórios? Que estudantes são essas/es com as/os quais interagimos e trocamos todos os dias em sala de aula? Quais seus contextos, identidades, dificuldades, sonhos e expectativas?

Início este relato sobre a minha experiência com a aplicação da metodologia Tô no Rumo com essas questões, já que entendo que somos provocadas/os a pensar sobre elas tanto na nossa atuação enquanto educadoras/es quanto no âmbito do projeto. Considerar a discussão coletiva junto aos estudantes de Ensino Médio a respeito do mundo do trabalho, das possibilidades de continuidade de estudos e das perspectivas de futuro, passa por desenvolver essas indagações e a perspectiva a partir da qual realizamos as oficinas.

Eu me chamo Vanessa Cândida, sou professora de Sociologia no Ensino Médio, jovem e moradora do distrito do Grajaú — extremo sul da cidade de São Paulo —, região na qual também leciono, e já há algum

tempo tenho sido provocada pela metodologia *Tô no Rumo* a pensar como trabalhar essas temáticas relacionadas à juventude e ao trabalho na sala de aula.

Nos últimos anos, essa discussão tem chegado ao espaço da escola por diversos meios: mobilizada pelas/os próprias/os estudantes, que diante da necessidade de geração de renda têm estado à procura de trabalho; pela mediação de educadoras/es preocupadas/os em dar apoio na ampliação de perspectivas de futuro de suas/seus estudantes; e através da chegada de “novas” disciplinas que tratam de temas como “Projeto de Vida” e “Mercado de Trabalho”.

No contexto de boa parte das escolas públicas do estado de São Paulo nos quais o projeto “*Inova Educação*” chegou, bem como o “Novo Ensino Médio” (a nível nacional) com sua proposta de itinerários formativos, vemos que essas disciplinas e temáticas chegaram às/aos educadoras/es e estudantes de forma bastante desorganizada e sem oferta de uma formação sólida e de qualidade que nos inserisse nas discussões dessas agendas. São políticas educacionais impostas de cima para baixo, as quais nós, professoras/es e estudantes, não participamos da construção. Da mesma forma, praticamente não vimos investimentos nas estruturas das escolas que possibilitassem um ambiente mais adequado para desenvolver essas formações.

Com frequência, nos vimos responsáveis por essas disciplinas e sem a oportunidade de nos apropriarmos de temáticas como “mundo do trabalho”, assim como o que seria esse tal “projeto de vida”. Por falta de outras referências sobre o tema, partimos muitas vezes de perspectivas permeadas por um discurso de caráter meritocrático que defende: a) que “quem se esforça consegue”, como se devêssemos ignorar o contexto social e político no qual nós vivemos e que afeta o acesso às oportunidades; e b) que o empreendedorismo é a principal forma de “trabalho do futuro”, sem fazer essa discussão de maneira crítica e mais aprofundada.

Por aqui, no Jd. Varginha (Grajaú) e em outras periferias, é bastante comum o trabalho informal e por conta própria, o que está muito ligado ao nosso passado escravocrata e à falta histórica de garantia de direitos, principalmente para a população negra. Pessoas que são entendidas enquanto “empreendedoras”, inclusive jovens, muitas vezes desejam esse tipo de trabalho por ele carregar uma proposta de “autonomia” financeira e flexibilidade de horário, mas frequentemente essas promessas não se efetivam na prática. Outra parte realiza esse tipo de trabalho por falta de opção, para fugir de situações de precarização, onde formas variadas de violências são recorrentes — sejam baseadas em gênero, raça, ou assédio moral.

O empreendedorismo acessado por nossa parcela da população (negra, feminina, jovem, periférica) não é aquele do comercial na televisão. Na maior parte das vezes, distancia-se muito de um ideal de autonomia, impõe riscos e frequentemente não dá o retorno econômico esperado — apesar de ser a forma como muitas/os pagam as contas.

Nesse sentido, a partir da minha experiência no território e do meu contato com o projeto *Tô no Rumo*, considero fundamental pensar o contexto no qual estamos inseridas/os e propor espaços

de escuta para as/os estudantes sobre o que pensam em relação a essas temáticas. A forma como enxergam suas realidades, suas experiências concretas e seus sonhos, são elementos imprescindíveis para tratar da construção de “projetos de vida”. Propor uma reflexão que articule essa realidade com questões sociais permite um processo de construção de conhecimento de maior qualidade nas disciplinas que ministramos. Na minha experiência, a metodologia *Tô no Rumo* tem possibilitado alternativas para isso.

Atividades como “Mulheres de ontem e hoje”, “O que é ser empreendedora/or?” e “Trabalho invisível”, nos levam a considerar como a experiência das/os estudantes são atravessadas pelo racismo, desigualdades de gênero e sexualidade. Por exemplo, quando tratamos em sala de aula das experiências de trabalho das/os jovens, é comum ficar de fora o fato de que o trabalho doméstico seja mais atribuído às estudantes do gênero feminino, especialmente jovens negras, já que muitas vezes não é entendido enquanto trabalho.

Nos últimos anos vimos diversas/os estudantes abandonando a escola por terem que dar conta dos cuidados com a casa e com os familiares, sejam irmãs/irmãos mais novas/os, ou pessoas mais velhas. Não é à toa que a metodologia *Tô no Rumo* ressalta a importância da discussão sobre trabalho doméstico e quem [historicamente] o desempenha, considerando seus impactos na trajetória de jovens mulheres, especialmente negras.

Os processos de escuta das/os jovens em relação às suas experiências de trabalho são importantes no sentido de entender quais postos são esses acessados pelas/os estudantes. Durante as oficinas, algumas/alguns jovens contratadas/os em regime de aprendizagem ou em outros trabalhos formais, trouxeram a experiência de terem vivido situações diversas no ambiente de trabalho, entre elas: pressão; humilhação; cobrança para exercerem atividades para as quais não foram contratadas/os; cargas horárias excessivas; e longos deslocamentos do trabalho até em casa. Tais condições impactavam em sua frequência escolar, mas empresas ou empregadoras/es muitas vezes não se importam em garantir a flexibilização de horário e dar condições mais favoráveis para trabalhadoras/es estudantes, ou jovens que são mães e pais. O mesmo se pode dizer sobre os impactos da maternidade e da paternidade na evasão escolar, diante de ambientes escolares que pouco dialogam com essas situações.

Uma das dificuldades vividas durante a aplicação da metodologia foi exatamente a falta de assiduidade na escola das/os estudantes dos 2° e 3° anos com as/os quais as atividades foram desenvolvidas, muito relacionadas a esses contextos, além de questões relacionadas à Saúde Mental. Considero esse aspecto um desafio para o bom aproveitamento da proposta.

Daí a importância de trazer para a pauta da conversa com as/os estudantes o tema das políticas públicas para as juventudes e do trabalho, assim como a noção de trabalho decente, proposta desenvolvida na sala de aula a partir da atividade: “O que é um bom trabalho?”. Nesse ponto, é fundamental evidenciar as características dos trabalhos disponíveis, sejam aquelas que corroboram com o que seria um “bom trabalho”, ou que vulnerabilizam jovens trabalhadoras/es — não para

desencorajar as/os estudantes, mas para problematizar suas condições de acesso ao trabalho e aos direitos trabalhistas.

A possibilidade de fazer um uso adaptado da metodologia Tô no Rumo é interessante, pois possibilita pensar o que faz sentido ao nosso trabalho enquanto educadoras/es e pessoas engajadas. Ela permite que possamos construir uma proposta de composição de atividades que dialoguem melhor com nossas juventudes e nosso território. Um diálogo que amplie as perspectivas de futuro, o direito à educação de qualidade e ao trabalho decente, principalmente para àquelas/es jovens que têm esses direitos negados, e às/aos quais as informações e oportunidades tardam a chegar.

Se a falta de apoio por parte da coordenação e da gestão da Unidade Escolar pode ser uma questão enfrentada, construir parcerias com outras/os educadoras/es é uma forma de fortalecer o trabalho com essas temáticas. Fazer pontes e diálogos entre as disciplinas é interessante para a proposta do projeto. Por fim, um outro modo de fortalecer o trabalho com a metodologia é ajudar as/os estudantes a desenvolverem iniciativas a partir dos debates nas oficinas, tais como: rodas sobre direitos trabalhistas; oficinas de construção de currículo; criação de mural com oportunidades de trabalho e estudo; entre outras práticas.

O guia e as atividades são ferramentas pelas quais podemos propor situações e oportunidades de reflexão sobre as potencialidades que possuímos, permitindo construir, tanto individual quanto coletivamente, ações no presente e no futuro. Um futuro no qual as/os jovens possam ter condições reais de realizar seus sonhos, conhecer espaços de luta social em seus bairros (como os cursinhos populares e espaços culturais), acessar um ensino superior de qualidade, assim como outras políticas públicas de trabalho e educação alinhadas aos anseios das juventudes. Elementos que fazem parte da metodologia *Tô no Rumo*.

Texto 3 | Estudante Catherine Sarah

Eu me chamo Catherine, tenho 18 anos e acabo de concluir o Ensino Médio na rede pública do Estado de São Paulo. Amo conversar sobre assuntos que possam trazer algum tipo de aprendizado ou reflexão. Sou uma jovem negra e me interessa muito por saberes e ensinamentos ancestrais, principalmente a parte da história que não ensinam nas escolas. Gosto de ler e escrever e, particularmente, falo bastante, seja lá qual for o assunto. Atualmente trabalho com atendimento ao cliente e gosto muito do que faço, tenho experiências únicas. Converso com cada uma/um e considero satisfatório poder ajudá-las/os.

A escola na qual estudei por muito tempo falhou em várias questões, considerando tanto estudantes quanto professoras/es. Faltam políticas públicas que deem acesso a um ensino digno e essa ausência de respaldo pedagógico abala demais. Falta, também, a comunicação e a escuta. A escola não é um espaço aberto para opiniões e trocas, já que importa mais o que vem “de cima” do que o trazido por estudantes. Isso a torna um lugar totalmente antidemocrático. As/Os alunas/os não são ouvidas/os e suas reivindicações não são levadas em consideração por mais que fa-

çam sentido e contribuam para algum tipo de melhoria. Grande parte das/os jovens crescem com sede de revolução e procuram saciar-se dentro do ambiente ao qual estão inseridas/os (escolas, cursos, entre outros). Tentar conter essa ânsia por mudança só causa mais revolta e indignação.

Acredito que, para haver algum tipo de mudança, é necessária a disposição de ambas as partes (alunas/os e direção/coordenação) para o diálogo. Seriam necessárias longas rodadas de conversa para entendermos as questões e os motivos delas/es e vice-versa. Começaria abrindo mais espaço às/aos alunas/os e envolveria a organização escolar, desde a/o diretora/or até a/o tia/o da limpeza. Traria atividades culturais que estimulem o senso crítico, como: saraus, peças de teatro, estímulo à leitura com a abertura da biblioteca, programas de incentivo ao uso — e, o principal, aplicar diferentes formas de organização social e cultural dentro do ambiente.

Desde pequenas/os somos ensinadas/os que dentro da escola tem que se estar enfileiradas/os, caladas/os e uniformizadas/os. Esse é o típico comportamento industrial! A gente sai do Ensino Médio com a impressão de que a organização e a grade curricular têm como principal objetivo nos moldar para um emprego como mão de obra para o capitalismo. Produz desigualdade e, acima de tudo, nos sufoca por conta das nossas necessidades — pois se não há trabalho, não há dinheiro para pagar as contas e continuar seguindo a vida de forma digna. Infelizmente, o ser humano depende do capital e, por isso, escolher emprego não é uma opção: o que nos faz aceitar qualquer tipo de trabalho para sobreviver.

É notório que a forma tradicional do ensino nos faz marionetes do Estado. A inconsistência do ensino, além de não nos dar uma garantia de futuro, causa a evasão escolar, que é acompanhada pela extrema pobreza, pois as/os alunas/os precisam sair da escola para trabalhar e gerar renda para a família. Ou precisam cuidar de suas/seus irmãs/irmãos, primas/os mais novas/os enquanto seus pais ralam em trabalhos análogos à escravidão para conseguir que as/os filhas/os façam, ao menos, uma refeição por dia. Essa precarização do trabalho prova que o vínculo empregatício e o mercado de trabalho andam lado a lado da exploração e da mão de obra barata. Os números do desemprego são sempre altos e isso não se dá por falta de mão de obra, já que o “exército de reserva” é imenso.

A reflexão acerca da realidade educacional foi possível, principalmente, pelas conversas aplicadas baseadas no método *Tô no Rumo*, onde um dos principais pilares é a escuta. Para mim, é uma metodologia super mente aberta e que instiga as/os alunas/os a falar e a participar das aulas. É basicamente uma conversa sobre o assunto, sem aquela regra de “caderno e lousa” que torna muito entediante o ensino. Ajudar a/o aluna/o a pensar sobre o tema da profissão e do trabalho por vontade própria, e a partir dali desenvolver uma reflexão crítica sobre o assunto, pode contribuir muito mais do que escrever páginas e páginas, já que no final terá de ser feito um resumo e nada será aprendido. Falo desse método de “copia e resume”, pois ele é aplicado em peso, principalmente no Ensino Médio.

No geral, é difícil escolher uma só atividade do *Tô no Rumo* para colocar como preferida, uma vez que todas acrescentaram de alguma forma. Principalmente o debate sobre as questões polêmicas, que geralmente são evitadas na escola. No ranking de prediletas, eu colocaria a atividade que esti-

mula a escrita criativa, a qual consiste em escrever um texto baseado em um dos assuntos pautados na aula — sem limite de linhas ou censura do que há de ser dito. Creio que esse tipo de atividade nos estimula não só o pensamento, a pesquisa, o exercício ao diálogo e a escrever livre de padrões, como também nos faz sentir que temos voz e que essa voz não pode, de forma alguma, ser calada.

Para mim, a atividade na qual a/o aluna/o leva um tema para debater em sala de aula acrescenta demais na vida da/o estudante. Considero super significativo o protagonismo das/os alunas/os e a autonomia do pensamento. Isso torna, além de uma/um jovem com personalidade, uma/um adulta/o com opinião própria e que reconhece seu lugar no mundo e na sociedade ao qual é inserida/o; portanto, visando esse objetivo, essa atividade é uma das mais significativas. No geral, não tiveram atividades que não gostei. Identifico-me muito com a metodologia e tenho certeza de que esses métodos de ensino tornaram as aulas mais interessantes. Dessa forma, consegui entender melhor como funciona essa coisa toda do “mundo do trabalho” e pude analisar, a partir daí, quais profissões seriam interessantes para seguir carreira. Certamente, pelo método de ensino atual, principalmente de escolas estaduais de bairros afastados do centro, é praticamente impossível passar em vestibulares e conseguir a faculdade gratuita (visto que, segundo a Constituição Federal, todos temos direito à educação). Como disse anteriormente, o ensino barato com mão de obra barata é real! Quando vamos ver, já vimos escravos/os da mão de obra capitalista e prato preferido do serviço terceirizado. De qualquer maneira, meu objetivo continua sendo entrar na Universidade, agora que terminei o Ensino Médio, e cursar: Ciências Sociais, Fisioterapia e Direito. Creio que nenhuma dessas áreas cairá em desuso, portanto, o importante é continuar.

Enquanto estudante, acredito que lidar com a realidade social em que eu e as/os minhas/meus estão inseridas/os é uma das minhas maiores dificuldades. Hoje em dia não se chega a lugar nenhum sem ao menos ter a Educação Básica ou o Ensino Superior e, infelizmente, o que aprendemos no Ensino Médio não nos dá a garantia de uma boa nota no ENEM, permitindo ingressar nas universidades. Mesmo com as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, a nota se torna insuficiente — fora os vários tipos de opressão sofridos que desmotivam cada vez mais. Se pararmos para analisar, a educação das/os menos favorecidas/os era desvalorizada desde a época do Brasil Colônia, pois era vista como algo que atrapalhava na exploração dos recursos naturais. Ouvi algumas/alguns professoras/es falarem das dificuldades da educação pública, apontando que a defasagem das/os alunas/os era o problema, mas ela se dá por motivos externos, tais como: extrema pobreza; violência doméstica; violência policial; doenças psicológicas e psicossomáticas; e, principalmente, questões familiares. Outra parte afirmava que a falta de políticas públicas impactava muito na qualidade do ensino, as aulas eram muito limitadas por conta da falta do básico: canetões decentes (no caso de quadro branco); a falta de livros equivalente com a quantidade de alunas/os; a falta de folhas de sulfite em ocasiões de materiais impressos; entre outros. Isso sem falar dos problemas de estrutura física e a falta de acessibilidade no caso de alunas/os com alguma deficiência.

Defendo que a estrutura do Ensino Médio necessita de uma mudança enorme, desde a sua grade curricular até a carga horária, passando por mudanças da estrutura das escolas e a formação de docentes. É uma tarefa árdua, mas não impossível! Seria um avanço e tanto, mesmo porque os países mais desenvolvidos são os que investem em educação, desde a educação de base até o nível superior.

Para um Ensino Médio ideal, seria necessário reforçar desde o fundamental a importância da tolerância e do respeito; o trabalho com métodos interativos e inovadores, de acordo com a necessidade de cada série (tanto pelo ano que as/os alunas/os estão quanto pela necessidade da turma), como, por exemplo, o método *Tô no Rumor*; e oferecer os recursos ideais para que se possa aprender com qualidade e dignidade. Além disso, pondero a importância de discutir o mundo do trabalho desde o Fundamental 2 até o término dos estudos! Mundo do trabalho, caminhos que levam à faculdade, tipos de vestibulares, profissões, carreira, empreendedorismo, direitos da/o trabalhadora/or, declaração de Imposto de Renda, tempo de registro... Esses e tantos outros tópicos são de presença essencial! Não só facilitaria a vida da/o estudante ao sair do Ensino Médio, como daria rumo, direção e liberdade de escolha.

Como diria Martin Luther King: “Eu tenho um sonho”. E meu sonho é um dia ver a estatística de que a população negra é a maioria nas universidades, ver que as trabalhadoras e os trabalhadores estão tendo seus direitos assegurados por lei e que as crianças não precisam abandonar a escola para cuidarem de outras crianças. Meu sonho é ter um consultório de massoterapia acessível a todos os públicos e com a garantia de qualidade e segurança; um salão especializado em tranças, reforçando e nos conectando com nossa ancestralidade. Sonho, também, em um futuro digno para os nossos e que os direitos da Constituição sejam garantidos para todas/os: da/o dona/o de empresa até a/o moradora/or de rua. E, acima de tudo, sonho que meus sonhos sejam realizados.

Texto 4 | Estudante Isaac Nascimento

Meu nome é Isaac, sou de Diadema (SP) e tenho dezoito anos. No final de 2022 tive a alegria de ser um dos oradores da minha turma de formatura do Ensino Médio. Sempre fui uma pessoa muito comunicativa e isso influenciou minha vida das mais diversas formas. Sou apaixonado pelas palavras e pelas histórias que elas contam. Ler, escrever, ouvir atentamente a uma música, assistir um filme ou uma série surtando com cada linha de diálogo ruim ou cena bem escrita, são coisas que eu gosto de fazer e que, de uma forma ou de outra, ajudam a me desenvolver para, no futuro, vir a me tornar autor de minhas próprias histórias, sendo esse um dos meus grandes objetivos. Essa paixão, entretanto, não é algo de família. Aqui em casa, salvo minha sobrinha de onze anos, nenhum dos meus familiares tem o hábito da leitura.

Moro com meus pais; mas minha irmã, minhas duas sobrinhas e meu cunhado (que são nossos vizinhos), “vivem” aqui em casa. Acho que tive sorte por nascer numa família simples e unida, que veio do Nordeste para São Paulo em 1989, de ônibus, com um bebê de colo (minha irmã). Acredito que, por essa razão, sempre me cobrei em relação aos estudos — e, mesmo diagnosticado com TDAH aos seis anos, busquei me esforçar para ser um bom aluno e filho.

Nem por isso minha vida escolar foi fácil. No final de 2021, quando finalmente voltei para a escola após o início da pandemia, tudo lá pareceu novo... menos os problemas, os quais eram, em suma, decorrentes da falta de comunicação da equipe gestora para com as/os professoras/es e alunas/os. Às vezes a palavra “facilitar” era ignorada e tínhamos que nos virar com prazos apertados, desorganização e mudanças repentinas no planejamento que, aliás, todas/os já estavam seguindo.

Sei que era um momento de transição, pois a escola estava aderindo ao PEI (Programa de Ensino Integral) e o retorno às aulas pós-pandemia fazia tudo parecer caótico, mas, ainda assim, uma ou duas frases ditas no momento apropriado teriam evitado a maior parte das inconveniências que aconteceram naquele ano e no ano subsequente de 2022.

Quando somos crianças temos vontade de saber mais. Perguntamos “por que?” o tempo inteiro. E *por que* fazemos isso? *Porque queremos aprender as coisas e temos vontade de chegar às nossas próprias conclusões.* Infelizmente, mais cedo ou mais tarde, essa curiosidade natural é reprimida, seja pelos pais fartos de responder a todos os porquês de suas/seus filhas/os, seja em decorrência de como a escola funciona. Não somos ensinadas/os a questionar, somos? Somos ensinadas/os a absorver o conteúdo, vomitá-lo na prova mais próxima e repetir o roteiro no bimestre seguinte.

Queremos uma escola de portas abertas, democrática, em que a participação vá além de sentar, ouvir e escrever. Onde possamos participar da tomada de decisões. Uma escola que não sofra dos mesmos fantasmas nas formas de um currículo ultrapassado, baixa remuneração de professoras/es, infraestrutura precária e padronização dos comportamentos. Não precisamos de máquinas humanas, mas de seres pensantes que possam soprar vida de volta a essa sociedade cinza e fumacenta da atualidade.

No início do 3º ano do EM (que para muitas/os pareceu mais o *único* ano do EM) tivemos a notícia de que haveria um projeto na escola voltado para o vestibular, escolha profissional e objetivos de vida. Foi quando o pânico geral se instalou (reconheço que sou dramático, kkk). Muitas/os das/os alunas/os, incluindo eu, ficaram com um pé atrás. Acreditávamos que poderia ser um segundo *Projeto de Vida* (PV), matéria com a qual não tivemos a melhor das experiências por conta da desorganização, falta de objetividade e mal direcionamento do professor, que preferia seguir à risca as atividades da apostila do que *realmente* focar em se conectar com os interesses das/os alunas/os. Entretanto, o projeto *Tô no Rumo* (TNR) revelou ser algo a mais. Conforme as atividades foram sendo desenvolvidas, as/os alunas/os tornaram-se mais engajadas/os, especialmente nas atividades lúdicas e que as/os levavam a refletir sobre temas muito presentes no dia a dia, para os quais era dada pouca atenção, como: “trabalho invisível”, “empreendedorismo x trabalho precarizado” e o que consideramos ser uma pessoa “bem sucedida”.

O TNR, portanto, foi muito bem aceito e melhor executado do que o PV, o que eu atribuo ao fato de estarmos no último ano do EM e pela diligência da professora responsável. Acredito que o segundo fator é muito mais importante que o primeiro, já que a conexão da/o professora/or com as/os alunas/os é como a engrenagem central de um relógio: sem ela, as coisas não andam. No nosso caso tínhamos uma professora engajada, que não só passava as informações que o projeto exigia, mas que as ilustrava de forma a fazer com que as/os alunas/os tivessem vontade de participar.

Entendo que a/o professora/or *precisa* saber como se conectar com as/os alunas/os e auxiliá-las/os a chegar às próprias conclusões. Se falha ao fazer isso, é melhor que nos preparemos para uma série de problemas para ambas as partes.

E com quem essas/es professoras/es terão que lidar? Jovens estudantes do ensino médio que, na maioria dos casos, acredito eu, já imaginam o que as/os aguarda depois da escola: faculdade e/ou emprego. Apesar disso, muitas/os não sabem o que ou como escolher o que fazer. Algumas/Alguns optam pela graduação, outras/os escolhem cursos técnicos ou cursos diversos e ainda tem aquelas/es que decidem não fazer nada disso e ir direto para o mercado de trabalho, seja como empregada/o ou se aventurando no mundo do empreendedorismo físico ou digital. Não existe um consenso, mas sim o fator “não posso ficar parada/o”, o qual vem acompanhado de um milhão de dúvidas: Quais as melhores profissões do momento? Quais dessas não vão ser substituídas por máquinas no futuro? Quais empresas são mais receptivas às/aos jovens? Quais plataformas me ajudam na busca por trabalho? Como fazer um currículo? Quais as melhores faculdades e como me preparo para o vestibular? Que cursinhos posso fazer? A escola, normalmente, não nos prepara para isso. E essas são apenas algumas das questões para as quais as/os professoras/es precisam estar preparadas/os.

Converso com minhas/meus amigas/os que muitas vezes estão na mesma situação. Falamos sobre nossas indecisões e trocamos ideias vagas sobre as questões acima. Além de ser um prelúdio para a separação de caminhos pela qual vamos eventualmente passar. Essas dúvidas também costumam ser compartilhadas com nossos pais, irmãs/irmãos mais velhas/os, professoras/es (pessoas que estão passando por isso ou já passaram) e, por vezes, com os bons e velhos, *Google* e *Youtube*.

Dito isso, é importante pontuar que não falta informação. A questão é a qualidade daquilo que acessamos, já que nem sempre sabemos quais fontes são confiáveis quando nos referimos à internet, por exemplo. Às vezes um post datado no *Quora* ou no *Reddit*, outras vezes o relato de experiência do nosso tio que estudou trinta anos atrás, e, de vez em quando, um vídeo *clickbait* no *YouTube* sobre: “10 formas de ficar milionária/o em 6 meses sem precisar trabalhar e com pouco dinheiro.” Precisamos aprender a filtrar esses conteúdos e evitar uma overdose de informação, algo quase tão prejudicial quanto não ter informação alguma. Passei por isso, especialmente durante o auge da pandemia. Conforme eu tropeçava e caía nos mais diversos buracos da internet, descobria de quais deles poderia tirar minhas informações. Comecei a ler livros sobre foco, gestão de tempo e produtividade. Assuntos que, na minha opinião, são muito importantes para o mundo do trabalho e para a vida, mas sobre os quais pouco nos falam.

Você tem que se manter focado! Poderia me ensinar como fazer? Não, mas você precisa aprender!

Falando em mercado de trabalho, trabalhei informalmente como recepcionista na clínica de psicologia da minha irmã dos quatorze aos dezoito anos e sinto que conseguia conciliar essa atividade com meus estudos. Mudei de emprego por problemas financeiros causados por uma decisão equivocada que afetou toda a família. Quando comecei no emprego atual, notei que meu desempenho na escola caiu gradativamente. Trata-se de uma gráfica onde exerço a função de ajudante de cortadeira no piso gráfico. Trabalho com carteira assinada, dez horas por dia, exceto na sexta-feira, quando saio uma hora mais cedo. A locomoção consome mais duas horas diárias. Ao todo, doze horas do meu dia são dedicadas ao trabalho, o que não é, nem de longe, o que eu gostaria, apesar de ser grato

por estar trabalhando (não me entendam errado). É por causa desse trabalho que estamos conseguindo pagar as contas, mas ele não tem conexão alguma com meus objetivos de longo prazo ou com minhas paixões e interesses. Em razão disso, meu principal objetivo para 2023 é conseguir, por meio do empreendedorismo digital, uma fonte de renda estável para poder deixar esse emprego e me dedicar a outros projetos, como cuidar da minha saúde e me preparar para os vestibulares. Pretendo cursar Psicologia para estudar a fundo a mente humana e assim ver o mundo, suas dificuldades, suas culturas. Ver a vida que resta e procurar, dia após dia, uma maneira de tornar as coisas melhores do que são.

Ingressar em uma boa faculdade, ter uma casa legal ou um carro bacana são sonhos de muitas/os jovens. Eu considero que sejam pedaços de uma caminhada longa e tortuosa. Na realidade, meu maior sonho é fazer a diferença nessa sociedade conturbada.

Textos de Apoio





Texto de Apoio 1 | Jovens e escolha profissional

Nas últimas três décadas, **mudanças importantes na política educacional brasileira alteraram substancialmente a quantidade de pessoas com acesso à educação formal**. O período foi marcado pela expansão da oferta da rede pública de Educação Básica, que resultou na quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental e na larga ampliação das matrículas do Ensino Médio.

Concomitantemente à ampliação da oferta de vagas, a conjuntura econômica da primeira década do século XXI colaborou para a presença dessa juventude na escola. A implementação de programas sociais de transferência de renda associada à matrícula, a ampliação de postos de trabalho formal e a política de valorização do salário mínimo, propiciaram que mais famílias adiassem a entrada das/es/os mais jovens no mundo do trabalho, possibilitando mais tempo de dedicação à educação formal.

Nesse processo, é notável a persistência de algumas desigualdades. As altas taxas de evasão no Ensino Médio, sobretudo dos estudantes negros¹ e das estudantes trans e travestis², alertam para a urgência de pensar políticas de permanência e processos institucionais³ de enfrentamento à violência e de acolhimento às diferenças.

Ainda que a expansão da oferta educacional tenha sido marcada por certa precariedade e insuficiência — com importantes desafios ligados à qualidade, gestão democrática e financiamento —, houve um considerável aumento das matrículas de jovens provenientes da rede pública no Ensino Superior, a partir dos anos 2000. Em resposta às demandas históricas de movimentos sociais, programas e políticas⁴ implementadas pelo Governo Federal **ampliaram vagas; instituíram ações afirmativas** em Universidades Públicas; **concederam bolsas e financiamentos estudantis** em Universidades Privadas. Essas ações **mudaram o cenário de acesso de jovens das camadas populares, sobretudo das juventudes negras, à Universidade**.

Se a primeira década e meia do século XXI foi marcada por uma conjuntura econômica relativamente favorável, com expansão de postos de trabalho, os anos que se seguiram apresentaram recessão e crescimento do desemprego. A situação foi agravada com a adoção de políticas de ajuste fiscal; redução de investimentos na área social; desmonte e desfinanciamento de servi-

¹ De acordo com a PNAD Contínua da Educação (2019), das 10 milhões de pessoas brasileiras entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a Educação Básica, 71,7% são negras.

² De acordo com levantamento da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (2017), 82% das pessoas trans deixam o Ensino Médio entre 14 e 18 anos.

³ Se a necessidade de ingresso no mercado de trabalho para dar suporte à economia familiar é um dos fatores que leva à evasão, são também inegáveis os efeitos do racismo e da transfobia institucionais — materializados em práticas pedagógicas e relacionais — na exclusão escolar dessas/es jovens. O tratamento diferencial, a ausência de laicidade e a presença de intolerância religiosa, a reprodução de estereótipos marginalizantes e estigmatizantes, os comportamentos de discriminação, abjeção e assédio, a não aceitação do nome social, entre outros fatores, operam como mecanismos de exclusão escolar dessas populações.

⁴ Dentre os quais, vale destacar: a expansão das universidades federais e o uso em ampla escala do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de seleção nacional unificada de acesso às universidades federais pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU, 2010); a Lei de Cotas — Lei nº 12.711/2012; o Programa Universidade para Todos (ProUni) — Lei nº 11.096/2004; e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) — Lei nº 11.552/2007. Algumas dessas iniciativas serão melhor detalhadas no Texto 3: “Acesso ao Ensino Superior”.

ços públicos; limitação de espaços de participação; e implementação de reformas trabalhistas e previdenciárias⁵. Essa crise, que afetou grande parcela da população brasileira, recaiu de maneira mais drástica sobre as juventudes, as mulheres e a população negra — cujas taxas de desemprego aumentaram de maneira mais rápida e intensa do que nos demais estratos populacionais.

Se, por um lado, essas juventudes têm avançado mais na sua escolarização do que as gerações que as antecederam, por outro, sua inserção ou mobilidade profissional têm acontecido em setores caracterizados por precárias condições de trabalho, com postos de baixa remuneração, informalidade de vínculos, ausência de seguridade e baixo prestígio social.

Diante desse cenário, os dilemas na busca de inserção, mobilidade e qualificação profissional, sustentação da economia familiar e na conciliação entre estudo e trabalho, são questões que têm causado inquietação e angústia a um número significativo de jovens. Equacioná-las, no entanto, não é tarefa fácil: sobretudo se tal desafio se realiza sem espaços mediadores, capazes de auxiliar essas/es jovens na reflexão sobre seus desejos e visões de mundo e informá-la/es/os sobre as dinâmicas do mundo do trabalho no contexto social em que estão vivendo.

Frente a isso, **a escola de Ensino Médio e outros espaços formativos — como Cursinhos Populares, Associações Comunitárias, ONGs, Centros Públicos de Apoio aos Trabalhadores, entre outros — podem desempenhar um papel fundamental de apoio e orientação.**

Toda/e/o jovem tem a mesma condição de **fazer escolhas**?

Ao refletir sobre a trajetória profissional, uma primeira questão que se impõe está relacionada à possibilidade de jovens, considerados em sua pluralidade, definirem seus caminhos: Poderiam todas/es/os as/es/os jovens fazer escolhas? Essa indagação se coloca de maneira mais acentuada quando refletimos a respeito do percurso de sujeitos cujas trajetórias enfrentam barreiras, discriminações e desigualdades sociais. Qual é a possibilidade e a autonomia de escolha das/es/os estudantes de camada popular, negras, indígenas, migrantes, trans e travestis? E de outros segmentos minorizados, como jovens quilombolas e ribeirinhos?

No campo da orientação profissional há uma perspectiva, de viés liberal e meritocrático, que afirma a existência da plena liberdade na escolha, pressupondo que qualquer jovem pode galgar a trajetória que desejar desde que tenha determinadas capacidades pessoais e se esforce para que isso aconteça. **Contudo, não existe escolha dissociada das condições sociais, políticas e culturais em que se vive: as desigualdades sociais impõem limites às possibilidades individuais.** Ao ignorar isso, essa perspectiva traça um cenário ilusório, que camufla as desigualdades e culpabiliza o indivíduo pelo insucesso profissional.

⁵ Dentre as quais, vale destacar: a Reforma Trabalhista — Lei nº 13.467/2017; a Carteira Verde Amarela — MP 905/2019; e a Reforma da Previdência — EC 103/2019. Algumas dessas iniciativas serão melhor detalhadas no Texto 4: “Jovens e o mundo do trabalho”.

Na denúncia ao caráter fictício dessa concepção, delineou-se uma nova perspectiva, chamada *crítica*, que compreende a estrutura da sociedade e a situação socioeconômica do país como determinantes da trajetória de uma pessoa. **Mas, sustentar que as pessoas que vivem em condições socioeconômicas adversas, e que enfrentam desigualdades e discriminações em suas trajetórias, estão alijadas de qualquer possibilidade de escolha, atribuindo-lhes nenhum grau de autonomia, seria negar-lhes, individual ou coletivamente, qualquer chance de romper com as determinações sociais** — forjando histórias singulares, inclusive no que diz respeito à formação profissional e inserção no mundo do trabalho. Assim, apesar de considerar as desigualdades, ignoradas pelo viés liberal, tal perspectiva traça um cenário imobilizante, que pouco considera os avanços significativos obtidos pela juventude e pela sociedade na conquista de direitos; sobretudo, obtidos por meio das lutas sociais.

Reconhecendo ser importante resgatar as possibilidades de jovens intervirem sobre suas trajetórias, sem negar as condições sociais que atuam sobre ela, a perspectiva *sócio-histórica* — que orienta esse Guia — compreende que não há nem plena liberdade de indivíduos para realizar escolhas, nem plena determinação social destas. Nesse limiar, não se imagina que apenas a vontade pessoal de jovens pode superar todos os obstáculos que se colocam em seu caminho. Mas, por outro lado, reconhece a possibilidade de que as/os jovens lutem — individual e coletivamente — para modificar as condições em que vivem, representada pelas inúmeras histórias individuais e coletivas que conhecemos de superação de obstáculos.

Dessa forma, essa posição se afasta de certas perspectivas, muito presentes no senso comum, em que jovens são percebidas/es/os como super-heronas/super-heris, capazes de fazer qualquer coisa a partir de sua vontade, natureza ou esforço pessoal. Visão que tende a responsabilizá-las/es/os, quase exclusivamente, pelo eventual sucesso ou fracasso. De outro lado, também se afasta de certas visões em que jovens, especialmente os sujeitos cujas trajetórias enfrentam barreiras, discriminações e desigualdades, são compreendidas/es/os como incapazes de atuar sobre sua realidade.

Uma escolha multideterminada:

“O sujeito escolhe e essa escolha é um momento de seu processo pessoal de construção de sentidos. Mas essa construção utiliza como recurso ou matéria prima não só a irreduzível existência singular dos sujeitos, suas experiências e os afetos que dedica a cada momento vivido, mas o conjunto de significações e de formas de relacionamento e produção social em que acontecem e que circunscrevem as experiências vividas pelo sujeito. A vida social, na qual estão os determinantes importantes das escolhas profissionais, como a ideologia dominante, as formas de trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho, o papel da educação, os valores, os grupos de pertencimento, não é algo externo ao indivíduo. Ao construir sentidos subjetivos sobre a escolha ou sobre o futuro profissional, o sujeito estará também, e ao mesmo tempo, internalizando a vida social e contribuindo para a construção da subjetividade, que é

coletiva. [...] O sujeito escolhe e, para compreender seu processo de escolha, é preciso estudar o seu movimento pessoal (seus sentidos) e o conjunto de significações e condições objetivas e sociais no qual está inserido”.

BOCK, Silvio Duarte. *Orientação profissional para as classes pobres*. São Paulo: Cortez, 2010. P. 48.

Uma boa escolha

Não é fácil escolher uma profissão. Esse processo desperta uma série de sentimentos e é permeado por muitas dúvidas e questionamentos. De um lado, há elementos de ordem subjetiva, como o medo de não realizar sonhos, de errar, ou a insegurança de que certo percurso de formação e inserção no mundo do trabalho nunca seja realizado. De outro, existem questões objetivas que dificultam esse processo, como: a falta de informação, as dificuldades financeiras, o racismo, a LGBTQIA+fobia, entre outros. Além disso, a escolha profissional costuma se realizar em meio a uma série de expectativas e interferências externas.

Tendo em vista essa dimensão conflitiva da escolha, muitas pessoas tendem a imaginar a existência de “oráculos” capazes de responder de modo adequado o que devem fazer de suas vidas. É desse modo que, por vezes, estudantes lidam com a orientação profissional, ou com testes vocacionais, muito encontrados na internet.

Diversas vezes, essa postura deriva de uma ideia — que habita o imaginário social — da existência de uma vocação: uma espécie de disposição natural e inata a um conjunto de traços de personalidade, aptidões, habilidades e gostos, que conformariam o perfil de um indivíduo. Diante disso, o processo de orientação profissional consistiria em, como uma espécie de jogo de encaixe, fazer um pareamento entre vocações e carreiras, definindo a profissão à qual esse perfil mais se adequa. Essa perspectiva pressupõe que tanto os indivíduos quanto as profissões têm características homogêneas, constantes e imutáveis. A realidade evidencia que as pessoas estão em constante construção; não há interesses inatos ou permanentes, e as aptidões e habilidades podem mudar de acordo com a contingência e a necessidade — as pessoas podem, por exemplo, adquirir, por meio de oportunidades de aprendizagem, novas capacidades. O mesmo ocorre com as profissões e as formas de trabalho: vão se transformando ao longo do tempo.

A vocação de não ter vocações

“Numa perspectiva sócio-histórica, o conceito de vocação pode ser expresso da seguinte maneira: a vocação do ser humano é exatamente não ter outras vocações. Isto é, ele nasce determinado biologicamente para nenhuma atividade específica. Uma abelha, esta sim, nasce determinada geneticamente para fazer mel: atraída pelo perfume das plantas, ela recolhe o néctar que reage com uma enzima dentro de seu corpo, transformando involuntária ou

naturalmente aquela substância, que será depositada na colmeia, em mel. Sendo radical na compreensão do termo, pode-se dizer que este animal tem um ‘chamado interno’ que o obriga a realizar tal atividade para sua própria sobrevivência e de sua espécie - a abelha tem vocação [...] para produzir mel; esta vocação não é fruto de escolhas, mas sim determinismo da natureza. O ser humano não tem nada em seu corpo que o obrigue a realizar determinada tarefa. [...]”.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 81.

Outro caminho comum é a busca da opinião de profissionais que tenham experiência em uma área específica. Essa estratégia é, com frequência, adotada por escolas e universidades que, com o intuito de ajudar estudantes, organizam Feiras de Profissões, convidando pessoas que possam falar sobre suas trajetórias.

Sem dúvidas, esse é um caminho interessante, visto que pode representar uma aproximação com o “mundo real” das profissões. No entanto, é importante lembrar que uma opinião é sempre uma percepção parcial, fruto de vivências muito particulares, e, por isso, não deve ser considerada como o único indicador da verdade de uma profissão. Por exemplo: Uma diretora de escola chamada para falar sobre a carreira de Pedagoga pode falar sobre sua rotina como gestora de uma instituição de ensino, mas será que ela conhece o cotidiano de uma professora que atua na alfabetização de adultas/es/os?

Outro ponto de atenção se refere ao perfil das pessoas que, em geral, são chamadas para compor as feiras profissionais. Frequentemente, tais pessoas possuem origens socioeconômicas, perfis étnico-raciais e de gênero, que diferem das/es/os jovens, de modo que seus percursos profissionais, ainda que forneçam informações a respeito de um certo campo, podem destoar bastante das possibilidades a serem percorridas pelas/es/os estudantes. É importante ter atenção a isso, cuidando para que o encontro com profissionais não reforce as desigualdades existentes no mercado de trabalho.

Além disso, falar com um profissional de uma determinada área pode corresponder a perguntar para uma pessoa que só experimentou um tipo de sorvete, o que ela acha dele. Será que dois profissionais partilham da mesma história e percepção sobre a carreira que seguiram? A pessoa pode responder que gosta ou não de sua área de atuação, mas isso não significa que outros indivíduos tenham a mesma percepção e experiência.

CrITÉRIOS de escolha e tomada de decisão

Escolher uma profissão, como toda escolha feita no dia a dia, envolve tomar decisões; o que mobiliza, sobretudo, um conjunto de critérios que estão mais ou menos explícitos. Esses critérios estão fortemente relacionados aos valores, crenças e interesses de cada indivíduo e do grupo do qual ele faz parte, embora nem sempre as pessoas tenham plena consciência da influência que tais elementos exercem no processo de escolha profissional.

Por isso, é importante que as/es/os jovens atentem à existência da diversidade de fatores que interferem no processo de escolha: suas identificações, sonhos, interesses; expectativas nutridas por familiares e pelo círculo mais próximo da sua vida; opiniões ou valores disseminados nos vários meios de comunicação e padrões sociais que vão sendo incorporados sem que percebamos; as experiências individuais; as conjunturas socioeconômicas e as dinâmicas do mercado de trabalho. São esses elementos (e outros) que, em conjunto, participam da tomada de decisão. Trata-se de um processo individual no sentido de que é algo muito singular. Assim, o processo de escolha profissional não permite a existência de receitas a serem seguidas por todas as pessoas.

É por isso que definir um rumo profissional passa por combinar um conjunto de informações sobre a realidade com a realização de reflexões sobre si e sobre nossa sociedade. **É importante que um ciclo de atividades sobre escolha profissional possibilite que jovens tenham acesso às informações a respeito das carreiras existentes, das oportunidades de formação, bem como das dinâmicas do mundo do trabalho. Os encontros devem permitir que jovens realizem, individual e coletivamente, uma reflexão sobre a sociedade em que vivemos, compreendendo melhor como esta interfere na construção de nossos valores e significados sobre o mundo do trabalho; refletir, ainda, sobre as diferentes condições para que indivíduos realizem escolhas. Por fim, é importante que esse ciclo se constitua, também, num processo de autoconhecimento, permitindo que cada pessoa reflita a respeito de si diante desse cenário complexo. Todos esses movimentos são importantes para que o processo de escolha e delineamento de projetos de futuro se realizem de modo mais consciente.**

Quantas profissões essas e esses jovens conhecem? Como compreendem o desemprego e suas causas? Quais experiências de trabalho possuem? Conseguem identificar um trabalho precário e diferenciá-lo de um trabalho amparado por direitos? Conseguem identificar as diferenças entre o Ensino Superior Público e Privado, ou mesmo conhecer as formas de acesso à formação profissional disponíveis? Como enxergam as discriminações de gênero, raça e sexualidade? Como se veem em meio a tantas questões complexas? Esses são alguns desafios a serem vencidos no diálogo educativo.

Mesmo com as informações em mãos, quando estamos lidando com o futuro, deparamo-nos com o imponderável. Nesse sentido, não existe indicador capaz de apontar de antemão a escolha certa a se fazer. Se existisse, não ocorreria a escolha. Escolher é um ato de coragem: é necessário posicionar-se entre as possibilidades colocadas. Além disso, todo projeto profissional está sendo permanentemente atualizado de acordo com as circunstâncias da vida.

Diante das transformações rápidas e intensas que têm ocorrido no mundo do trabalho, articulados com contextos de incertezas do mundo contemporâneo, um processo orientado de reflexão sobre a escolha profissional é um passo fundamental para ajudar o indivíduo a planejar sua vida. Por isso, apoiar jovens em sua escolha profissional é também acolher suas angústias e dúvidas, estabelecendo vínculos para que não se sintam desamparadas/os nesse processo. Esse apoio pode constituir parte do trabalho pedagógico, possibilitando que sujeitos se apropriem melhor dos caminhos que irão percorrer.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 23, 2006, pp. 11-25.

BOCK, Silvio Duarte. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do Ensino Médio**. 2008 (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem socio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional para as classes pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Raquel Souza dos. **E depois da escola?** Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo. 2018 (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2018.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escolha-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. 2007 (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2007.

Texto de Apoio 2 | Desigualdades nas trajetórias juvenis

Estereótipos e desigualdades no mercado de trabalho podem interferir na escolha profissional das/es/os jovens

Desde muito cedo, crianças são incentivadas a pensar em seu futuro no mundo do trabalho através da pergunta: “O que você vai ser quando crescer?”. As respostas refletem desejos constituídos durante o processo de formação da criança enquanto sujeita. Isto é, refletem, subjetivamente, as referências que lhe são apresentadas como positivas ao longo da sua jornada de compreensão do mundo. No entanto, muitas/es/os jovens, antes mesmo de atingir a idade de trabalhar, já sabem que o desejo está longe de ser o único determinante de uma carreira.

A desigualdade de condições, sobretudo educacionais e socioeconômicas, tem grande peso nas escolhas profissionais. Ou seja, a possibilidade de escolha de uma pessoa é definida, principalmente, pela realidade objetiva que a cerca. No caso de jovens de baixa renda provenientes da rede pública de ensino, por exemplo, o acesso às carreiras que exigem Ensino Superior é dificultado pela necessidade de conciliar estudo e trabalho. E, para além da questão financeira, existem outros aspectos responsáveis por fazer com que as trajetórias de estudo e trabalho sejam vividas de forma tão desigual por diferentes grupos sociais.

Marcadores de gênero (ser mulher, homem, travesti, transsexual), de cor/raça (ser negra/o, indígena, branca/o, amarela/o), de geração (criança, adolescente, jovem, adulta/o e terceira idade), de região (ser residente no meio rural, residente no meio urbano, morar em bairros periféricos, etc.), de orientação sexual (ser assexual, heterossexual, bissexual, homossexual, etc.) e de classe social, estão presentes na sociedade. **Todas essas marcas são combinadas em cada um de nós e influem, positiva ou negativamente, em nossas chances de acesso a oportunidades ao longo da vida (numa sociedade que tende a valorizar certas características em detrimento de outras).**

Gênero, educação e mundo do trabalho

Segundo o *Censo da Educação Básica*, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), 96,4% das/os profissionais que atuavam na Educação Infantil, em 2020, eram mulheres; no Ensino Fundamental, esse percentual era de 88,1%; e no Ensino Médio, de 57,8%. O Ensino Técnico, por sua vez, contava com 48% de docentes mulheres em 2019. Já o *Censo da Educação Superior*, apesar de não indicar a porcentagem exata por gênero, apontou que o perfil de profissionais dos cursos de Graduação e Pós-Graduação era composto majoritariamente por homens em 2021. Ou seja, conforme avançam as etapas educacionais, há uma masculinização da profissão docente, com aumentos nos níveis salariais do professor, bem como de seu status social.

A hegemonia das mulheres na sala de aula, principalmente nos anos iniciais da Educação Básica, faz parecer que a docência é uma profissão feminina. O que pouca gente sabe e discute é que nem sempre foi assim. Tornar-se professora passou a ser um caminho profissional possível para as mulheres bra-

sileiras somente no século XIX. Antes desse período, para esse segmento da sociedade, o acesso à sala de aula era limitado. Seja na condição de professoras, seja até mesmo na condição de estudantes, a restrição era ainda mais contundente para certos grupos, como: as negras escravizadas e as mulheres de mais baixa renda — absorvidas precocemente pelas demandas de trabalho. A presença predominante de docentes mulheres no magistério, portanto, não possui nada de natural. Faz parte da história de uma sociedade onde as mulheres lutaram, e ainda lutam, por direitos e novas possibilidades de inserção social.

Os dados do *Censo do Ensino Superior (2021)* mostram, ainda, que alunas mulheres são a maioria nos cursos de graduação no Brasil. Porém, sua participação se concentra em cursos considerados de menor prestígio social, ou seja, com menor concorrência para ingresso, salários e vagas no mercado de trabalho.

O estudo “*Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*”, produzido em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que ainda existe uma forte segmentação de gênero no Ensino Superior brasileiro. Em 2019, as mulheres eram minoria nas áreas ligadas às Ciências Exatas; e maioria entre as funções ligadas aos Cuidados e Educação. Os cursos de Serviço Social tinham, entre suas estudantes, 88,3% de presença feminina; enquanto nas Ciências Sociais e Comportamentais, 70,4% eram mulheres. Na Saúde, apesar de haver uma maioria feminina (77,3%), na carreira de Medicina essa participação era menor. Nos cursos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), por sua vez, a participação de mulheres se reduzia a 13,3%; já na Engenharia e carreiras correlatas, a presença feminina se restringia a 21,6% do total de estudantes. Além disso, mesmo tendo maior presença do que seus pares masculinos nos cursos de nível superior, as mulheres ainda eram minoria entre o total de docentes dessa etapa de ensino. Há, contudo, avanços importantes: o *Censo da Educação Superior (2019)* indicou que, entre 2010 e 2019, houve um aumento de 4,2% da presença feminina em cursos de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

A disparidade entre o número de mulheres e homens em diferentes profissões não se resume a mera questão de gosto. Ao contrário, tem origem em um fenômeno que está presente na estrutura da sociedade: a *divisão sexual do trabalho*. As pesquisadoras, Helena Hirata e Danièle Kergoat, definem o conceito da seguinte maneira:



A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Gênero e condições de trabalho

Portanto, a divisão entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” é um poderoso estigma de gênero enraizado nas relações sociais, que tem por objetivo manter uma posição inferior das mulheres em relação aos homens. Ele impacta e, muitas vezes, determina as escolhas profissionais. Para além dos empregos e atividades remuneradas em geral, há outra grande diferença quando o assunto é gênero: as *condições de trabalho*. Retomando a divisão de atividades entre homens e mulheres, o trabalho doméstico é a principal e primordial definição daquilo que seria considerado: “trabalho de mulher”.

No passado, as estruturas familiares tradicionalmente delegavam o cuidado com as crianças, a alimentação e a manutenção da limpeza da casa, para as mulheres. Já aos homens, cabia a execução de atividades remuneradas para garantir o sustento da família. Com a modernização das relações econômicas e sociais, porém, essa realidade foi modificada. As mulheres ganharam presença muito expressiva no mercado de trabalho e têm responsabilidade parcial ou total de sustentar financeiramente suas famílias. Contudo, ao mesmo tempo em que as atividades remuneradas deixaram de ser exclusividade dos homens, o trabalho doméstico permaneceu majoritariamente relegado às mulheres (SILVA, 2019).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aferiu o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por indivíduos de 14 anos de idade ou mais. Os homens dedicam 11 horas semanais nesses afazeres; e as mulheres, 21,4 horas. A bem dizer, elas empregam quase o dobro do tempo que eles nas funções domésticas e de cuidado. Há, portanto, uma dupla jornada de trabalho, na qual essas mulheres conciliam o cuidado com a casa e com as/os filhas/os, com um trabalho remunerado fora de casa, o que impacta tanto na qualidade de vida quanto na possibilidade de progressão profissional.

Essa dupla jornada, por sua vez, pode estar relacionada à preferência de muitas/os empregadoras/es em contratar mulheres sem filhos, que, supostamente, se dedicariam mais ao trabalho. Além de discriminatória, a ausência de filhos não garante emprego à mulher, assim como não lhe garante remuneração igual à dos homens. Os dados da PNAD Contínua (2019) apontam, também, que a média salarial de mulheres, em 2019, era de R\$ 1.974,00; e a dos homens, no referido ano, era de R\$ 2.518,00. Mesmo em cargos iguais, havia diferença de remuneração: diretores e gerentes homens tinham rendimento médio de R\$ 37,80 por hora, enquanto diretoras e gerentes mulheres, R\$ 28,59. A média salarial de homens em ocupações que exigem nível superior era de R\$ 7.833,00; e a de mulheres, R\$ 4.832,00.

É importante ressaltar que as interferências dos estereótipos de gênero e sexualidade no acesso ao mundo do trabalho não se limitam às mulheres. Os homens ainda não cruzaram as fronteiras do “masculino”, estando ainda distantes dos papéis sociais reservados às mulheres, o que limita seu horizonte de possibilidades.

O estudo sobre a situação socioeconômica da população LBTQIA+ foi realizado pela plataforma, #VoteLGBT, em colaboração com a empresa de pesquisa: Box 1824. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20inseguran%C3%A7a%20alimentar>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

A população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais, +) sofre com a exclusão e os obstáculos aos empregos e atividades remuneradas em geral. De acordo com o estudo de 2021, a taxa de desemprego dessa parcela da população é de 17,15%. Em relação apenas às pessoas transsexuais, o número sobe para 20,47%. As/es/os transsexuais, para além do trabalho, também se encontram em condição mais marginalizada e excluída dos espaços sociais. Em 2020, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) apontou que 90% desta população tinha na prostituição sua principal fonte de renda e possibilidade de sobrevivência, em decorrência de práticas discriminatórias que excluem esse segmento do mercado de trabalho.

Para responder a esse problema, há algumas iniciativas interessantes que buscam promover o acesso à formação e ao trabalho, como, por exemplo: o Programa Transcidadania da cidade de São Paulo (política pública que combina transferência de renda com acesso aos serviços públicos e formação profissional); ou o projeto TransEmpregos, que intermedia trabalhos para essa população.

Na prática...

O Guia traz três propostas que permitem diálogos em torno das desigualdades baseadas em gênero. A atividade, “Trabalho Invisível: quem faz o trabalho doméstico?”, busca identificar quem, no cotidiano de estudantes, realiza afazeres domésticos, tais como: lavar e secar a louça, cozinhar, varrer o chão, cuidar das crianças pequenas, colocar o lixo para fora, etc. A partir disso, sugere reflexões sobre as desigualdades identificadas, complementadas por dados mais gerais. Já a atividade, “Mulheres de ontem e hoje”, procura, de forma lúdica, refletir sobre como o lugar da mulher na sociedade resulta de construções sociais, que variam no tempo, nas diferentes culturas e grupos populacionais, incentivando as/os jovens a pensarem sobre os estereótipos que permeiam seus contextos de vida e a possibilidade (ou não) de mudanças nos papéis atribuídos aos gêneros. Por fim, a atividade, “Meninas e mulheres negras nas ciências”, possibilita as/os estudantes conhecerem mais sobre a contribuição de mulheres negras e não-brancas, para a construção do conhecimento, incentivando reflexões sobre barreiras existentes para seu ingresso no campo da ciência e tecnologia.

Raça e mundo do trabalho

No Brasil, não é possível falar de desigualdades sociais sem falar de raça. Segundo a PNAD (IBGE, 2021), a população brasileira é composta por 56,1% de indivíduos/os negras/os, isto é, autodeclaradas/os pretas/os e pardas/os. Trata-se de mais de 119 milhões, o maior contingente de pessoas afrodescendentes fora do continente africano. Esse grupo, apesar de constituir mais da metade das/os habitantes do país, encontra-se sub-representado em diversos aspectos de nossa sociedade. Antes de aprofundar tais aspectos, porém, cabe definir de quem estamos falando. Por que pretas/os e pardas/os são consideradas/os negras/os?

Primeiramente, é importante frisar que não existem raças biológicas: todas/os nós, seres humanos, somos biologicamente iguais. Isso significa que somos todas/os da mesma espécie, sem superioridades ou inferioridades genéticas. Historicamente, porém, diferenças fenotípicas, como pigmentação, textura do cabelo e formato do nariz, foram utilizadas para hierarquizar pessoas e grupos. Mais especificamente, foi disseminada a ideia de que as/os indivíduos/os de pele clara, sobretudo as/os de origem europeia, eram superiores às/aos indivíduos/os de pele escura, sobretudo de origem africana ou nativo-americana (os povos originários de nosso continente, também conhecidos como povos indígenas).

Essa suposta superioridade foi usada pelos povos europeus no contexto da colonização para dominar outros povos; não só pela violência física, como, também, pela disseminação de teorias racistas e de caráter supremacista. A justificativa para escravizar pessoas africanas e usá-las como mão de obra, por exemplo, foi a de que elas eram inferiores tanto geneticamente quanto espiritualmente, e a escravidão seria uma forma de “civilizá-las”. Dessa forma, falar de raça, hoje, é falar de diferenças fenotípicas que remetem a uma diferenciação social histórica, baseada em exclusão e dominação. Enquanto tal diferenciação persistir, a pertinência de se abordar raça também persistirá (GUIMARÃES, 1995).

A desigualdade racial brasileira é, inegavelmente, uma herança do período escravocrata. Ou seja, o fim da escravidão não constituiu uma experiência de cidadania para a população negra, mas reorientou as lógicas de discriminação racial no cotidiano desse grupo social que, não por acaso, segue confrontando exclusões e dificuldades sistemáticas no mundo do trabalho. O IBGE indica que a taxa de negras e negros na força produtiva nacional é maior do que qualquer outro grupo. Em todas as regiões brasileiras, negras e negros entram mais cedo e saem mais tarde do mercado de trabalho; têm jornadas mais longas em todas as capitais; e trabalham, além do número de horas legais, mais do que pessoas brancas — sempre em piores condições.

Em termos do acesso à educação, a população negra conseguiu avanços significativos nas últimas décadas. O estudo realizado pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial, com base em dados do IBGE (2021) para 2020, indicou que, nos últimos dez anos, houve um aumento da presença de homens negros e mulheres negras no mercado de trabalho que tinham Ensino Superior. Entre negros, o percentual salta de 6% para 10%; enquanto entre elas, há uma diferença maior: de 13% para 21%. Possivelmente, essa mudança se deve à *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*, que institui cotas sociais e raciais para as instituições de Ensino Superior. Demanda histórica de diversos movimentos sociais, principalmente os movimentos negros, a chamada *Lei de Cotas* completou dez anos em 2022 e seus impactos já são perceptíveis, resultando em maior inclusão e equidade social. O acesso de pessoas negras e pobres à educação superior de qualidade aumentou quase 400% entre 2010 e 2019, sendo que ampliaram-se as expectativas dessas populações de acessar essa etapa de ensino. Além disso, as instituições de ensino aperfeiçoaram sua capacidade de acolher cotistas e os ambientes acadêmicos puderam contar com novas perspectivas e abordagens para a produção de conhecimento, tornando-se mais diversos.

Entretanto, o retorno que negras e negros obtêm do trabalho não acompanha essas conquistas do ponto de vista da sua formação. O salário médio do trabalhador branco, em qualquer região estudada do país, é mais que o dobro do rendimento percebido pelo trabalhador negro. Tal diferença é, ainda, mais

gritante a partir de um recorte de gênero. A PNAD Contínua (2020) mostra que o rendimento médio por hora de homens não-negros é de R\$ 20,79; e o de mulheres não-negras, R\$ 18,15. Já com os homens negros, a remuneração cai para R\$ 11,55 por hora; e, para as mulheres negras, R\$ 10,95.

Quando se analisa o tipo de trabalho e as funções desempenhadas, as desvantagens dos negros saltam à vista: o número de empregadoras/es negras/os não chega à metade do número de empregadoras/es brancas/os em todas as regiões metropolitanas; trabalhadoras/es negras/os têm duas a três vezes menos acesso às funções de direção e planejamento; em contrapartida, ocupam maior número de funções não-qualificadas, de execução, apoio em serviços gerais e atividades manuais.

Há quem pense que esses dados se devem a diferenças de grau de instrução entre brancas/os e negras/os. Todavia, em todas as capitais pesquisadas, os diferenciais de rendimentos entre negras/os e brancas/os aumentam à medida que aumenta a escolaridade. Isto é: mesmo com formações equivalentes, pessoas brancas são mais contratadas que as negras, assim como são mais contempladas/os em seleções internas, treinamentos e avaliações. As variadas experiências de racismo certamente influenciam a avaliação do seu potencial e, conseqüentemente, o julgamento de suas habilidades, colaborando na definição do lugar ocupado no trabalho.

Os estereótipos raciais estão enraizados no imaginário coletivo brasileiro e, portanto, também se fazem presentes nos processos seletivos das empresas. Para além da cor da pele, o racismo pode se manifestar a partir de outros aspectos da aparência. Para uma/um jovem que tenta entrar no mercado de trabalho, é muito violento e frustrante ouvir de uma/um entrevistadora/or que, para ser contratada/o, é preciso cortar ou alisar seu cabelo, por exemplo.

Saiba +

A *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*, define os crimes resultantes do preconceito de raça e de cor. O artigo, a seguir, define os delitos de discriminação racial no ambiente de trabalho:

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.

I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores.

II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional.

III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.

§ 2o Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

Gênero e raça: a realidade das mulheres negras

Os estereótipos de gênero e de raça são grandes obstáculos para o acesso ao mundo do trabalho e, quando interligados, aumentam ainda mais a exclusão. **“A discriminação racial sobrepõe-se à discriminação por sexo, e, juntas, constituem o cenário de aguda dificuldade em que vivem as mulheres negras, atingidas por ambas as modalidades de discriminação” (BENTO, 2002, p.17).**

O trabalho doméstico remunerado é um exemplo disso: ocupação bastante desprestigiada, que guarda relações com o passado escravocrata e que é exercida, sobretudo, pelas mulheres negras. Em 2018, elas correspondiam a 63% do total de trabalhadoras/es nessa ocupação. Ainda hoje, quase duas de cada dez mulheres negras que estão no mercado realizam essa atividade, numa área profissional bastante desprotegida. Por outro lado, há cada vez menos jovens exercendo esse tipo de atividade, o que indica a possibilidade crescente de dedicação aos estudos e de inserção em outras áreas profissionais.

Isso se reflete, também, na realidade mais geral do mundo do trabalho. Segundo dados da PNAD Contínua (2016-2021), no 3º trimestre de 2021, a taxa de desemprego para a população, em geral, era de 12,6%. Ao desagregar os dados em termos de gênero, raça e idade, jovens e mulheres negras são os segmentos mais afetados pelo desemprego. Entre as pessoas de 14 a 29 anos, a taxa chegava a 21,9%; entre mulheres negras de todas as idades, a média era de 18,9%. Ao cruzar dados de faixa etária, raça e gênero, no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o desemprego de mulheres negras jovens era de 31,3%. Se consideradas as mulheres ainda mais jovens, adolescentes de 14 a 17 anos, a taxa nacional é de 49,9%; e a do estado de São Paulo, 59,2%.

Os dados demonstram que jovens mulheres negras constituem o segmento que menos têm acesso ao trabalho no setor privado com carteira assinada, além da alta rotatividade com as taxas de baixa permanência no trabalho atual — 40,4% com menos de um ano no trabalho. A parcela de jovens negras com carteira assinada é cerca de 8% menor do que de jovens não-negras — 49,5% contra 41,4%. Assim, a maior parte das jovens negras está na informalidade, chegando, no 3º trimestre de 2021, a 46,1%; abaixo, apenas, da taxa de jovens homens negros — que é de 51,2%.

Precisamente, 33,9% das mulheres negras desocupadas estão à procura de trabalho há 2 anos ou mais, maior taxa do país. Esse número é ainda maior no município de São Paulo, 38,2%. As altas taxas de desemprego e o tempo de procura por emprego no município, região metropolitana e no estado de São Paulo, ultrapassam a média nacional. Os dados sobre a subutilização da força trabalho de mulheres negras refletem como o racismo estrutural, aliado à desigualdade de gênero, produz esse cenário de precariedade e violações. O desalento se apresenta como dado econômico e também uma realidade subjetiva em que vivem mulheres negras, que desistem de procurar trabalho por ter perdido as esperanças de obtê-lo.

De modo geral, para jovens negras e periféricas, a busca por emprego e o ingresso profissional são, na maioria das vezes, processos dolorosos nos quais se experimenta um conjunto de violações. Pesquisas vêm indicando, por exemplo, um forte controle exercido em espaços profissionais sobre os corpos das mulheres negras, como o cabelo. Para essas mulheres, manter o cabelo natural, deixá-lo solto, ou mesmo adotar tranças no ambiente de trabalho, pode refletir em críticas por parte de suas chefias, clientes ou pares — o que configura, inclusive legalmente, em uma prática de racismo.

O racismo estrutural penetra nas relações cotidianas e nas subjetividades, fragilizando sonhos e projetos de futuro da população negra. Ele se faz presente na forma de racismo institucional, dentro das organizações públicas e privadas, por meio de práticas, normas e comportamentos discriminatórios que ocorrem nesses ambientes, frequentemente aceitos e naturalizados — inclusive, quando são ilegais. Ou seja, é provável que a população negra se depare com o racismo pela própria forma como se organizam as relações nas escolas, nos hospitais, nas empresas e nos mais diversos espaços. As situações de subordinação racial nas diversas esferas da vida social produzem um impasse para a consolidação da própria democracia no país.

Como apontou a socióloga e intelectual negra, Patrícia Hill Collins:



Os privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade, tanto quanto a marginalização associada a essas mesmas categorias, não são entidades separadas, mas refletem relações de poder interconectadas, de sorte que o meu privilégio está intimamente ligado à sua desvantagem e vice-versa. (...) Não há uma análise puramente racial ou puramente de gênero. Ao contrário, estamos todos situados numa teia de relações que simultaneamente nos privilegia ou penaliza, a depender da posição social de cada pessoa. (COLLINS, 2021, p. 288).

As diferentes discriminações, especialmente quando combinadas, atuam como grandes obstáculos para a obtenção e manutenção de um trabalho digno (ou construção de uma carreira), levando grande parte das jovens mulheres negras a cogitar trabalhar como autônomas ou até manter-se fora do mercado de trabalho formal.

No rumo da vida que se quer

Quando uma pessoa pensa em seu futuro, nunca o faz de forma despersonalizada. Ao escolher uma forma de se envolver no mundo do trabalho, bem como a atividade que vai desenvolver, a pessoa mobi-

liza imagens que adquiriu durante sua vida. Ao pensar numa profissão, a pessoa mobiliza uma imagem que foi construída a partir de sua vivência por meio de contatos pessoais, exposição à mídia, leituras e outras referências.

Marcadores sociais da diferença — como gênero, raça e classes sociais — constituem os indivíduos e têm efeito sobre suas trajetórias profissionais. É fundamental que as/es/os jovens estejam cientes da realidade ao seu redor para saberem como intervir nela. As desigualdades existem e interferem, sim, nos planos e nas perspectivas da juventude. No entanto, a mobilização histórica de grupos excluídos vem trazendo debates e ações de conscientização para avançar na inclusão e equidade social, no acesso às oportunidades e na melhora das condições de vida.

A necessidade de práticas de inclusão e equidade vem ganhando maior reconhecimento em diversos ambientes e, para além do maior acesso ao Ensino Superior, há também avanços — ainda que lentos — no debate acerca do mundo do trabalho. Empresas têm sido mais cobradas para adotar políticas de diversidade, considerando a necessidade de que o seu corpo de funcionárias/os seja um reflexo real da população brasileira. Existem diversas iniciativas lideradas por mulheres negras que têm conseguido, com algum sucesso, demandar das empresas práticas mais efetivas de equidade racial e de gênero. As disparidades salariais, ainda que persistentes, vêm reduzindo. Tais experiências permitem que possamos sonhar com outras lógicas de trabalho, para além dos modelos já existentes.

Fazer com que jovens reflitam sobre as desigualdades e reconheçam como elas impactam em seu cotidiano (e suas trajetórias), permite que eles/as possam lidar de forma mais efetiva com os desafios, podendo reivindicar direitos e políticas públicas. Atuando individual e coletivamente, eles/as podem encontrar saídas para vencer as suas barreiras e ampliar os seus horizontes.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Site institucional**, 2023. Disponível em: <<https://abc.org.br>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf> Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica, 2020: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2021**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Anuário estatístico de Educação Profissional e Tecnológica**: ano base, 2019. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/anuario_estatistico_educacao_profissional_tecnologica_2019.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM CIÊNCIA (CGEE). **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília-DF: CGEE, 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/busca/ConsultaProdutoNcomTopo.php?f=1&idProduto=6401>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COLLINS, P. H. Entrevista com Patricia Hill Collins. [Entrevista concedida a] Nadya Guimarães. **Revista Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 287–322, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.174340>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. **Raça, racismo e grupos de cor no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes (UCAM), Centro de Estudos AfroAsiáticos, 1995. P. 45-63,

FERREIRA, Letícia. No Brasil, 90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência. **Revista AzMinas**, 29 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/trans-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos De Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça na PCERP/2008. **Estudos & Análises**, v. 2, n. 1, p. 49-80, 2013, IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.



DADE



Texto de Apoio 3 | Acesso ao Ensino Superior

Por meio das ações afirmativas e das políticas públicas de acesso, o Ensino Superior se tornou mais democrático e, embora permaneçam desafios importantes, estar numa universidade ou faculdade pública é um caminho possível para jovens negras e negros, bem como para estudantes oriundas/os das escolas públicas.

O acesso ao ensino superior significa não só um caminho de ascensão social para boa parte da população brasileira, como, também, uma forma de obter a formação necessária para um conjunto muito amplo de carreiras, incluindo algumas das mais valorizadas tanto do ponto de vista de remuneração como de reconhecimento público. Se é verdade que o ensino superior é um caminho de profissionalização ainda muito restrito, acessado de forma mais intensa pelos estratos mais ricos e por pessoas brancas, também é importante destacar que houve, desde os anos 2000, um movimento de democratização bastante relevante, que ampliou o acesso de jovens de escolas públicas e trouxe mais negras e negros às faculdades e universidades do país. Isso significa que muitas famílias, as quais nunca imaginaram ter membros dentro dessas instituições, puderam ver uma filha ou um filho ingressar no Ensino Superior, produzindo novas expectativas entre os segmentos de mais baixa renda.

Segundo dados do Censo do Ensino Superior, produzido pelo Instituto Anísio Teixeira (Inep), em 2000, o país tinha 2,7 milhões de matriculadas/os em cursos de graduação; enquanto, em 2021, esse número havia mais que triplicado, chegando a 8,9 milhões de matrículas. Isso significa um incremento muito significativo nas oportunidades de jovens ingressarem nessa etapa, impactando positivamente as expectativas de estudantes da rede pública em relação à continuidade dos estudos e colocando, de forma mais efetiva, o interesse em fazer uma universidade ou faculdade. Nos últimos anos, diversas pesquisas demonstram não apenas o desejo de estudantes por continuar os estudos no Ensino Superior após a conclusão do Ensino Médio, mas, também, a demanda de que a escola seja um espaço que contribua para um bom desempenho nos exames de seleção, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Políticas públicas impulsionam o acesso às universidades e faculdades

Se os exames seletivos seguem se constituindo como um grande funil para jovens chegarem às universidades e faculdades brasileiras, isso se deve a um problema estrutural na oferta de vagas, bastante limitadas, em um país em que essa etapa de ensino esteve por muitas décadas reservadas somente às elites. A ampliação de vagas é uma decorrência de um conjunto importante de políticas educacionais, implementadas a partir de meados dos anos 90, momento em que se iniciou uma expansão de matrículas do Ensino Médio; seguida de um conjunto importante de políticas públicas que ampliaram a oferta de vagas em cursos superiores tanto públicos quanto privados. Houve, também, um expressivo aumento de Universidades Federais — saltando de 45, em 2003, para 63 em 2018 —, possibilitando que a oferta de vagas duplicasse nesse período, com ênfase na região Nordeste do país e no período noturno.

Tendo em vista a dificuldade de jovens financiarem os estudos no setor privado, dois programas públicos impactaram de forma muito intensa a expansão de vagas nessas instituições. A criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005, possibilitou a concessão de bolsas de estudos — Parciais (50%) e Integrais (100%) — em instituições privadas, com base nas notas do Enem. Já o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), existente desde 1999, foi reformulado em 2010 — permitindo o custeio de quase toda mensalidade, tendo a União como fiadora e vinculando-se ao Enem. No mesmo ano, houve a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que possibilitou maior centralização dos exames de acesso, ficando associado ao Enem. Para além disso, também em 2008 criou-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), investindo no apoio à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, entre outros suportes ofertados. Esse conjunto de ações, combinadas, resultaram em uma ampliação muito significativa das inscrições no exame, que chegou a ter 8,7 milhões de participantes em 2014, quase o triplo de 2005.

Ainda assim, conseguir o acesso às universidades e faculdades por meio dos exames seletivos é uma das grandes incertezas de estudantes da rede pública. Se as matrículas no Ensino Superior vêm crescendo desde 2010, esse ritmo tem diminuído e, a despeito do Plano Nacional de Educação (PNE) prever, em sua Meta 12, alcançar uma taxa bruta de 50% de matrículas no Ensino Superior em 2024, esse percentual era de somente 39,3% em 2021, segundo o Censo do Ensino Superior (Inep). O PNE previu, também, a presença de 33% de jovens na faixa dos 18 a 24 anos em instituições de Ensino Superior, número que não deverá ser alcançado, uma vez que em 2021 somente 19,7% dessas/es jovens se encontravam nessa condição. Isso indica que a possibilidade de cursar essa etapa de ensino ainda está longe de ser universalizada, sobretudo para certos segmentos juvenis.

O sucesso das ações afirmativas e a importância do sistema de cotas

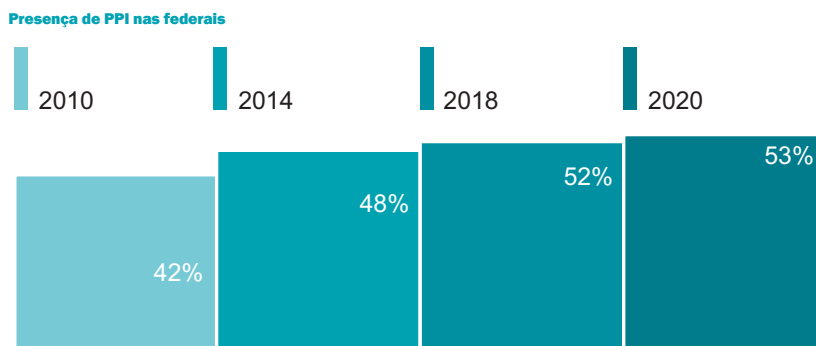
A criação das cotas em universidades completou dez anos de existência em 2022, com o enorme desafio de reduzir as importantes desigualdades no acesso à educação de nível superior. Apesar do tema alimentar muitos debates, há hoje um amplo reconhecimento dos seus efeitos positivos.

As primeiras políticas de ações afirmativas no Ensino Superior foram adotadas na primeira metade dos anos 2000, tanto na Universidade de Brasília (UnB) como na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A Lei de Cotas (Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012) foi aprovada em 2012, determinando que as instituições de ensino superior públicas devem destinar metade das vagas às/ aos candidatas/ os que estudaram os três anos do Ensino Médio na rede pública. Dentro dessas vagas reservadas às/ aos alunas/ os da rede pública, metade deve ser para estudantes com renda familiar mensal por pessoa igual ou menor a 1,5 salário mínimo; e metade para famílias que apresentam renda superior a esse valor. As vagas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), conhecidas como “cotas raciais”, são aplicadas a essas faixas de renda, de acordo com sua participação na população daquele estado, ou seja, o percentual populacional correspondente daquele segmento em cada unidade federativa, usando dados oficiais do IBGE. Além disso, uma alteração feita em 2017 incluiu pessoas com deficiência, aplicada no mesmo formato das cotas raciais.

A Lei de Cotas, portanto, amplia as chances de acesso dos segmentos populacionais que foram historicamente afetados por situações de discriminação ou desvantagens diversas e que se encontram, em razão disso, sub-representados no conjunto de estudantes do Ensino Superior. Essa medida não só faz uma reparação, ampliando oportunidades para grupos específicos, como também permite às instituições de Ensino Superior incorporar seus saberes, especificidades e contribuições, tornando mais plurais os conhecimentos produzidos nesses espaços. Trata-se de um mecanismo, entre outros, que obteve sucesso ao enfrentar as desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Após os bons resultados dessas experiências, diversas instituições públicas estaduais passaram a adotar políticas afirmativas, como no caso da USP e da UNICAMP, universidades muito prestigiadas que incorporam novas práticas de seleção. Mesmo diante de inúmeros esforços mobilizados para barrar e desqualificar as cotas raciais, uma pesquisa realizada, em 2022, pelo Cesop/Unicamp e Instituto Datafolha, indicou que 50% mostraram-se favoráveis a elas; enquanto um terço da população é contrária à adoção desse tipo de política.

É possível observar uma série de conquistas para a democratização do acesso ao Ensino Superior que resultam de tais ações e programas governamentais. Em primeiro lugar, ampliou-se a presença dos segmentos de mais baixa renda: se no início dos anos 2000, os 20% mais ricos (segundo a renda familiar per capita) eram cerca de 75% do total de estudantes de Ensino Superior, esse número se reduz gradativamente, ficando em torno de 40% do total de estudantes nesta etapa (depois de 2015). Em segundo lugar, ampliou-se a presença de estudantes das redes públicas: antes da Lei de Cotas entrar em vigor, 55% das/os ingressantes do ensino superior vinham do ensino médio público e, quatro anos depois, esse percentual saltou para 64%. Na USP, que desde 2017 adota medidas de reserva de vagas, em 2021, pela primeira vez registrou uma maior presença de estudantes vindas/os de escolas públicas do que de escolas privadas. Em 2023, essa proporção seguiu crescendo, e 54,1% das/os candidatas/os aprovadas/os haviam estudado na rede pública de ensino.

Por fim, houve uma profunda alteração na composição étnico racial do ensino superior. Adriano Senkevics (2022) indica que a participação de estudantes brancos e amarelos no total de matrículas girava em torno de 85% na década de 1990, caindo para 60% após vinte anos. Entre 2000 e 2010, houve um importante incremento na participação dos chamados PPIs (Pretos, Pardos e Indígenas), que quase triplicam ao longo do período, chegando a crescer 384% entre pretos. A expansão do ensino superior no período teria, portanto, beneficiado de forma muito expressiva a população negra.



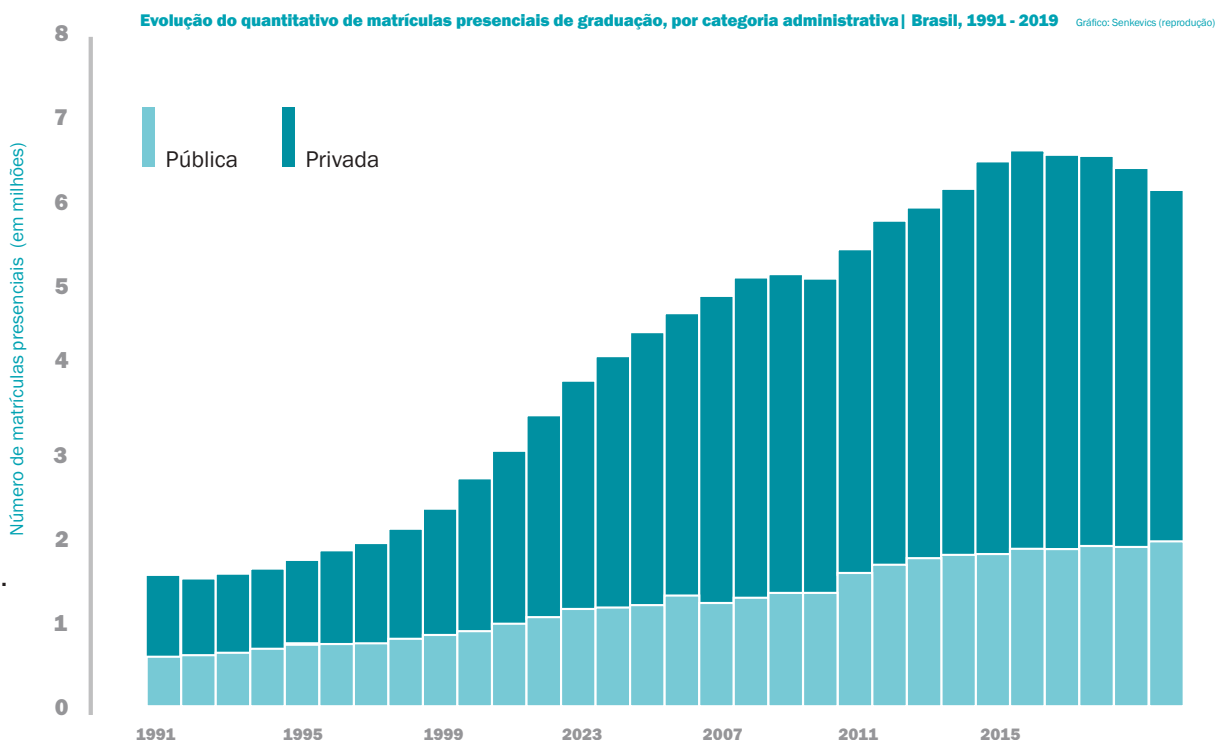
Percentual de alunos pretos, pardos e indígenas fonte: Andifes (2010, 2014, 2018, 2020)

É importante, também, considerar que a ampliação da participação de estudantes oriundos/os de escolas públicas, de famílias de baixa renda e de PPIs, foi desigual — de acordo com cursos e localidades. Um aspecto muito positivo foi a considerável ampliação de matrículas desses segmentos exatamente em carreiras mais valorizadas, como Medicina, Direito e Engenharia Elétrica, que receberam o dobro desses públicos entre 2012 e 2016.

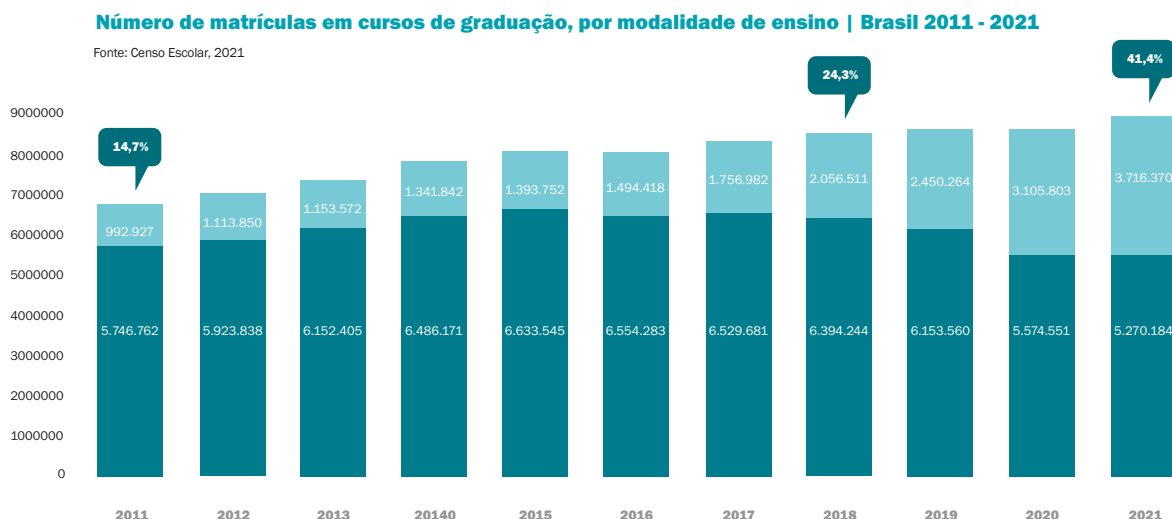
Um dos mitos a respeito das cotas diz respeito sobre um possível problema de rendimento de cotistas ao ingressar pelas políticas de ações afirmativas. No entanto, há hoje diversos estudos produzidos indicando que cotistas costumam ter desempenho igual ou até superior a não cotistas. Um estudo feito em 2022, a partir da parceria da Ação Educativa e do LEPES/UFRJ, indicou também que cotistas tiveram taxas de evasão menores ou equivalentes a de não cotistas. São resultados que confirmam a efetividade dessa política pública, refutando algumas visões negativas que são frequentemente difundidas na opinião pública.

Algumas características da oferta de ensino superior no Brasil

Um aspecto da expansão do ensino superior brasileiro é que ela tem sido bastante ancorada no setor privado. Em 1991, esse setor já era responsável pela maioria de estudantes do Ensino Superior (60% do total), chegando a 75% das matrículas em 2008; e 77% em 2021. Entre 1991 e 2019, o número de matrículas da rede pública de ensino superior aumentou 3,1 vezes, enquanto no setor privado esses números se tornaram 4,4 vezes maiores (SENKEVICS, 2022). Uma das principais críticas ao Prouni é que se trata de uma política que, focada no acesso ao ensino privado, investiu diretamente nesse setor, apoiando fortemente o seu crescimento com base no uso de recursos públicos.



Se a prevalência das universidades e faculdades privadas remonta a mais de três décadas, um fenômeno mais recente é a ampliação da oferta de Ensino à Distância (EaD). Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2021), em 2011 o ensino EaD respondia por 14,7% das matrículas de graduação, percentual que quase triplica em dez anos, chegando a 41,4% em 2021. Os números têm sido puxados, sobretudo, pela oferta da rede privada, onde o Ensino à Distância (EaD) já representava a maioria das matrículas em 2021; enquanto nas universidades públicas federais, o EaD representava somente 6% das matrículas.



A expansão do ensino superior brasileiro tem sido, contudo, refreada nos últimos anos com a retração de investimentos públicos e a fragilização dos programas e ações que haviam sido criados, inclusive comprometendo o funcionamento de algumas universidades públicas. Permanece a necessidade de ampliação do número de vagas, ainda insuficiente para dar conta da demanda gerada num país que passou, nas últimas décadas, por um processo de elevação de escolaridade de nível médio — ainda que permeado por desigualdades. Ademais, é preciso considerar os desafios tanto da qualidade dessa oferta como da permanência de estudantes, diante de um cenário econômico desfavorável.

Informação é poder — O que levar em conta na escolha de uma instituição de Ensino Superior?

Trata-se de uma pergunta fundamental para refletir sobre o Ensino Superior e a mobilização das/os jovens a buscar uma vaga nas instituições de ensino, especialmente na rede pública. Isso porque as pesquisas feitas com estudantes e ex-estudantes do Ensino Médio público brasileiro mostram que a maioria deles sequer sabe da existência de universidades públicas em seu estado e, menos ainda, sobre como funcionam e o que é necessário fazer para ingressarem nelas. Assim, o primeiro desafio a ser enfrentado é justamente vencer o obstáculo da informação e do conhecimento: Quais são os estabelecimentos públicos de nível superior da minha cidade e do meu estado? Onde eles estão localizados? Como são estes estabelecimentos? Que cursos oferecem? Qual a duração deles? Como são os exames e as provas de seleção para novos estudantes? Como e quando se inscrever? Esses estabelecimentos possuem programas que podem favorecer o ingresso (isenção, bônus, cotas, etc.) e a permanência (moradia es-

tudantil, bolsas de estudo, auxílio-transporte, etc.) de quem fez a educação básica em escolas públicas e de estudantes negras/os, indígenas e desfavorecidas/os socialmente? Essas informações podem ser obtidas, em boa medida, a partir de pesquisas na internet. Afinal, a maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiro possui sites que apresentam informações úteis, ainda que nem sempre facilmente localizáveis, àquelas/es que estão interessadas/os em tornar-se um futuro estudante de uma universidade pública. Mas outros caminhos podem ser igualmente frutíferos na busca por informações e conhecimentos. É possível organizar, por exemplo, uma visita às instituições de Ensino Superior públicas, o que permite não apenas obter informações, mas também conhecer um pouco do “clima” das instituições e da vida universitária.

Uma questão importante para jovens que estão realizando suas escolhas é estabelecer critérios para a definição de uma instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, é importante considerar, sobretudo, a significativa diferença entre **o que é uma faculdade** e **o que é uma universidade**. Em primeiro lugar, toda instituição de ensino superior possui uma ou mais faculdades, mas nem todas elas possuem a estrutura de uma Universidade. Segundo os critérios do Ministério da Educação (MEC), **uma Universidade deve contar com três eixos de atividades acadêmicas: Ensino, Pesquisa e Extensão**.

Assim, para além das aulas, as Universidades ofertam oportunidades de pesquisa e de atuação que não estão asseguradas em faculdades. Elas também precisam ter um terço de docentes com título de mestrado e doutorado (com dedicação exclusiva), o que tende a qualificar a formação oferecida. Embora apenas 8% das instituições de ensino superior do país sejam Universidades, boa parte delas são grandes, de modo que concentram a maioria das matrículas (55%).

Há, ainda, outras categorias de instituições: os **Centros Universitários**, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento e têm o mesmo critério das universidades na titulação de seu corpo de professoras/es, com a obrigatoriedade de 1/5 contratado em regime integral; e os **Institutos Federais** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), que são instituições públicas ligadas à esfera federal, os quais ofertam também o nível superior de modo gratuito, sendo especializados na oferta de educação profissional e tecnológica.

Ensino superior público ou privado?

Embora muitas vezes o imaginário social tenda a valorizar as instituições privadas, e existam cursos de nível superior muito reconhecidos que são particulares, é inegável que é no setor público que se concentram as instituições mais valorizadas. Um dos aspectos, como já dito, é a maior presença do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, bem como as condições de trabalho docente. O Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Inep em 2019, o qual afere a qualidade da oferta de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, apontou que aproximadamente metade (49,1%) das universidades públicas, dentre estaduais e federais, atingiu o máximo de qualidade esperada. Se considerarmos apenas as instituições federais,

este número chega a quase 71%. Enquanto isso, o percentual das IES privadas, com e sem fins lucrativos, que atingiram o máximo de qualidade esperada, é de 21,2%. Há mais professoras e professores com a titulação de doutorado no setor público; enquanto o setor privado possui uma maioria de mestres, conforme o Censo da Educação Superior (INEP, 2021). Vale lembrar que uma das principais distinções do ensino público e privado brasileiro é que o ensino superior público é gratuito, sendo, portanto, muito mais acessível. Além disso, são nas instituições públicas que as/os jovens encontram com maior frequência a oferta de políticas de acesso e permanência. Ainda assim, é importante que estudantes conheçam mais a respeito das carreiras e cursos (e quais são as instituições mais valorizadas), já que pode haver alguma variação para cada área.

Novos desafios: dificuldade de permanência e a mudança nas políticas

Permanecer no ensino superior é um importante desafio para a juventude que alcança essa etapa. Segundo dados do Censo da Educação Superior (2021), junto à inclusão de novos segmentos da sociedade veio um significativo aumento dos percentuais de desistência: que vão de 13% (em 2012) a 57% (em 2018), quando os números se tornam mais estáveis; chegando a 59% em 2021. Esses percentuais são sempre maiores nas instituições privadas, o que indica que os valores das mensalidades seguem sendo um fator preponderante para essa interrupção. Importante considerar que, entre jovens estudantes de ensino superior na rede privada, 61,8% trabalhavam e estudavam em 2018; enquanto na rede pública, esse número era de 40,3%. A necessidade de gerar renda, muitas vezes, é um dos obstáculos para concluir cursos de nível superior. Nesse sentido, o acesso ao Fies e às bolsas do Prouni são um dos fatores que reduzem as desistências, o que confirma a importância dessas políticas públicas para que jovens de segmentos de baixa renda possam concluir sua formação.

Tendo em vista que a expansão do acesso se deu, para uma boa parcela das/os estudantes, via ensino privado, as políticas públicas como o FIES e o PROUNI foram meios importantes de viabilizar os estudos. No entanto, mudanças feitas nos últimos anos afetaram negativamente esses suportes, resultando em maior dificuldade de pagar pelos estudos e ampliando o endividamento. No caso do Fies, foram feitas alterações para reduzir os gastos públicos e, em 2017, foi incluída a necessidade de coparticipação das/os estudantes, sendo retirado o período de carência que dava um prazo maior para estudantes começarem a pagar, bem como foram aumentados os juros e o valor financiado passou a ser descontado direto do salário daquelas/es que conseguiram emprego em carteira. Segundo dados do Inep, o número de concessões do Fies caiu 93% entre 2014 e 2022. Já o PROUNI, passou por uma mudança em 2022 que permitiu o acesso ao Programa por estudantes que cursaram escolas particulares de nível médio sem bolsa, enfraquecendo o seu papel de reduzir as desigualdades educacionais.

O ENEM atravessou, também, um fenômeno semelhante. O aumento da taxa de inscrição no exame, a inclusão de novos requisitos e a diminuição de prazos, resultaram em maior dificuldade de acesso, contribuindo para que o número de inscrições venha despencando nos últimos anos. Em 2021, cons-

tatou-se uma queda de 64% em relação a 2014 (quando o ENEM havia tido recorde de inscrições), com uma forte redução nas inscrições de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). A maior queda na inscrição do ENEM aconteceu entre as/os mais empobrecidas/os, com renda de até 3 salários mínimos, com uma significativa redução da concessão de gratuidades na taxa de inscrição.

Além disso, é preciso considerar os impactos desiguais da crise econômica e da pandemia de Covid-19 sobre as/os estudantes e suas famílias. Nesse sentido, é importante ressaltar que não há uma queda no interesse em acessar o ensino superior, mas uma piora, nos últimos anos, nas condições gerais de alcançar essa etapa. Ainda assim, esse suposto desinteresse tem sido utilizado como argumento para as mudanças ocorridas no ensino médio brasileiro. Um conjunto de reformas educacionais, como a implantação do Novo Ensino Médio, tem retirado conteúdos que então eram lecionados nessa etapa da educação básica para dar maior ênfase na formação e no acesso ao trabalho. Especialmente, por meio dos itinerários formativos, da lógica da competência e do enxugamento de algumas disciplinas, as reformas educacionais mais recentes recolocam a oposição entre ensino profissionalizante e ensino propedêutico. Justifica-se que não há mais trabalho para quem sai do ensino superior e que boa parte das/dos estudantes não terá uma trajetória em instituições de nível superior.

Assim, o que resulta dessas mudanças é um forte desestímulo para que jovens das camadas populares possam tentar o acesso às universidades e faculdades. Tais medidas têm, contudo, encontrado forte rejeição de estudantes, particularmente interessadas/os em encontrar na escola um espaço de apoio para obter uma vaga no ensino superior, que se reafirma como uma demanda dessas juventudes — conforme evidenciam diversas pesquisas.

Os cursos pré-vestibulares comunitários

Quando se inicia um movimento de democratização da educação básica, incluindo nos bancos escolares novos segmentos até então excluídos do direito aos estudos, há um significativo impacto nas aspirações dessas e desses jovens, bem como de suas famílias, que passam a vislumbrar a possibilidade de ingresso numa universidade ou faculdade como meio de ascender socialmente e conquistar uma posição mais digna no mundo do trabalho — movimento esse potencializado com o ciclo de expansão de vagas e mecanismos de acesso criados após os anos 2000. Para superar as barreiras impostas pelo funil dos exames, vão sendo criadas, sobretudo em centros urbanos, iniciativas comunitárias que se utilizam de trabalho voluntário, constituindo um corpo de professoras/es para transmitir os conteúdos das provas a jovens de cada território onde atuam, formando, aos poucos, redes de relações locais.

Conforme definiu Senkevics:



Os cursos pré-vestibulares comunitários procuram definir-se como espaços de formação crítica e de intervenção política, com projetos educativos que buscam compatibilizar a preparação para o vestibular com a conscientização do que representa essa barreira e da importância de se ocupar os espaços educacionais antes destinados às camadas privilegiadas. (SENKEVICS, 2022, p. 64).

Os chamados cursinhos populares se constroem não apenas considerando as trajetórias individuais, mas como uma frente de luta coletiva, muitas vezes com algumas agendas definidas, sendo iniciativas de ações afirmativas. Não à toa, são espaços que olham com interesse particular para jovens negras e negros, oriundas/os das periferias. Até por isso, são a partir de cursinhos populares, em aliança com outros movimentos, como o movimento negro, que se iniciam as lutas pela adoção de políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais. Em 1996, a rede de cursinhos EDUCAFRO abriu uma Ação Civil Pública (ACP) contra a USP por entender que a instituição não debatia a exclusão racial nos seus cursos.

Muitas vezes, as/os estudantes do ensino médio público que não se sentem suficientemente preparadas/os para enfrentar os exames e não têm condições econômicas de custear um curso pré-vestibular privado, não conhecem os cursinhos populares. Nesse sentido, parece importante haver uma aproximação entre escolas e outros espaços de educação não formal da juventude com os cursinhos populares, estimulando o envolvimento nessas iniciativas.

Ensino superior: uma missão possível

Embora uma parte significativa da juventude que sai das escolas públicas ainda não consiga ingressar no Ensino Superior, a pressão de coletivos juvenis, de organizações do campo de defesa dos Direitos Humanos e de movimentos sociais, tornou esse espaço mais acessível. Dedicar-se aos estudos após a conclusão do ensino básico encontra muitas vezes barreiras, como a necessidade de trabalhar. Nesse sentido, para boa parte da juventude, dedicar-se à preparação, ingresso e permanência, pode demandar um forte apoio familiar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD; IBGE, 2020) indicou que a conclusão do ensino superior possibilita uma renda média mais de cinco vezes superior à de trabalhadoras/es menos escolarizadas/os, além de reduzir as chances de permanecer desempregada/o. Assim, diversas famílias, educadoras/es e jovens, têm empreendido esforços muito significativos para trilhar esse caminho, o que contribui para pressionar a sociedade e os governos a reconhecerem e darem respostas a essa demanda, produzindo novos horizontes para a juventude brasileira.

Referências Bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA; LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO (LEPES). **Análise de dados da população brasileira e de indicadores das universidades federais, 2010-2019**. Relatório de pesquisa. São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ): Ação Educativa, LEPES, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/08/pesquisa-avaliacao-lei-de-cotas-lepes-acao-educativa.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BATISTA, Rafael. Enem 20 anos: a transformação da maior prova do Brasil. **UOL**, 2018. Disponível em: <<https://vestibular.brasile scola.uol.com.br/enem/enem-20-anos-transformacao-maior-prova-brasil.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituições da Rede Federal. **MEC**, 2023. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

EDUCAÇÃO superior amplia renda e mitiga o desemprego no Brasil, aponta pesquisa. **Portal Terra**, 22/04/2022. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao-superior-amplia-renda-e-mitiga-o-desemprego-no-brasil-aponta-pesquisa,6d562557cf78c7e325e339bfc01d76cewcmtiu82.html>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ENEM tem queda de 77% de inscrições de estudantes pobres. **Carta Capital**, 02/09/2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/enem-tem-queda-de-77-de-inscricoes-de-estudantes-pobres/#:~:text=Um%20levantamento%20realizado%20pela%20Semesp,aprovada%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MAIORIA da população é favorável às cotas raciais. **Ação Educativa**, 2022. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/maioria-da-populacao-e-favoravel-as-cotas-raciais/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.711%2F12,prevista%20uma%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2021**: divulgação de resultados. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PEDUZZI, Pedro. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. Agência EBC, 21/05/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R. D. & XAVIER, W. S. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260020>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SENKEVICS, Adriano S. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/publico/ADRIANO_SOUZA_SENKEVICS_rev.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SOUZA, D. C. C.; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 2, p. 409–426, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041789>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

TANCREDI, Silvia. Fuvest: mais da metade dos aprovados no Vestibular 2023 são da rede pública. UOL, 16/05/2023. Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/noticias/fuvest-mais-da-metade-de-aprovados-no-vestibular-2023-sao-da-rede-publica/354539.html>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Texto de Apoio 4 | A juventude e o mundo do trabalho

O mundo do trabalho é uma dimensão central para a juventude brasileira. Desde muito cedo, jovens enfrentam dilemas acerca das escolhas profissionais ou da necessidade de trabalhar.

Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) realizou uma pesquisa nacional junto a jovens brasileiras/os abordando diversos temas. Os resultados evidenciaram que o trabalho se constitui em um elemento central da vida juvenil, ainda que com diferentes significados, a depender das condições e das experiências vividas pelas/os jovens. Quando perguntadas/os a respeito de seus sonhos, 48% dessas/es jovens indicaram aspectos relativos ao trabalho, destacando a busca por “um bom emprego”, “entrar no mundo do trabalho” e “ter realização profissional” (aspectos mais fortes entre as/os mais jovens, sendo a maior parte constituída por estudantes pertencentes a estratos sociais de mais baixa renda). Mais da metade disse contribuir com a renda familiar, número que saltava para 70% quando consideradas/os jovens entre 25 e 29 anos.

Na mesma pesquisa, a ideia de trabalhar aparece vinculada a três elementos diferentes: por necessidade (33% das respostas); para ter independência (25% das respostas); e como forma de realização pessoal (20% das respostas). Os aspectos positivos do trabalho foram associados tanto a ter um bom salário (39% das respostas) quanto às dimensões de realização pessoal e profissional (35%), como: conhecimento e experiência adquiridos; possibilidade de crescimento na carreira; poder ajudar a família; ter autonomia financeira. O interesse da juventude pela esfera laboral não se dá apenas pela remuneração em si, mas pela possibilidade de circulação em diferentes espaços; mobilidade pela cidade; ter acesso ao lazer e à cultura; consumo de novas tecnologias (especialmente celulares e computadores). **As gerações mais recentes têm demandado postos de trabalho que se constituam, também, como espaços de expressão e realização pessoal, ou seja, a possibilidade de ir além de seu caráter instrumental.**

É nesse contexto que o trabalho se constitui em um direito reconhecido pelo Estatuto da Juventude (2013), em seu art. 14: “O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.” Não faltam, contudo, desafios para a sua efetivação, em uma sociedade em que a ausência de trabalho faz parte da vida de muitas e muitos jovens, sobretudo nas camadas populares.

Um dos grandes obstáculos com o qual a juventude se depara no início de sua vida profissional são os **altos índices de desemprego**: de modo geral, ao longo dos últimos 30 anos, as taxas de desemprego juvenil têm sido o dobro do restante da população. Assim, para grande parte das/os jovens, o trabalho se faz presente pela sua escassez, produzindo uma forte insegurança nas trajetórias profissionais de jovens e afetando de forma mais intensa alguns segmentos: negras/os, mulheres e a juventude oriunda de famílias de baixa renda. De acordo com relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), no ano de 2022 o desemprego atingiu uma/um cada quatro jovens brasileiras/os,

índice que se agravou ainda mais durante a pandemia de Covid-19: o desemprego juvenil aumentou de 25%, no final de 2019, para quase 31% no final de 2020.

Uma pesquisa realizada, em 2022, pelo Datafolha, abrangendo 12 capitais brasileiras, identificou que 32% das/os jovens se encontravam trabalhando e estudando; 47% só trabalhavam; 17% se dedicavam exclusivamente aos estudos; enquanto 4% não trabalhavam nem estudavam. A massificação da oferta escolar nos anos 2000 e a melhoria das condições econômicas durante certo período permitiram que uma parcela maior de jovens tivesse uma elevação de escolaridade e pudesse se manter somente estudando até os 17 anos. Já para os 18 anos, ele veio se configurando no momento em que a maior parcela da juventude ingressa no mundo do trabalho e, a partir daí, as trajetórias se tornam mais heterogêneas, variando consideravelmente de acordo com as condições econômicas, território, gênero e raça/cor, entre outros aspectos.

Os estudos sobre jovens indicam que a relação da juventude de camadas populares com o trabalho está longe de ser uniforme. **Além de ser frequentemente marcada pela informalidade, pela realização de bicos e “corres” (que muitas vezes não são considerados trabalhos “de verdade”), há também a alta rotatividade e as frequentes idas e vindas no mercado de trabalho — não somente pelo momento de vida dessa juventude, mas, especialmente, pelas características dos postos disponíveis, que se situam sobretudo nos setores de comércio e serviços.** Nesse sentido, o desafio das/os jovens não está somente em encontrar um trabalho, mas também em ter condições de acessar os postos de trabalho com melhor qualidade.

Adalberto Cardoso (2019) analisou as trajetórias de indivíduos que viveram sua juventude nos anos 1990, e início dos anos 2000, constatando que, para essas e esses jovens, as chances encontradas para alcançar posições melhores no mercado de trabalho se reduziram em relação às gerações anteriores, ficando mais restritas àquelas/es que obtiveram o diploma de Ensino Superior. Conforme aponta o sociólogo, “os jovens passaram a ver suas perspectivas de carreira postergadas para fases mais avançadas do curso de vida” (CARDOSO, 2019). Ao mesmo tempo, as mudanças que foram flexibilizando as relações de trabalho inviabilizaram as perspectivas de uma “carreira para a vida”, passando a exigir de trabalhadoras e trabalhadores a capacidade de atualização contínua, ao mesmo passo que tornam rapidamente obsoletas as novas habilidades adquiridas. **Diante dessa realidade, frequentemente a obtenção de trabalho vai ser assumida como tarefa individual, carregada de uma lógica meritocrática e vinculada à ideia de empregabilidade, ou seja, o imperativo de jovens adequarem-se continuamente às necessidades e preferências do mercado, sobretudo das empresas.** As novas formas de gestão do trabalho assalariado passam a impor mecanismos de permanente validação, reforçados pela introdução do discurso de competências, produzindo, entre jovens, a percepção da insuficiência do diploma escolar e a busca constante por autoaperfeiçoamento (TARTUCE, 2007).

O chamado “modelo de competência” assenta-se, em primeiro lugar, no fato de que as competências são atributos vinculados à dimensão subjetiva dos indivíduos, que se refere ao seu engajamento pessoal em função da vida profissional. Em segundo lugar, a noção de competência se vincula à capacidade de adquirir novos conhecimentos valorizados pelo mercado de trabalho, ou seja, a capacidade





good night

gute nacht

boa noite

buona-notte

1:50

Na_2SO_4

de trabalhadoras e trabalhadores articularem a dimensão cognitiva desses saberes com as atitudes necessárias para, de forma mais autônoma, resolver problemas em uma dada situação. Reflete, portanto, uma maior exigência sobre características e comportamentos pessoais no sentido de cada indivíduo se tornar mais produtivo nas funções que lhe forem atribuídas na esfera profissional.

Jovens, especialmente dos segmentos de baixa renda, são frequentemente cobradas/os para que realizem sacrifícios no presente para alcançarem um futuro promissor. Muitas vezes há um descompasso entre o que é depositado sobre a juventude e as condições concretas de realização profissional, diante das diversas limitações e constrangimentos vividos ao longo de suas experiências de estudo e trabalho. Um dos exemplos mais expressivos é a forma como tem sido debatido o problema de jovens que não trabalham e não estudam, frequentemente apresentadas/os por alguns setores que atuam com o campo da juventude e pela grande imprensa a partir da nomenclatura: “nem-nem”. Segundo essas abordagens dominantes, a explicação para essa situação seria o desengajamento, a falta de interesse ou de mobilização das/dos próprias/os jovens – um problema a ser superado por meio de ações do Setor Público e Privado. Ao encarar a questão sob a ótica de culpabilização, pouco se consideram os perfis e as causas mais estruturais desse problema. Segundo a PNAD Contínua de 2019, o principal segmento de juventude concomitantemente sem acesso ao estudo e trabalho são as mulheres negras, cujo percentual nessa situação (34%) conformava mais que o dobro do de homens brancos (14,6%). Uma parcela expressiva é formada por jovens que realizam tarefas domésticas e de cuidado (boa parte, mães). Também pouco se considera que é exatamente a juventude e, em particular, as mulheres negras que lidam com períodos mais longos de desemprego: segundo dados da PNAD Contínua de 2021, 52,3% das mulheres negras trabalhadoras estavam há mais de dois anos em busca de trabalho, enquanto o percentual de homens brancos nessa condição não chegava sequer à metade, 25,3%. A análise dos “nem-nem” à luz das desigualdades de gênero e raça possibilita refletir que a parcela de jovens que nem trabalha, nem estuda, não está parada. Diante disso, muitas/os especialistas preferem se referir a essa condição como jovens “sem-sem”, marcada pela violação de direitos e a ausência de políticas públicas que atendam as especificidades juvenis.

Trabalhos precários

Embora o tema do trabalho seja muito discutido em diversos espaços, com bastante evidência nas coberturas da mídia, é muito comum que esse debate se restrinja à necessidade de aumentar a oferta de empregos em detrimento das condições de trabalho. Não à toa, esse discurso foi o principal motor da aprovação, em 2017, da chamada Reforma Trabalhista, a qual entrou em vigor por meio da Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Anunciada pelo governo com a promessa de gerar mais postos, ela não produziu o efeito anunciado, mas, ao contrário, nos anos posteriores à sua vigência, evidenciou-se a permanência de altos índices de desemprego, com o aumento da desproteção, da informalidade e a ampliação dos contratos intermitentes (modalidade em que o contrato não especifica uma jornada predeterminada e a/o trabalhadora/or recebe somente por horas ou dias trabalhados). Ainda assim, nos anos posteriores, continuaram a surgir novas propostas baseadas na flexibilização de direitos trabalhistas da população jovem, sempre baseadas no barateamento dos custos de contratação por meio da supressão de direitos.

A juventude brasileira, portanto, não apenas lida com o problema do desemprego, mas também com a baixa qualidade dos postos de trabalho ofertados, cujas características predominantes são: a informalidade; os baixos salários; as altas exigências por resultados; o controle sobre sua aparência; outros aspectos associados ao que se denomina por trabalho precário.

Trabalho precário e trabalho decente

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define **trabalho precário** com base em sete dimensões inter-relacionadas: a) falta de oportunidades de emprego; b) proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária; c) impossibilidade de continuar em uma ocupação particular por causa da falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho; d) condições frágeis de segurança ocupacional e saúde; e) falta de acesso à educação básica e a algum treinamento vocacional; f) nível inadequado de renda, nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura; g) falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar.

O **trabalho decente** é definido, pela mesma OIT, como: “um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. Essa noção de trabalho decente apoia-se em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social.

Quando pensamos no acesso ao trabalho pela juventude, é fundamental considerar as condições em que esse trabalho se dá. Por, em tese, estarem no auge do seu vigor físico, e, também, por ainda não acumularem experiência profissional, a sociedade naturaliza a destinação (para jovens) de vagas com as piores condições de trabalho — como se fosse um “esforço necessário” —, a despeito das suas implicações, como: afastamento dos estudos; poucas chances de desenvolvimento profissional; ou situações de sofrimento mental que impactam fortemente a qualidade de vida. A seguir, apresentam-se algumas formas de trabalho juvenil particularmente representativas dessa precariedade:

- **Telemarketing**

Ao longo do século XXI, o trabalho no setor de *Call Center* caracterizou-se como uma das principais formas de acesso de jovens à uma ocupação remunerada, sendo também uma oportunidade de trabalho formal em grandes centros urbanos. Em 2012, o Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintelmark), estimava 1,4 milhão de trabalhadoras/es no Brasil atuando nesse setor. Apesar da jornada extensa, repetitiva, com pouquíssimas pausas, baixa remuneração, alta rotatividade e elevadas taxas de adoecimento, o telemarketing constituía (e ainda constitui), para uma parcela da juventude, uma por-

ta de entrada para o mercado de trabalho formal, uma vez que a maioria das/os jovens nessa função era contratada dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Sobretudo para a juventude negra, LGBTQIA+ e com corpos fora do padrão social de beleza tomado como “boa aparência” nos processos de seleção de emprego, tais postos são muitas vezes encarados como uma “estratégia de passagem” para, por exemplo, custear uma faculdade privada ou manter as despesas financeiras durante o estudo para o ingresso no Ensino Superior público. Para algumas mulheres (negras, sobretudo), também representa um meio de escapar do trabalho doméstico remunerado, considerando a trajetória das demais mulheres de suas famílias.

Se por duas décadas do século XXI o telemarketing constituiu um grande espaço de empregabilidade da juventude, desde 2015 a oferta de trabalho caiu; e no ano de 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o setor foi o que mais eliminou postos de trabalho no país. Tal alteração está relacionada à robotização dos atendimentos e aos novos canais de propaganda, como redes sociais e aplicativos.

- **O trabalho por aplicativos**

Na última década, os aplicativos têm se tornado uma das maiores bases de ocupação remunerada da juventude. Em 2022, estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontaram que cerca de 1,5 milhão de pessoas estavam atuando no setor de transportes através de plataformas digitais, sem regulação trabalhista. A presença de jovens entre entregadoras/es era bastante expressiva: 7,63% tinham de 14 a 19 anos de idade e 37,99% tinham de 20 a 29 anos de idade, sendo a maioria formada por jovens negras/os (LAPA, 2021). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao ano de 2020, indicaram um crescimento de mais de 8% no número de entregadoras/es durante o período das medidas de isolamento social. Isso significa que muitas/os jovens não puderam adotar medidas de distanciamento definidas pelas autoridades sanitárias, circulando pela cidade e se expondo à Covid-19 por conta da necessidade de garantir renda.

A pesquisa da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (ALIANÇA BIKE), em 2019, vai na mesma direção, indicando que 75% das/os entregadoras/es de bicicleta tinham até 27 anos de idade, sendo majoritariamente jovens negros, e realizando longas jornadas de trabalho (algumas superiores a 12 horas diárias), sobretudo nos finais de semana. Essas/es jovens precisavam arcar com os riscos e os custos do seu trabalho, recebendo conforme a capacidade de dispor de seu esforço e de seus corpos para trabalhar.

O fenômeno da expansão de atividades remuneradas através de aplicativos, em regime de prestação de serviço sem vínculo empregatício, tem recebido, por parte de muitos especialistas, o nome de *uberização*. O conceito faz referência à gigante mundial do transporte de passageiros, mas não se restringe a essa empresa (e tampouco se origina dela). Encontra-se diretamente ligado com as práticas empresariais que, a partir do uso de tecnologias, mediam a prestação de serviços diversos e visam aumentar os lucros através da redução progressiva de direitos trabalhistas e da própria negação da existência de um

vínculo de trabalho. Esses arranjos de trabalho mediados pela tecnologia, com vínculos temporários e remunerados sob demanda por projeto ou serviço, também têm sido chamados de *GIG Economy*.

Segundo Ludmila Abílio (2020), motoboys e entregadoras/es de bicicleta materializam transformações no controle, no gerenciamento e na organização das atividades laborais, sendo uma expressão do processo histórico que constitui o mundo do trabalho contemporâneo, com a intensificação de relações de trabalho flexíveis, eliminação de direitos e liberação de fluxos financeiros – possibilitando que empresas, as quais atuam com plataformas digitais, monopolizem mercados e se apropriem da força de trabalho de segmentos mais pauperizados da população.

O empreendedorismo

Uma das mais propagadas respostas ao problema do desemprego juvenil tem sido o fomento ao empreendedorismo, frequentemente associado à valorização da iniciativa individual, criatividade e capacidade de competição nas mais diversas áreas econômicas. Conforme apontaram Livia Di Tommasi e Carla Corrochano (2021), o discurso do empreendedorismo como grande promessa de acesso à renda pela juventude é resultado do investimento de setores empresariais na disseminação desse modelo de trabalho, com grande alcance nos meios de comunicação e nas políticas públicas.

O campo ganha força em 2008, quando se criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), definindo um formato legal para esse tipo de atividade. Um estudo do Ministério da Economia (ME) indicou que, em 2021, as MEIs representavam 70% do total de empresas existentes no Brasil, tendo sido criados 3 milhões de novos cadastros só naquele ano. Nos últimos anos, o tema também ingressou como conteúdo do currículo de escolas públicas, tornando-se elemento central de cursos de capacitação ofertados nas diferentes esferas governamentais, assim como foco de iniciativas públicas e privadas de oferta de recursos para jovens iniciarem seu próprio negócio.

Por outro lado, os resultados não são tão promissores: o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que seis em cada dez empresas fecham as portas em até cinco anos; e 80% das micro e pequenas empresas não chegam a completar o primeiro ano. Ainda que as *startups* tenham se consolidado como um modelo de sucesso profissional ou que se tornar uma/um influenciadora/or digital faça parte do imaginário de muitas e muitos jovens, as condições reais de concretizar tais projetos não são tão efetivas para jovens num contexto de maior pobreza, inclusive porque implicam investimentos que, na maior parte das vezes, não estão ao seu alcance.

Contudo, é importante reconhecer que existem muitas iniciativas juvenis, sobretudo no campo da cultura, que dialogam com práticas empreendedoras e que são formas legítimas de jovens buscarem escapar de situações de exploração pelo mercado de empregos e de tentarem trabalhar com o que gostam. Frequentemente são meios de buscar obter renda de forma coletiva, associada a um engajamento social ou com atividades mais criativas. **Trata-se de uma tentativa de se afastar do desemprego, do trabalho em funções precárias e subalternas, para realizar sonhos (tanto de prosperidade material como de**

ganho de status social) — além de conseguir maior flexibilidade de horários, podendo ser mais compatível com outras atividades.

Essas formas de trabalho juvenil desregulamentado indicam, portanto, uma tendência mais estrutural nas relações de trabalho. De acordo com a PNAD (2020), o número de contratações de Pessoa Jurídica (PJ) tem crescimento acelerado e sem sinais de diminuição. Esse regime de contratação foi criado para a prestação de serviços sem relação de frequência significativa entre a/o prestadora/or e a/o contratante. Apesar disso, no país, o aumento do número de contratos PJ resulta, em muitos dos casos, numa prestação de serviço cujo vínculo se assemelha ao serviço de uma/um trabalhadora/or CLT, com dias, horário, prazos e salários estabelecidos.

.....

Saiba mais +

Como constatar a existência de vínculo empregatício?

Caso entre com um processo exigindo os direitos de carteira assinada, uma PJ pode ter êxito judicial se comprovar características que configuram emprego. As principais são:

- Regularidade: continuidade dos serviços prestados, horários definidos;
- Remuneração: salário previamente combinado, sem variação significativa;
- Subordinação: hierarquia na relação de trabalho, existência de chefe.

.....

Políticas públicas de juventude e trabalho

No Brasil, desde meados da década de 1990, o reconhecimento da maior fragilidade das/os jovens no mundo do trabalho tem mobilizado organizações da sociedade civil e gestoras/es governamentais a construir estratégias capazes de ampliar as chances de inserção profissional e permanência das/os jovens nesse universo. As medidas são de várias ordens, mas concentram-se, sobretudo, em duas frentes: a) no adiamento da entrada no mundo do trabalho com vistas à elevação da escolaridade; e b) na oferta de qualificação profissional. Tais políticas encontram limites importantes, já que não há uma constatação segura de que uma melhor formação/qualificação de jovens implique necessariamente em um maior acesso ao trabalho ou uma melhoria da qualidade dos trabalhos acessados pela juventude. Além disso, não é incomum que, a depender do tipo de qualificação ofertada, jovens sejam levadas/os a uma inserção em ocupações precárias (TOMMASI & CORROCHANO, 2020). Contudo, algumas políticas públicas merecem destaque, apresentando avanços significativos:

Lei da Aprendizagem — O Decreto de Lei n.º 11.061, de 4 de maio de 2022, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5%, e um máximo de 15%, do seu quadro de funcionárias/os cujas funções demandem formação pro-

fissional. O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Mas quem pode ser uma/um aprendiz? Podem se tornar jovens aprendizes as/os jovens com idade entre 14 e 24 anos, inscritas/os em um programa de aprendizagem oferecido por uma instituição que ofereça qualificação profissional e seja reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Caso a/o jovem não tenha concluído o Ensino Médio, deverá conciliar a frequência à escola com a jornada de trabalho.

A/O jovem participante recebe um salário mínimo e todos os direitos trabalhistas e previdenciários lhe são garantidos. A/O aprendiz contratada/o tem direito ao 13º salário e a todos os benefícios concedidos às/aos demais empregadas/os. Além disso, suas férias devem coincidir com o período de férias escolares. É importante ressaltar que a jornada de trabalho e a qualificação profissional das/os jovens não pode ultrapassar seis horas diárias, para quem ainda não concluiu o Ensino Fundamental; e até oito horas diárias para àquelas/es que já concluíram a primeira etapa da Educação Básica. O contrato tem duração máxima de dois anos. Em se tratando de pessoa com deficiência, não há limite de idade.

O trabalho como aprendiz tem sido uma forma de inserção mais protegida, mas a implementação da Lei de Aprendizagem se depara com alguns desafios importantes. O primeiro deles diz respeito ao risco de jovens que se encontram na condição de aprendizes lidarem com jornadas semanais intensas. A pesquisa realizada, em 2010, pela psicóloga Andréa Aparecida, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), deparou-se com jovens paulistanas/os que chegavam a realizar jornadas de até 65 horas semanais (40 horas entre o trabalho e o acompanhamento da ONG, e até 25 horas semanais de estudo). Como consequência, as/os adolescentes tinham comprometimentos no acesso ao lazer e ao convívio familiar, e, em alguns casos, queixavam-se de queda de desempenho escolar e comprometimentos na saúde. Outro desafio diz respeito à própria aplicação da Lei, uma vez que os dados do Governo Federal indicavam, em 2018, que somente 30% a 40% das vagas potenciais de aprendizes eram efetivadas, o que indica que muitas empresas não mantinham aprendizes de acordo com o percentual previsto.

Estágio de Ensino Médio — O estágio consiste em um outro importante caminho de inserção de jovens no mundo do trabalho, inclusive quando estas/es se encontram na Educação Básica. Segundo a legislação (*Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*), podem estagiar as/os estudantes a partir dos 16 anos, que estejam matriculadas/os e frequentando regularmente cursos de Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Superior ou Ensino Fundamental profissionalizante, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estágio é previsto como uma atividade de caráter educativo, que deve contribuir, sobretudo, para o processo de formação das/os estudantes (de diferentes níveis e modalidades de ensino), a partir de atividades práticas realizadas num determinado espaço e contexto de trabalho. Justamente por seu caráter complementar à educação formal, a celebração de um Contrato de Estágio está condicionada ao acompanhamento efetivo de uma/um “professora/

or orientadora/or” do estabelecimento de ensino ao qual a/o jovem está vinculada/o, bem como de uma/um supervisora/or vinculada/o à instituição responsável pela concessão do estágio.

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude

O governo brasileiro assumiu o compromisso com a promoção de trabalho decente para jovens, por meio da *Agenda Nacional pelo Trabalho Decente para a Juventude*. A agenda foi fruto da parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que coordenaram, de 2009 a 2015, um processo de diálogo entre organizações sindicais, de empregadoras/es, gestoras/es públicas/os e sociedade civil, contando com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela indicou a necessidade de ir além das ações mais tradicionais, compreendendo a necessidade de as políticas públicas atuarem com um conjunto integrado e complexo de ações que sejam capazes de ampliar a formalidade do emprego, salário, saúde e segurança no trabalho, contrato e proteção social, direito à sindicalização. Ela previa a construção de um plano de acesso ao trabalho decente, que foi, contudo, interrompido pelo *impeachment* da presidente, Dilma Rousseff.

A busca por um bom trabalho e as lutas sociais

A construção de ações em favor do acesso ao trabalho e, especialmente, a ampliação de direitos nesse campo passam, sobretudo, pela organização coletiva de trabalhadoras e trabalhadores. A história brasileira indica que a mobilização popular tem sido responsável por avanços muito significativos. Os ciclos de greves operárias no final da década de 1970 e início da década de 1980, que resultaram em expressivos ganhos salariais, é um exemplo; assim como as lutas das trabalhadoras domésticas que culminaram na aprovação, em 2013, da *Emenda Constitucional n.º 72*. A chamada PEC das Domésticas possibilitou ao Estado brasileiro reconhecer a necessidade de valorizar essa forma de trabalho e oferecer a essa trabalhadora condições mais dignas: definiu uma jornada de trabalho (8 horas diárias e 44 horas semanais); o pagamento de horas extras e a remuneração por trabalho noturno; obrigou o recolhimento de FGTS pela/o empregadora/or e a indenização em caso de dispensa sem justa causa; deu acesso ao seguro-desemprego, ao auxílio-creche e ao seguro-acidente; entre outros benefícios.

As lutas da juventude por melhor acesso ao trabalho tem sido expressa, por exemplo, na mobilização da categoria das/os entregadoras/es por aplicativo. Desde 2020, jovens entregadoras/es se organizaram para realizar uma série de paralisações e manifestações reivindicando melhores condições de trabalho, sobretudo a partir do *#brequedosapps* (ABÍLIO, 2020). Por meio de diferentes estratégias de resistência, tanto nas ruas como nas redes sociais, conseguiram produzir maior visibilidade às difíceis condições a que estavam submetidas/os. Esses esforços culminaram na aprovação do Projeto de Lei n.º 1665/20, o qual garante proteção social e de saúde durante a vigência da pandemia de Covid-19.

Considerando que uma parte significativa da juventude presente no Ensino Médio tem ou já teve algum tipo de inserção no mundo do trabalho, a metodologia Tô no Rumo aposta na importância de dialogar

com jovens a respeito das suas experiências, contribuindo para refletir acerca delas. Também considera fundamental que a juventude compreenda que a busca por um bom trabalho acontece em permanente tensão com a realidade e as desigualdades que atravessam a vida social, fazendo com que essas experiências sejam vividas de formas distintas. **Nesse sentido, ter conhecimento sobre o que é um trabalho digno ou decente e quais são os direitos associados ao trabalho se torna um elemento importante de aprendizagem. É também importante que jovens não vivam os desafios de construção de uma trajetória profissional de forma individualizada, carregando sozinhas/os a responsabilidade de superação, mas que possam compreender que a organização coletiva é um importante elemento de conquistas nesse campo.** Se saber produzir um currículo ou conhecer os caminhos de conjunto mais complexo de situações que devem estar contempladas em um ciclo formativo.

Referências bibliográficas

ABILIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3, pp. 579-597, set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ABRAMO, Laís. Trabalho decente. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, Ipea, v. 3, n. 21, 2006.

AÇÃO EDUCATIVA. **A situação de jovens mulheres negras no mercado de trabalho**. 1. ed., v. 1. São Paulo: Ação Educativa, 2022. 32 p. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-MUDE-com-Elas-1.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário da União, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla; FREITAS, M. V. Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: NOVAES, R.; VENTURI, G.; RIBEIRO, E. & PINHEIRO, D. (Orgs). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. P. 155-175.

DEBATEDORES alertam comissão sobre possíveis retrocessos na Lei da Aprendizagem: Conanda vê risco de aumentos de casos de trabalho infantil. **Câmara dos Deputados**, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/868819-debatedores-alertam-comissao-sobre-possiveis-retrocessos-na-lei-da-aprendizagem>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FERREIRA, V. S. Ser DJ não é só soltar o play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho. **Educação & Realidade**, [s.l.], n. 58, p.71-108, set. 2017.

GÓES, Geraldo; FIRMINO, Antony; MARTINS, Felipe. Painel da Gig Economy no setor de transportes no Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta de Conjuntura do Ipea**, Brasília, n. 55, nota de conjuntura 14, 2º trimestre, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (OIT). **Global Employment Trends for Youth 2022: Investing in transforming futures for young people**. Genebra: OIT, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853321.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA (IPEA). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, abr. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt_71_trabalho.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Cad CRH** [Internet], v. 32, n. 86, p. 325–42, mai. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30561>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mapa de Empresas: boletim do 2º quadrimestre/2022**. Brasília: Ministério da Economia, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-1o-quadrimestre-de-2020.pdf/view>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

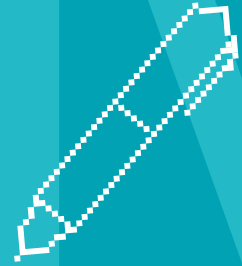
NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet de. Trabalho precário e informalidade: desprecariando suas relações conceituais e esquemas analíticos. **Texto para Discussão 2707**, Rio de Janeiro, Ipea, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

RIBAS, Raphaela. Empreendedorismo: quase 60% das empresas fecham as portas em cinco anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30/10/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/empreendedorismo-quase-60-das-empresas-fecham-as-portas-em-cinco-anos-24045448>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19. **Boletim de análise político-institucional**, Brasília, Ipea, n. 27, mar. 2021.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 34, v. 99, 2020.

Ativ



Atividades

Olá, educadora/or!



Antes de iniciar as oficinas do Tô no Rumo, recomendamos:

Promover um bate-papo com as/os estudantes sobre o trabalho que será desenvolvido;

Pactuar compromissos para que as oficinas sejam realizadas de forma descontraída e respeitosa;

Caso seja possível, fazer um levantamento com as/os participantes sobre as regras de convivência necessárias para que as oficinas ocorram num ambiente de tolerância e respeito mútuo;

Perguntas como: “O que é preciso para que todas/os se sintam à vontade para expor suas ideias e consigam aprender com as/os demais?”, podem ser úteis nesta construção;

Registrar as opiniões das/dos jovens em um local visível a todas/os e, se for o caso, complementar as propostas com as sugestões listadas no Quadro de Compromissos apresentado a seguir:

Compromissos para um diálogo:

Ouvir respeitosamente as opiniões, mesmo quando não concorda com elas;

Expressar suas discordâncias sem brigas ou ofensas;

Tratar todas/os as/os participantes do grupo com respeito, interesse e confiança.



Atividade 1 | Entrevista bate-bola



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Introduzir a discussão sobre escolha profissional a partir das características pessoais e preferências das/os participantes.



Materiais: Folhas de sulfite coloridas, canetas, varal e pregadores, lousa e giz.



Processo: Distribua para cada estudante da turma uma folha de sulfite colorida e uma caneta e, depois, peça que elas/es formem duplas (preferencialmente, com pessoas que se conhecem pouco ou não são muito próximas umas das outras). Explique que cada dupla realizará uma “Entrevista bate-bola”, que consiste numa conversa orientada por um roteiro comum, em que cada integrante desempenha tanto o papel da/o entrevistada/o quanto a/o da/o entrevistadora/or (ou seja, primeiro uma pessoa entrevista a/o colega, e depois é entrevistada).

Escreva na lousa o roteiro a ser seguido pelas duplas, conforme a indicação do quadro abaixo:

Na lousa:

Roteiro da “entrevista bate-bola”:

- Nome:
- Idade:
- Apelido:
- Território no qual vivo:
- Quais são meus sonhos:
- Profissões com as quais me identifico:
- Por que me identifico com essas profissões:

Após um breve período de conversa, aproximadamente 20 ou 30 minutos, informe que cada dupla deverá escrever numa folha de papel, de forma bem visível e legível, as respostas da/o sua/seu entrevistada/o. Enquanto as duplas realizam a entrevista bate-bola, disponha na sala um varal e pregadores suficientes para pendurar todas as respostas produzidas pelas/os jovens.

Assim que as folhas de respostas estiverem prontas, cada dupla deve pendurá-las no varal. A ideia é de que, com todas as folhas, seja construída uma “galeria”, na qual todas/os podem circular, observar e ler as respostas produzidas. Caso não tenha pregadores

e varal, você pode utilizar uma fita crepe e pregar as folhas na parede, construindo um grande painel.

Depois que as/os estudantes tiverem apreciado as respostas das/os amigas/os, peça para elas/es formarem um círculo e promova um bate-papo. A conversa pode começar com uma apresentação geral, na qual cada estudante se manifeste respondendo às perguntas feitas na entrevista. Nesse momento, as/os estudantes podem falar mais sobre si: seus sonhos, desejos, perspectivas de futuro.

Num segundo momento, explore as semelhanças e as diferenças percebidas pelas/os jovens (sonhos, desejos, conteúdos que acessam [filmes, músicas], profissões, significados atribuídos ao trabalho, etc.). Há profissões que interessam a mais de uma pessoa? Quais são elas? As motivações para que estas profissões interessem a mais de uma pessoa são as mesmas? Quais os nossos desejos e aspirações? As pessoas têm sonhos e perspectivas de futuro muito diferentes ou há semelhanças? As pessoas assistem e escutam as mesmas coisas ou coisas semelhantes?

No caso das perguntas sobre profissões, também vale a pena explorar, caso apareçam nas respostas das/os estudantes, informações sobre profissões pouco conhecidas. Foram apresentadas profissões com nomes estranhos ou que ninguém conhece? Se sim, quem as indicou pode falar um pouco sobre elas?

Encerre a atividade recomendando que as pessoas que tem muitas afinidades, como, por exemplo, o interesse por uma mesma profissão ou gostos parecidos, deem continuidade a um diálogo, trocando ideias sobre as informações e os conhecimentos que já possuem sobre as profissões que as/os interessam. Também vale dizer para o grupo que as informações apresentadas serão retomadas em outras atividades.



Comentários: A sistematização das informações geradas por esta atividade pode resultar num material rico para compreender e conhecer melhor o perfil das/os estudantes com as/os quais estamos trabalhando. Esse material também pode servir de insumo para o planejamento de novas atividades educativas e conversas. Por exemplo: a sistematização das profissões que mais mobilizam as/os jovens pode subsidiar o planejamento de uma pesquisa que aprofunde o conhecimento das/os jovens.

Atividade 2 | Questionário de valores



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Promover uma discussão acerca de como a cultura e os nossos valores se refletem nas percepções que possuímos sobre as profissões e as escolhas profissionais.



Materiais: Canetas, folhas de sulfite e cópias do **Questionário de Valores**.



Processo: Prepare previamente uma cópia para cada estudante do **Questionário de Valores**, que apresenta oito afirmações (posicionamentos) associadas ao debate sobre escolha profissional. No dia do encontro, distribua as fichas para as/os estudantes e peça que, individualmente (sem consultar a/o amiga/o do lado), respondam o questionário.

Depois de alguns minutos, solicite que as/os jovens formem pequenos grupos de, no máximo, cinco ou seis pessoas. Nesses grupos elas/es deverão comparar suas respostas, discutir suas opiniões e tentar construir um consenso para cada uma das ideias presentes no Questionário de Valores.

Atenção educadora/or

O consenso é o resultado de um acordo entre **todas/os as/os participantes**, e não entre a maioria. Não há problema se o grupo não chegar a um consenso sobre uma ou outra questão.

Caso isso aconteça, o grupo deverá registrar, numa folha de sulfite, os pontos de divergência que impediram o consenso.

Após essa discussão nos subgrupos, abra uma roda de conversa com toda a turma, fazendo um debate sobre os valores expressos no Questionário. Identifique com as/os jovens quais foram as questões que causaram mais polêmica e por quais motivos houve a discordância. Se preferir, anote na lousa os pontos de vista contrários expressos pelas/os jovens, de modo que elas/es possam visualizar os pontos de maior controvérsia. Também vale discutir com as/os jovens suas hipóteses sobre os pontos de vista: Por que, embora façam parte de uma mesma turma, apresentam pontos de vista tão diferentes ou tão parecidos?



Comentários: No fechamento desta discussão é importante enfatizar que não é o intuito da atividade encontrar respostas corretas ou incorretas, pois elas estão relacionadas às nossas crenças e valores, o que varia muito, conforme as aprendizagens na família, na igreja, na escola, nos espaços de trabalho, na relação com as/os nossas/os amigas/os, através dos meios de comunicação, etc. Ou seja, os valores e as posições sobre as coisas

não são um dado natural, mas resultam do aprendizado da cultura de um determinado grupo ou sociedade.

No mesmo sentido, vale problematizar com as/os jovens que as opiniões também não são estáticas. Cada indivíduo pode viver experiências capazes de alterar seus pontos de vista e modos de ver o mundo. Por exemplo, muitas pessoas quando crianças gostam de certas disciplinas escolares e, na adolescência, por causa de alguma experiência, mudam suas preferências. Ou seja, gostar ou não gostar de Matemática pode estar relacionado a uma experiência particular, a uma/um professora/or legal, a um conteúdo específico, a minha história nesta disciplina.

Além disso, a sociedade também muda bastante ao longo do tempo. Em um passado recente as mulheres sequer eram admitidas em cursos de nível superior e hoje elas são a maioria das/os universitárias/os brasileiras/os. O mais importante nesta atividade é que as/os estudantes se deem conta do quanto o ambiente cultural influencia as opiniões e os pontos de vista, inclusive no que diz respeito ao mundo do trabalho e às escolhas profissionais.

Você também pode problematizar com as/os estudantes a binaridade das respostas “concordo-discordo”, considerando que muitas das respostas dadas pelas/os estudantes não esteja em nenhum desses pontos.

Outro ponto é a necessidade de atentar-se para a problematização da binaridade de gêneros (mulher-homem) presente na segunda afirmação do questionário, o que abre possibilidades de desconstrução da ideia de aptidão de determinado gênero para realizar um determinado trabalho e para o reconhecimento de outras identidades de gênero que não a de mulher e homem cisgênero.

Material de Apoio | Questionário de valores¹

1) O mercado de trabalho é o elemento fundamental a ser levado em conta na escolha profissional.



2) Algumas profissões são mais adequadas para mulheres e outras mais adequadas para homens.



3) Qualquer pessoa é livre para escolher a profissão que deseja.



4) O fato de uma/um aluna/o gostar mais de Física, Química e Matemática, indica que ela/e deve escolher uma profissão da área de Exatas. Da mesma forma, gostar mais de Biologia ou História, Geografia e Português, indica que deve escolher, respectivamente, uma profissão da área de Biológicas ou Humanas.

Concordo **Discordo**

5) Todas/os têm igual oportunidade de passar no vestibular, depende apenas do esforço de cada uma/um.

Concordo **Discordo**

6) Todas as profissões têm a mesma importância.

Concordo **Discordo**

7) O ser humano nasce com certas tendências que apontam para determinadas profissões.

Concordo **Discordo**

8) A escolha profissional é uma das mais, senão a mais importante escolha que o ser humano realiza em toda a sua vida.

Concordo **Discordo**

Atividade 3 | Desafios das/os jovens trabalhadoras/es



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Identificar com as/os participantes quais são os principais desafios que as/os jovens trabalhadoras/es enfrentam.



Materiais: Folhas de cartolina, pincéis atômicos e vídeo “Juventude e Trabalho”:
https://www.youtube.com/watch?v=cDfNI7Rz7_4&t=29s.



Processo: Inicie a atividade convidando as/os jovens a assistirem o vídeo: “Juventude e Trabalho”. Em seguida, faça um breve levantamento da situação das/os estudantes no mundo do trabalho. Quem está trabalhando? Quem já trabalhou, mas está desempregada/o ou abandonou o trabalho? Quem está procurando trabalho? Quem pretende procurar trabalho?

Explique para o grupo que, independentemente da situação vivida por elas/es, cada uma/um certamente possui uma leitura sobre as principais dificuldades que as/os jovens encon-

tram para conseguir trabalho ou permanecer nele, e que o levantamento des ses problemas é o principal objetivo dessa atividade.

Peça que as/os jovens se organizem em pequenos grupos de, no máximo, cinco ou seis pessoas. Cada grupo deve receber uma folha de cartolina e um pincel atômico.

Solicite que os grupos realizem um bate-papo trazendo suas impressões sobre o vídeo, procurando refletir a partir da seguinte questão: *“Quais são os principais desafios e dificuldades que as/os jovens enfrentam ao lidar com o mundo do trabalho?”*.

Após, aproximadamente, 20-25 minutos, peça para que o grupo utilize uma das folhas de cartolina e o pincel atômico para sistematizar a discussão, que deve conter, em forma de tópicos, os principais desafios e dificuldades identificados pelos grupos.

Explique que o cartaz será apresentado por uma relatora ou relator para as/os demais participantes.

Forme uma grande roda e deixe que cada representante de grupo faça sua explanação. Com o término das apresentações, identifique quais foram os consensos e questões que foram apresentadas por mais de um grupo. Além disso, caso necessário, peça que o grupão destaque questões que não foram discutidas por todas/os, mas são avaliadas por elas/es como pontos importantes, completando o quadro produzido pelos subgrupos

Ao final, com caneta piloto de cor diferente, tente identificar e sublinhar as principais dificuldades, buscando, também, agrupar em grandes temas.



Comentários: Essa atividade costuma ser mais mobilizadora quando é realizada com a participação de jovens estudantes que já tiveram alguma experiência no mundo do trabalho, jovens trabalhadoras/es ou que estão procurando emprego e trabalho. Por isso, antes de realizá-la, pode ser importante fazer um levantamento que considere as experiências e trajetórias laborais das/os participantes. Caso os grupos tenham dificuldade, traga alguns aspectos importantes, tais como: a formação para o trabalho; a busca por emprego e os processos seletivos; a qualidade ou precariedade dos trabalhos alcançados; o desafio de permanecer e ter ascensão em um ambiente profissional; as situações de constrangimento, racismo ou assédio; entre outros.

Um bom ponto de partida para a discussão nos subgrupos consiste na partilha de experiências pessoais. Por isso, incentive as/os participantes a falarem de suas próprias experiências ou de relatos que já ouviram de amigas/os, irmãs/irmãos mais velhas/os, vizinhas/os, entre outros.

Explique que, talvez, algumas questões também afetem a vida de adultas/os, mas que seus efeitos podem trazer prejuízos particulares para a juventude trabalhadora. Por exemplo, nas grandes capitais, trabalhar exige das pessoas grandes deslocamentos, realizados através

do transporte público, de modo geral, insuficiente e superlotado. Sem dúvida, essa situação causa sofrimento e transtornos para o conjunto das/os trabalhadoras/es, mas no caso das/os jovens trabalhadoras/es e estudantes, tal problemática pode ser determinante na capacidade destas/es de conciliarem essas duas atividades.

Atividade 4 | Linha do tempo das profissões



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Revelar os condicionantes sociais da escolha profissional a partir da história pessoal das/os estudantes e do modo como tomaram contato com as profissões.



Materiais: Folhas de sulfite coloridas cortadas ao meio (três cores), canetas, pincel atômico e cartolina. Na ausência de folhas de sulfite coloridas, utilizar apenas folhas brancas e enumerar por 1, 2 e 3 cada uma das fases da vida.



Processo: Distribua para cada jovem três folhas de sulfite cortadas ao meio, sendo cada uma de uma cor, e certifique-se de que todas/os possuem caneta para realizar a atividade. As/Os jovens deverão escrever nas folhas as profissões almejadas em cada fase da vida, conforme as orientações a seguir:

Na lousa:

O que eu queria (quero) fazer quando...

- Tinha entre quatro e sete anos (folha amarela);
- Tinha entre oito e doze anos (folha azul);
- Atualmente (folha verde).

Após esse processo individual, peça que as/os participantes se organizem em pequenos grupos de, no máximo, cinco ou seis pessoas, e distribua para cada grupo uma folha de cartolina e uma caneta piloto.

Solicite que as/os participantes informem suas respostas no pequeno grupo e, após essa primeira troca, compartilhem quais foram as influências e os motivos que as/os levaram a desejar essas profissões quando eram crianças, pré-adolescentes e jovens.

Para facilitar o trabalho do grupo, você pode dar um exemplo: “os desenhos animados, às vezes, trazem certas imagens de profissionais. Essas representações da televisão e da internet nos influenciam a querer (ou não) ser uma/um médica/o, uma/um dentista ou uma/um advogada/o”.

As respostas do grupo devem ser redigidas, em forma de itens, na folha de cartolina que foi distribuída para que as explicações possam ser socializadas.

Peça que os grupos compartilhem os resultados do seu trabalho e promova uma discussão sobre as influências da família, dos meios de comunicação e do ambiente social nas imagens que projetamos sobre as profissões. Algumas perguntas podem orientar a discussão: Há semelhanças e diferenças entre as profissões que nos interessavam na infância, na pré-adolescência e na juventude? Quais fatores influenciaram nossos interesses e preferências profissionais? O ambiente social em que vivemos e crescemos influencia nossos interesses e preferências? Desigualdades de gênero e raça influenciam? Como podemos explicar as mudanças de nossos interesses e preferências profissionais?



Comentários: Essa dinâmica permite que as/os jovens identifiquem uma série de fatores que influenciam o processo de escolha profissional: a educação e referência de suas/seus responsáveis e familiares; o contato com profissões e profissionais; as representações nos meios de comunicação; as oportunidades de formação e qualificação profissional (ou a ausência delas); as informações que temos sobre a demanda do mercado de trabalho; nossos interesses pessoais por certas temáticas e conhecimentos científicos; entre outros.

Trata-se de uma estratégia bastante interessante para desconstruir a ideia de que nascemos predestinadas/os a seguir essa ou aquela profissão ou de que os indivíduos possuem uma essência que os induz a seguir certos caminhos profissionais. Ninguém deseja o que não conhece. Aquilo que aparece como um interesse individual é resultado de uma gama de possibilidades apresentadas pelo nosso ambiente cultural, que seleciona algumas alternativas enquanto bloqueia outras.

Atividade 5 | Trabalho invisível: quem faz o trabalho doméstico



Objetivo: Refletir sobre o trabalho doméstico na perspectiva de quem, frequentemente, o realiza; bem como sua desvalorização e a não remuneração.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Bolas pequenas (de plástico, pingue-pongue ou papel), dois recipientes, tarjetas com as tarefas domésticas escritas e tarjetas em branco. Tarjetas: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Momento 1: Com a turma organizada em semicírculo, propor uma dinâmica. Cole as tarjetas com as tarefas de trabalho doméstico, escritas em cada uma delas, na pare-

de da sala ou na lousa (também pode ser feito no chão da sala de aula). Deixe um espaço entre uma tarjeta e outra.

Distribua tarjetas ou post-its em branco para as/os estudantes, pedindo que elas/es escrevam nelas o perfil das pessoas que com mais frequência realizam aquela tarefa doméstica em suas casas (gênero, idade, raça, relação de parentesco) e quanto tempo gastam para realizá-la (quantas horas por semana).

Para cada atividade doméstica, as/os estudantes devem colar suas tarjetas ao lado dela, de modo a aglutinar os perfis nas tarefas. Você pode reservar cerca de 10 a 15 minutos para que as/os estudantes façam isso.

Sugestões de atividades domésticas

1. Lavar louça / 2. Lavar roupa / 3. Ir ao mercado / 4. Lavar o banheiro / 5. Passar roupa / 6. Cozinhar o almoço / 7. Fazer o café da manhã / 8. Cuidar das crianças e de pessoas doentes ou incapacitadas / 9. Arrumar as crianças para a escola / 10. Levar e buscar as crianças na escola / 11. Arrumar a cama / 12. Colocar o lixo para fora / 13. Limpar o chão / 14. Fazer pequenos reparos / 15. Cuidar dos animais domésticos / 16. Arrumar os ambientes da casa / 17. Ajudar as crianças a fazer lição de casa / 18. Cozinhar a janta / 19. Cuidar das plantas / 20. Colocar as crianças para dormir.

Momento 2: Realizar um segundo momento da dinâmica, com um jogo. Posicione no meio da sala dois recipientes, um identificado com a palavra “Concordo” e outro com a palavra “Discordo”. Utilize as bolas com afirmações sobre a realização do trabalho doméstico no Brasil e os seus impactos. (As bolas devem trazer, apenas, as afirmações).

Afirmações sobre a realização do trabalho doméstico no Brasil

“O trabalho doméstico é feito por amor.”

Essa afirmação traduz a ideia de que o trabalho doméstico é uma habilidade natural das mulheres e que elas o realizam porque querem. As mulheres gastam, em média, 73% mais tempo que os homens na realização do trabalho doméstico e muitas vezes cumprem “duplas jornadas”, conciliando estas com o trabalho remunerado ou os estudos fora de casa. As pesquisas indicam que o cuidado com a casa e com as crianças pequenas é uma das principais razões para que jovens mulheres tenham dificuldade para estudar e trabalhar.

“O trabalho doméstico é indispensável para que as pessoas possam realizar outros trabalhos e atividades fora de casa.”

Segundo cálculos da pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), o valor correspondente ao trabalho doméstico não remunerado no Brasil em 2015 era de R\$ 634,3 bilhões de reais, o que indica a importância desse trabalho para o restante da economia girar. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerad-vale-11-do-pib-nobrasil/#:~:text=Um%20pacote%20que%20vale%2011,em%202015%2C%2C3%BAltimo%20dado%20dispon%C3%ADvel>>. Acesso em: 20abr.2023.

“O fato de o Brasil ser o país com maior número de trabalhadoras domésticas do mundo tem a ver com o seu passado escravocrata.”

O trabalho doméstico remunerado é basicamente uma atividade feminina: mais de 92% das pessoas nessa atividade são mulheres. Dados do IBGE mostram que, em 2018, 63% dessas mulheres eram negras e que 2 de cada 10 mulheres negras no Brasil eram trabalhadoras domésticas, quase o dobro do percentual de mulheres brancas nessa ocupação.

“No Brasil, as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos têm seus direitos respeitados, como horário de almoço, férias, FGTS e compensação de horas extras.”

De acordo com o IBGE, no Brasil, dos mais de 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, menos de 30% trabalha com carteira assinada. Portanto, a maioria não tem garantia de direitos, como: jornada de trabalho regular, férias e 13° salário.

Ao pegar a bola, a/o estudante deverá ler uma dessas frases em voz alta e dizer se concorda com o que está escrito ou se discorda. Entregar a uma segunda pessoa (voluntária) um pedaço de papel com o texto complementar e pedir a ela que faça a leitura da afirmação antes de dizer se concorda ou discorda com a escolha da/o estudante anterior, justificando a sua resposta. Outras pessoas podem se manifestar, tentando convencer a/o estudante que está com a bola. Em seguida, a/o estudante arremessa a bola no recipiente correspondente à sua resposta, podendo ter ou não mudado de ideia depois da conversa.

Momento 3: Com base nas questões levantadas durante o jogo e no primeiro momento da atividade (levantamento de perfis), discutir com as/os estudantes:

- Quem mais realiza o trabalho doméstico? (Com base nos perfis levantados pela turma).
- Trabalho doméstico é trabalho? Por que vocês acham que ele é pouco valorizado?
- Qual o efeito do trabalho doméstico nas trajetórias das jovens e dos jovens brasileiros? Como mudar isso?
- Como valorizar o trabalho doméstico remunerado?

Orientações: Busque lembrar a turma de que os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres variam tanto no tempo quanto de uma cultura para a outra, sendo uma construção social, cultural e histórica, e não se reduzindo à sua dimensão biológica. Nas nossas

sociedades, mesmo com tantas mudanças ao longo do tempo, as desigualdades no mundo do trabalho ainda afetam mais as mulheres.

Durante os debates, procure chamar a atenção das/os estudantes para o fato de que o trabalho doméstico é mais realizado por mulheres, mas não se dá de forma igual para todas elas, pois também é afetado pelas desigualdades de raça e classe, sendo, por exemplo, mais realizado por mulheres negras. Uma dimensão histórica importante é de que a saída das mulheres brancas de classe média do ambiente doméstico para trabalhar fora se deu em razão do apoio do trabalho doméstico por parte de mulheres negras, que passaram a cuidar da casa e das/os filhas/os dessas novas ingressantes no mercado de trabalho.

Dica: Importante problematizar uma possível visão binária que possa surgir durante a atividade sobre as identidades de gênero, pensando que muitas pessoas não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o gênero feminino. A despeito disso, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado são comumente atribuídos às pessoas reconhecidas socialmente enquanto do gênero feminino. Para aprofundar essa discussão, sugerimos a Cartilha "Por quê discutir gênero na escola?". Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/u/2/search?q=g%C3%AAnero%20na%](https://drive.google.com/drive/u/2/search?q=g%C3%AAnero%20na%20)>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Por fim, é importante refletir sobre a valorização e a visibilidade do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não remunerado. Se ele é necessário para outras formas de trabalho e, como evitar que as pessoas que executam essas atividades tenham as suas vidas negativamente afetadas? Os movimentos das mulheres e o movimento negro falam tanto da divisão mais igualitária quanto da valorização econômica dessas atividades e da ampliação dos direitos associados a elas. Você também pode utilizar, durante a atividade, o vídeo: "Por que as empregadas domésticas não são valorizadas?". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VfLYSuPDOaw>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Atividade 6 | Mulheres de ontem e hoje



Tempo: 2h15 (3 aulas).



Objetivo: Debater a conquista de direitos pelas mulheres e seus reflexos no cotidiano e no mundo do trabalho. Refletir, ademais, se existem profissões voltadas para gêneros específicos.



Materiais: Dezesseis folhas de papel pardo (60 cm x 60 cm), oito canetas piloto, quatro rolos de fita crepe, quatro caixas de giz de cera, lousa e giz.



Processo: Peça que as/os estudantes dividam-se em quatro grupos e que cada subgrupo se posicione em um canto da sala de aula. Assim que se organizarem, cada grupo deve receber um kit de materiais, contendo: quatro folhas de papel pardo, duas canetas piloto, uma caixa de giz de cera e um rolo de fita crepe.

A partir daí, será necessário dar uma série de orientações para que os grupos preparem as bases do trabalho que será realizado. São elas:

Na prática...

Orientações para o trabalho nos subgrupos

- 1) Com a fita crepe e as folhas de papel pardo, construa um grande retângulo que funcionará como painel para a produção de um desenho;
- 2) Eleja uma/um voluntária/o que deve deitar-se em cima do painel, enquanto outras duas pessoas desenham o contorno de seu corpo, utilizando as canetas piloto;
- 3) Trace uma linha vertical cortando ao meio o perfil de corpo desenhado;
- 4) No topo do desenho, do lado esquerdo, escreva: “mulher, brasileira, 16 anos, de 1940 (metade do século XX)”; e, do outro lado, “mulher, brasileira, 16 anos, de hoje (século XXI)”.

Depois que os perfis de mulheres forem concluídos, a proposta consiste em explorar diferentes dimensões da vida dessas jovens mulheres. Para isso, você deve escrever na lousa ou orientar verbalmente as seguintes questões:

Na prática...

Orientações para o trabalho nos subgrupos

- 1) Na altura da cabeça, desenhe um balão de ideias (do lado direito e do lado esquerdo), e responda: Quais eram os sonhos da jovem que viveu na primeira metade do século XX? Quais são os sonhos de uma jovem hoje?
- 2) Na altura do peito, desenhe um coração (do lado direito e do lado esquerdo), e responda: Quais eram os direitos da jovem que viveu na primeira metade do século XX? Quais são os direitos das jovens hoje?
- 3) Na altura da mão, desenhe uma bolsa (do lado direito e do lado esquerdo), e escreva dentro de cada uma: Quais eram os afazeres/trabalhos de uma jovem mulher na primeira metade do século XX? Quais são os afazeres e trabalhos realizados por uma jovem hoje?

4) Em alguma altura do corpo, puxe uma seta (do lado direito e do lado esquerdo), e responda: Qual era a relação com o gênero e com a sexualidade de uma jovem mulher na primeira metade do século XX? Como uma jovem vive, hoje, sua sexualidade?

Pode ser bacana deixar que durante 10 ou 15 minutos as/os estudantes possam colorir seus trabalhos, visto que a partir das ilustrações podem emergir representações interessantes sobre as mulheres do passado e do presente a serem problematizadas na discussão. Quando os grupos concluírem os desenhos, forme uma roda de conversa e inicie um bate-papo sobre a atividade. A conversa pode ser iniciada com a apresentação dos desenhos de cada grupo.

Algumas perguntas podem orientar o diálogo com as/os jovens. São elas: A vida de uma mulher jovem, hoje, é diferente de outra vivida na primeira metade do século XX? O que mudou na vida das mulheres? O que aconteceu para que as jovens mulheres vivam hoje de forma diferente daquelas do passado? Se sim, o que permanece e por quê? E no que diz respeito ao trabalho, o que permanece e o que mudou?



Comentários: Essa dinâmica é uma boa forma de relativizar a ideia de que existem profissões de homens e profissões de mulheres, ideia ainda bastante comum na nossa sociedade. Ela busca evidenciar como a posição profissional das mulheres hoje resulta de uma luta e da conquista de direitos por parte delas.

Uma questão a se explorar com as/os participantes diz respeito à representação de mulheres que elas/es fizeram. Qual é a classe social delas? Elas eram negras, brancas, indígenas? Residiam em grandes centros urbanos ou em contextos rurais?

Isso porque no início do século XX, ou seja, num período muito próximo do nosso passado escravocrata, a vida de mulheres negras e de mulheres brancas provavelmente era muito diferente. No mesmo sentido, ser mulher negra e de baixa renda no Brasil sempre significou conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo, em atividades que muitas vezes exigiram (e ainda exigem) grande vigor físico: carregar latas de água na cabeça; lavar roupas na beira do rio ou no tanque; ser operária de fábricas; lidar com a colheita no campo; etc.

Outra questão importante é considerar a existência de múltiplas identidades femininas e o reconhecimento das mulheres transgêneras enquanto tais.

Você, também, pode utilizar para enriquecer a discussão, o vídeo: “Mercado de trabalho e diversidade de gênero”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sfUi2Lxi28>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Atividade 7 | Meninas e mulheres negras nas ciências



Objetivos: Dar visibilidade e apresentar a trajetória de cientistas negras e não brancas, bem como discutir a produção científica e intelectual dessas mulheres e a sua (in)visibilidade nas ciências Exatas, Humanas e Biológicas.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Textos com as trajetórias das cientistas, lápis e caneta. Trajetórias das cientistas: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo : Momento 1: Realizar uma breve sondagem sobre a imagem que vem à mente das/dos jovens quando falamos a palavra “cientista”. Em seguida, pedir às/aos estudantes que formem grupos de 4 a 5 integrantes e atribuir um número por grupo. Distribuir para cada grupo uma matéria com a foto e a história de uma personagem de destaque no mundo das ciências, indicada com o número correspondente ao grupo, entregue anteriormente. Dar cerca de 15 minutos para que as/os integrantes do grupo discutam entre si as questões relacionadas à trajetória de cada personagem.

Perguntas: 1) Vocês conhecem essa mulher? 2) O que mais chamou a atenção do grupo nessa história? 3) Que tipo de obstáculos essa mulher enfrentou para se tornar cientista? Por que vocês acham que histórias como essas são tão pouco conhecidas?

Momento 2: Após a discussão interna, orientar os grupos a apresentarem e discutirem com a turma de forma criativa (poesia, encenação, música e outras) a trajetória da sua personagem. Ao final de cada apresentação, discutir com a turma as seguintes questões: 1) É comum mulheres negras e não brancas na ciência? 2) O que essas histórias de vida nos ensinam?

Orientações: Chame a atenção das/os estudantes para experiências mais próximas, por exemplo: Quantas professoras negras de Física, Matemática ou Química, elas/es já tiveram? Nos últimos anos, muitos esforços foram feitos para dar mais visibilidade às realizações de pessoas não brancas. Tente relacionar essa discrepância com fatores ligados ao racismo (sobretudo à falsa ideia de que negras e negros têm menos

aptidões para atividades intelectuais), às iniquidades de gênero (retomando a atividade anterior) e como essas duas dimensões se relacionam entre si.

Informação: Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as mulheres negras são apenas 3% das professoras doutoras nos cursos de pós-graduação no Brasil. Já os homens brancos são 43% dos professores nesse mesmo segmento de ensino. Essa diferença de gênero e de raça na academia reflete as difi-

culdades históricas enfrentadas pelas mulheres negras, como o racismo estrutural. Mesmo quando elas acessam o ensino superior e a pós-graduação, a escassez de políticas de permanência para essas estudantes e pesquisadoras contribui para a sua ausência nesses espaços. Além disso, mesmo alcançando posições de destaque na academia, a produção dessas mulheres muitas vezes segue na invisibilidade, sendo frequentemente apontada como não científica, principalmente quando trata de temas como raça e gênero.



Katherine Johnson (Estados Unidos, 1918-2020)

Falecida em 2020, aos 101 anos, Katherine Johnson deixou um legado extremamente importante para as mulheres na ciência e para o avanço da tecnologia. Desde pequena, foi uma aluna prodígio na Matemática. Aos 14 anos, terminou o ensino médio e, aos 18, recebeu o seu diploma universitário. Mais tarde, em 1953, Johnson começou a trabalhar na Nasa como “computadora” (nome dado às mulheres que, na época, faziam os cálculos matemáticos à mão, já que os computadores eletrônicos ainda não existiam).

Na agência espacial norte-americana, ela integrou uma equipe de mulheres negras que trabalhavam no Centro de Pesquisa Langley, em Virgínia, produzindo cálculos para o lançamento de sondas e foguetes, história que deu origem ao filme: *Estrelas além do tempo* (2016). Foi Katherine quem forneceu os dados finais necessários para que a Apollo II, levando Neil Armstrong, pousasse na Lua pela primeira vez em 1969.

Na época, as mulheres não participavam de reuniões da Nasa, mas como não havia lei que proibisse, Johnson começou a frequentar os encontros. Era comum, na época, que apenas os engenheiros assinassem a autoria das pesquisas e dos cálculos, mesmo contando com a colaboração de mulheres. Em 1960, Johnson se tornou a primeira mulher de sua divisão a receber crédito por um relatório de pesquisa. Em 2015, o presidente Barack Obama concedeu a ela a Medalha Presidencial da Liberdade.

(Fonte: “Cinco cientistas negras que mudaram a história da ciência”, em *Revista Galileu*. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/03/5-cientistas-negras-que-mudaram-historia-da-ciencia.html>>. Acesso em: 21 set. 2020.)



Lélia González (Brasil, 1935-1994)

Penúltima de dezoito irmãos, Lélia Gonzalez nasceu em Minas Gerais, filha de um negro ferroviário e de uma mãe indígena que trabalhava como doméstica, de quem recebeu as primeiras lições de independência. Em 1942, a família se mudou para o Rio de Janeiro, acompanhando Jaime, seu irmão, que era jogador de futebol do Flamengo. No Rio de Janeiro, o primeiro emprego dela foi como babá.

Graduou-se em História e Filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o mestrado em Comunicação Social. Doutorou-se em Antropologia e Política Social em São Paulo (SP) e dedicou-se às pesquisas sobre as temáticas de gênero e etnia. Professora universitária, lecionou Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O seu último cargo na instituição foi como chefe do Departamento de Sociologia e Política.

Viúva de Luiz Carlos González, ela enfrentou o preconceito por parte da família branca do marido. Por meio do candomblé, da psicanálise e da cultura afro-brasileira, assumiu a sua condição de mulher negra, destacando-se pela importante participação no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras. Para ela, a criação do MNU foi “o mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade brasileira na década de 1970”.

Ativista incansável, militou em diversas organizações, como: o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Faleceu, vítima de problemas cardíacos, no Rio de Janeiro em 1994.

(Fonte: *Portal Geledés*, <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>>.).



Maria Beatriz Nascimento (Brasil, 1942-1995)

Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju (SE), em 1942, filha de uma dona de casa e de um pedreiro, sendo a oitava de dez irmãos. Em 1950, muda-se com a sua família para o Rio de Janeiro (RJ), onde se tornaria um dos mais importantes nomes do feminismo negro.

Aos 28 anos, formou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi professora na rede pública de ensino do estado e pós graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No filme *Ôrí* (1989, com direção de Raquel Gerber), Beatriz narra as suas experiências, fala dos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, das relações entre Brasil e África, além de discutir sobre os quilombos e os seus significados. Beatriz foi uma das primeiras intelectuais negras a questionar os trabalhos acadêmicos que abordavam a temática racial, que até aquele momento eram dominados por brancos.

Filha de Beatriz, Bethânia Nascimento fala sobre a importância da memória da mãe: “Minha mãe se preocupou muito com a escola, com o educar do povo preto. Ela mesma falava que procurava Zumbi [dos Palmares] nos livros e não encontrava, só aquela história de escravos. [...] Quando a gente sabe de onde a gente vem, sabe para onde vai. A identidade é algo muito importante para nós, como a nossa história é contada e precisa ser recontada. Meu sonho é que Beatriz não chegue só nas universidades, mas nos jardins de infância”.

Em 1995, aos 52 anos, Beatriz foi assassinada ao defender uma amiga de seu companheiro violento.

(Fonte: *Notícia Preta*. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/voce-sabe-quem-foi-beatriz-nascimento/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.



Mae Carol Jemison (Estados Unidos, 1956)

Caçula de três irmãos, Mae Carol nasceu em 1956, numa época em que a Nasa não permitia que as mulheres se tornassem astronautas, principalmente as mulheres negras. Seu pai era um faz-tudo e sua mãe, professora primária.

Em 1977, formou-se em Engenharia Química na Universidade Stanford, destacando-se entre os alunos que tinham bolsa de estudos. Paralelamente, concluiu o bacharelado em Estudos da Arte Africana e Afro-Americana. Em 1981, finalizou um doutorado em Medicina. Enquanto preparava a sua tese, conseguiu fazer um estágio em Cuba, integrando um grupo de pesquisa estudantil dos Estados Unidos.

Como médica, foi voluntária nos anos 1980 num campo de refugiados cambojanos na Tailândia e integrou a força de paz dos Estados Unidos em Serra Leoa e na Libéria. Escreveu manuais de autocuidado, desenvolveu diretrizes para o trabalho voluntário na área de saúde de seu país e participou das pesquisas para a criação da vacina contra a Hepatite-B.

De volta aos Estados Unidos, Mae passou a trabalhar tanto como médica quanto como engenheira na Califórnia. Lembrou do sonho de infância e decidiu se inscrever no programa de formação de astronautas da Nasa. Em 1987, foi uma das 15 pessoas selecionadas entre mais de 2 mil candidatos.

Em 1992, ela realizou o sonho de fazer parte da tripulação de um ônibus espacial, o *Endeavour*, na missão STS-47, que orbitou a Terra entre os dias 12 e 20 de setembro. Foi a primeira mulher negra a ir ao espaço. Atualmente, lidera a organização 100 Year Starship, que tem como objetivo enviar humanos para além do sistema solar nos próximos cem anos.

(Fonte: *Blog do QG*, disponível em: <<https://blog.enem.com.br/conheca-5-cientistas-negros-que-fizeram-historia/>>; e *M de Mulher*, disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/cultura/mae-jemison-primeira-astronauta-negra-da-nasa/>>)



Chien-Shiung Wu (China, 1912-1997)

Chien-Shiung nasceu em Xangai, em 1912, numa família de professores de ideias progressistas sobre a educação das mulheres. Seus pais a incentivaram a estudar num colégio interno, no qual graduou-se como professora, sendo a primeira da classe.

Em 1930, Chien ingressou na Universidade Central de Nanjing, envolvendo-se ativamente com o movimento estudantil. Graduou-se em Física em 1934. Em 1936, partiu para os Estados Unidos para continuar os seus estudos e doutorou-se, em 1940, na Universidade da Califórnia. Foi a primeira mulher docente de Física na Universidade de Princeton.

Durante a Segunda Guerra Mundial, junto com eminentes cientistas, trabalhou como física nuclear no Projeto Manhattan, investigando a separação dos isótopos (átomos) de urânio, que são radioativos, comprovando que os elétrons se moviam a uma grande velocidade, atravessando lâminas de espessura uniforme. As suas evidências empíricas renderam a ela um grande prestígio.

Em 1958, foi promovida a professora titular de Física na Universidade de Columbia. Com as suas investigações, aplicou na medicina o seu trabalho em física nuclear: mediante as novas técnicas, desenvolveu um método para estudar as mudanças moleculares da hemoglobina associada à anemia das células. Durante trinta e sete anos consecutivos trabalhou como uma destacada cientista, lutando contra os preconceitos de gênero.

Por sua contribuição à ciência, Chien recebeu numerosos prêmios e títulos *honoris causa*, entre eles, os das Universidades de Yale, Harvard e Princeton, sendo este último o primeiro prêmio concedido a uma mulher. Foi membro das Academia de Ciências da China e dos Estados Unidos e a primeira mulher presidente da Sociedade Americana de Física, em 1975, recebendo a Medalha Nacional de Ciências dos Estados Unidos.

Em 1990, foi homenageada ao ter um asteroide batizado com o seu nome. Em seu país natal, é chamada de “Madame Curie da China”, Primeira Dama de Física e Madame Wu, sendo muito reconhecida por suas conquistas científicas, e por ser a primeira mulher chinesa do século XX a ser considerada líder científica.

Chien-Shiung Wu morreu em 1997, aos 84 anos, em Manhattan, Nova York, Estados Unidos.



Wangari Maathai (Quênia, 1940-2011)

Wangari Muta Maathai nasceu, em 1940, na aldeia de Tetu, nas montanhas do centro do Quênia, a cerca de 160 quilômetros da capital Nairóbi. Na década de 1960, esteve entre os/as 800 jovens africanos/as que foram estudar nos Estados Unidos por meio de um programa que permitiu a vários jovens africanos/as estudarem em faculdades norte-americanas.

Estudou Ciências Biológicas nos Estados Unidos, onde se inspirou no Movimento dos Direitos Civis. Posteriormente, voltou a estudar no Quênia, e depois na Alemanha. Maathai foi a primeira mulher da África Oriental e Central a ter um doutorado e foi a primeira mulher a trabalhar como professora assistente na região. Em 1976, tornou-se presidente do Departamento de Anatomia Veterinária da Universidade de Nairóbi, onde assumiu o cargo de professora assistente no ano seguinte.

Vencedora do Nobel da Paz em 2004, e consagrada como a primeira mulher africana a receber o prêmio, Maathai foi responsável pelo plantio de mais de 51 milhões de árvores no Quênia. À frente de seu tempo, ela desenvolveu modelos de projetos que hoje são considerados exemplares no mundo do desenvolvimento sustentável. É difícil achar conterrâneos que não tenham se inspirado no seu trabalho, que, por meio da preservação ambiental, também abraçava as causas sociais e políticas do país. Maathai recebeu vários prêmios pelas suas iniciativas inovadoras, entre eles, onze chefes de Estado da região do Congo nomearam-na embaixadora da Boa Vontade para o Ecossistema Florestal da Bacia do Congo.

Wangari faleceu de câncer aos 71 anos, em Nairóbi. Nos seus últimos anos de vida, ela cooperava com a Organização das Nações Unidas em um projeto que visava plantar 1 bilhão de árvores na África. E deixou toda uma escola de pensamento traduzida na inovadora organização fundada por ela, o Movimento do Cinturão Verde (MCV). Trabalhando no país e também além das fronteiras, o movimento visa promover a conservação ambiental, construir a resiliência climática, fortalecer as comunidades, especialmente as mulheres, além de fomentar o espaço democrático e a subsistência sustentável.

(Fonte: <<https://www.dw.com/pt-002/wangari-maathai-a-ambientalista-queniana-que-ganhou-o-nobe-dapaz/a-52297058>>; <<http://www.afreaka.com.br/wangari-maathai-e-o-movimento-do-cinturao-verde/>>).

Atividade 8 | Trabalhando com rótulos



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Identificar estereótipos e preconceitos sobre determinadas profissões, refletindo como estas ideias influenciam os processos de escolha profissional.



Materiais: Etiquetas adesivas ou filipetas com as profissões escritas, fita adesiva e caneta piloto.



Processo: Prepare com antecedência etiquetas adesivas ou filipetas com o nome de diferentes profissões escritas à caneta. Selecione algumas carreiras que gozam de muito prestígio social e outras que são pouco valorizadas socialmente. Vale, também, incluir profissões que estão na moda (que são muito populares) e outras que são completamente desconhecidas. Enfim, busque construir um cardápio de etiquetas variado, conforme o exemplo abaixo. Lembrando que você pode incluir outras profissões na lista!

Atuária/o;
Pedagoga/o;
Psicóloga/o;
Advogada/o;
Astrônoma/o;
Professora/or do Ensino Fundamental;
Fisioterapeuta;
Estilista;
Técnica/o em oftálmica;

Engenheira/o naval;
Comissária/o de bordo;
Professora/or de Educação Física;
Geógrafa/o;
Geóloga/o;
Matemática/o;
Secretária/o.

No dia do encontro, divida a turma em dois grupos e peça que um deles se retire da sala de aula. Para este grupo, dê as seguintes explicações: a) todas/os elas/es serão “rotuladas/os”, recebendo nas costas uma etiqueta adesiva com o nome de uma profissão; b) nenhuma/nenhum delas/es poderá comunicar-se com a/o outra/o e, menos ainda, dizer o nome da profissão que carregam nas costas; c) quando voltarem para a sala de aula, cada uma/um deverá estabelecer uma conversa com uma/um colega do outro grupo, tentando descobrir algumas características da profissão “rótulo” que receberam, além do seu nome. Depois dessas explicações, cole os adesivos nas costas das/os estudantes deste grupo e volte para a sala de aula para dar orientações ao outro grupo.

Com o outro grupo, comente que, daqui a poucos minutos, eles tomarão contato com o grupo dos “rotulados”. Explique que a tarefa delas/es é dar dicas, não muito óbvias, sobre a profissão que cada estudante do outro grupo carrega nas costas. Vale ressaltar que,

mais do que tentar ajudar a/o colega a descobrir o nome, é importante que elas/es deem dicas sobre o que é “estar na pele desta/e profissional”: é ter prestígio, status, dinheiro, ser valorizada/o, reconhecida/o, respeitada/o, disputada/o, etc.

Atenção, educadora/or! **Para não ser óbvio...**

Evite:

Dar dicas do tipo: “sua profissão começa com ‘mé’ e termina com ‘dica’”;

Soletrar a profissão;

Buscar inventariar equipamentos utilizados pelas/os profissionais, como, por exemplo: giz e apagador, para descrever uma/um professor/a; ou telescópio, para astrônoma/o.

Tente:

Descrever rotinas, o dia a dia e os diferentes campos de trabalho e inserção dessa/e profissional;

Falar com a pessoa simulando o comportamento que as pessoas costumam ter ao tratar com essa/e profissional;

Enumerar coisas “boas” e coisas “ruins” do tipo de trabalho realizado por essa/e profissional

Após essas orientações, junte novamente os dois grupos e peça que eles comecem a circular pela sala de aula, buscando estabelecer o diálogo. Depois de 10 ou 15 minutos já é possível encerrar o bate-papo e dar início a uma roda de conversa com todas/os sobre as questões e reflexões que a atividade suscitou. Para começar esse momento, é possível pedir que as/os jovens com as etiquetas falem sobre as pistas dadas pelas/os colegas. Outro caminho é solicitar que, quem descobriu a profissão que carregou nas costas, diga quais foram os comentários feitos que deram boas pistas para que ela/e descobrisse a profissão.



Comentários: Esta dinâmica, que costuma ocorrer de modo bastante animado com as/os estudantes, tem como objetivo problematizar como os estereótipos, preconceitos e a falta de informação podem fazer com que tenhamos visões, muitas vezes, parciais sobre certas carreiras e profissões. Ou seja, seu objetivo é alertar as/os jovens para a importância de que busquem informações sobre diferentes cursos e profissões, diminuindo o risco de tomar como modelos exclusivos certas ideias que podem estar fundamentadas em preconceitos ou baseadas num número pequeno de profissionais.

Para qualificar e animar o debate, pode ser interessante construir, com as/os participantes, noções sobre o que são estereótipo e preconceito, problematizando a influência de diferentes espaços de circulação de ideias — como a escola, a família, os meios de comunicação de massa, a igreja, os grupos de amigos, etc. — na sua manutenção ou reforço. Também pode ser importante refletir sobre o quanto as desigualdades (sociais e econômicas, por exemplo) reverberam nos juízos e diferentes valorações das profissões.

Estereótipo: de acordo com o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, algumas definições para “estereótipo” são: 1) algo que se adapta a um padrão fixo ou geral, sendo esse próprio padrão, geralmente formado de ideias preconcebidas e alimentado pela falta de conhecimento real sobre o assunto em questão; 2) ideia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo, resultante da expectativa, hábitos de julgamento ou falsas generalizações.

Preconceito: segundo o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, “preconceito” é: 1) qualquer opinião ou sentimento, quer favorável, quer desfavorável, concebido sem exame crítico; 2) ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado a priori, sem maior conhecimento, ponderação ou razão; 3) atitude, sentimento ou parecer insensato, especialmente de natureza hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; 4) atitude, geralmente negativa e hostil, que leva ao julgamento de objetos, opiniões, condutas e pessoas independentemente de suas características objetivas e se exprime ou é gerada por crença estereotipada.

Atividade 9 | Um primeiro contato com a diversidade de profissões



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Ampliar o leque de profissões conhecidas pelas/os estudantes.



Materiais: Cópias do **Material de Apoio – Oito grupos de profissões**, quatro cópias do **Material de Apoio – Baralho de profissões** e canetas.



Processo: Para realizar essa atividade, é necessário reproduzir pelo menos quatro cópias do **Material de Apoio – Baralho de profissões**, que está disponível no site do projeto. O baralho apresenta cartas com o nome e uma breve descrição das atividades de diferentes profissionais existentes no Brasil.

No dia do encontro, distribua as/os estudantes em quatro grupos e dê, para cada grupo, um jogo de baralho de profissões (você pode imprimir o baralho ou deixar disponível no formato digital para que as/os estudantes acessem de seus celulares). Explique às/aos estudantes que para realizar a atividade elas/es deverão utilizar o **Material de Apoio – Oito grupos de profissões** (que deverá ser impresso).

Explique para o grupo que elas/es realizarão uma atividade que tem como principal objetivo ampliar o universo de profissões conhecidas por seus membros e que, para isso, cada grupo recebeu um jogo de cartas que possui uma descrição sucinta de diferentes profissões e profissionais.

Fale para as/os estudantes que elas/es deverão fazer uma leitura de cada uma das cartas (por cerca de 20 minutos) e, após a leitura, deverão separar as profissões com as quais mais se identificaram, ficando com as cartas ou, caso estejam em formato digital, anotando as profissões em uma folha. Após isso, decidir em qual grupo de oito profissões (categorias) cada uma das profissões separadas melhor se encaixam. Quando essa decisão for tomada, as/os estudantes deverão escrever o nome da profissão contida na carta em uma das oito categorias existentes.

Deixe que as/os estudantes realizem a leitura das cartas de profissões, tirando dúvidas quando estas aparecerem. É possível que elas/es constatem que há profissões cujas descrições de atividades e características são compatíveis com mais de uma categoria. Se isso acontecer, é importante assinalar que não há nenhum problema em que uma profissão se encaixe tanto num descritor quanto em outro.

Conclua a atividade solicitando que, primeiramente, cada jovem assinale (com um círculo ou grifo) a categoria de profissões que mais lhe chamou a atenção e, depois, que faça o mesmo com o nome das profissões que lhe chamaram a atenção.

Depois que escolherem as cartas, cada uma/um apresenta ao grupo as cartas, lendo a descrição. Ao final, cada pessoa pode “roubar” uma carta que esteja na mão de uma/um colega e que tenha despertado maior interesse.

Finalize a atividade recomendando que as/os jovens realizem uma pesquisa na internet com o intuito de buscar mais informações sobre as profissões assinaladas por elas/es. Você pode indicar algumas fontes para que essa pesquisa seja realizada.

Atenção, educadora/or!

Endereços eletrônicos para a pesquisa das/os estudantes:

- *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>;
- *G1 Vestibular e Educação*: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/>>;
- *Guia de Profissões da Unesp*: <<https://vestibular.unesp.br/portal#!/guiadeprofissoes>>;
- *Guia do Estudante*: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/>>;
- *Tô no Rumo*: <<http://www.tonorumo.org.br/>>;
- *UOL Vestibulares*: <<http://vestibular.uol.com.br/>>.
- Wikipédia: <<http://www.wikipedia.org/>>



Comentários: A ideia desta atividade é de que as/os jovens ampliem seus conhecimentos sobre diferentes profissões e suas áreas de inserção e trabalho. Para tanto, apresenta-se outra proposta de agrupamento de profissões, diferente daquela mais comumente utilizada pelas universidades nos processos seletivos (área de conhecimento), e mais fundamentada no conjunto de práticas concretas nas quais pode estar envolvida/o essa/e ou aquela/e profissional.

Para incentivar as/os estudantes a realizarem a leitura das cartas, pode ser importante problematizar com elas/es o fato de que, muitas vezes, escolhemos seguir alguns caminhos sem que antes tenhamos clareza de todas as possibilidades. Em outras palavras, podemos orientar nossos percursos de formação e inserção profissional para certa carreira sem ter conhecimento suficiente sobre um vasto campo de trabalho existente no Brasil.

A leitura das cartas, nesse sentido, tem como propósito alargar o campo de conhecimento das/os jovens e, quiçá, também, o horizonte potencial de um futuro profissional. Por isso, é importante que elas/es tentem tomar contato com o maior número de profissões a partir do baralho, aprofundando seus conhecimentos num segundo momento com base em uma pesquisa mais sistemática; a internet pode ser um bom caminho para buscar informações.

Material de Apoio 2 | Uma nova forma de classificação das profissões²

<p>GRUPO 1 Profissões ligadas aos recursos naturais.</p> <p>Aproveitam e/ou conservam os recursos naturais, isto é, lidam com a flora e a fauna, potencial hídrico, etc.</p>	<p>GRUPO 2 Profissões artísticas e de entretenimento.</p> <p>Criam e/ou executam obras de arte ou divertimentos.</p>	<p>GRUPO 3 Profissões assistenciais</p> <p>Buscam o bem-estar social, físico, psicológico das pessoas. Estão ligadas à proteção, à assistência, aos cuidados pessoais ou aos cuidados domésticos.</p>	<p>GRUPO 4 Profissões científicas</p> <p>Buscam novos conhecimentos ou a explicação dos fatos. São os pesquisadores, ou cientistas, que procuram entender o que ainda não foi explicado.</p>

² Fonte: NACE - Orientação Vocacional, a partir de proposta elaborada por Maria Amélia Goldberg.

GRUPO 5 Profissões de contato comercial Vendem objetos ou ideias, “convencendo” a/o cliente ou consumidora/or.	GRUPO 6 Profissões culturais Conservam e/ou transmitem os conhecimentos que a civilização acumulou em qualquer área.	GRUPO 7 Profissões de organização Planejam, dirigem e controlam o funcionamento das empresas públicas ou particulares. Garantem um funcionamento tão eficiente quanto possível.	GRUPO 8 Profissões tecnológicas Aplicam técnicas e conhecimentos para a produção e/ou manutenção de objetos, máquinas ou processos.

Atividade 10 | Mímica de profissões



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Identificar o imaginário e a representação que as/os jovens fazem de diferentes profissões a partir de atividade lúdica.



Materiais: Pequenos papéis com nomes de 10 ou 12 profissões, uma caixa ou saco plástico (para que possam ser sorteados).

Lista de profissões: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Com antecedência, prepare pequenos papéis com o nome de algumas profissões, por exemplo: arqueóloga/o, chefe de cozinha, dentista, engenheira/o de pesca, esteticista, jornalista, juiz/a, médica/o, quiroprática/o, radiologista, relações públicas, terapeuta ocupacional, etc. Os papéis devem conter profissões que são mais conhecidas pelas/os jovens e outras mais desconhecidas. Dobre os papéis e coloque-os numa caixinha ou saco plástico.

Na sala de aula, divida o grupo em dois “times” e explique que elas/es irão participar de uma brincadeira bastante conhecida por todos: o jogo de mímicas. Explique que o jogo terá como tema: “profissões”. Cada grupo deve eleger uma/um ou duas/dois intérpretes para representar as profissões, que devem ser orientadas/os a respeitar as seguintes regras do jogo: a) não falar ou soletrar letras que compõem a grafia da profissão; b) não se manifestar enquanto a/o colega do outro grupo se apresenta.

Inicie o jogo com uma/um das/os intérpretes sorteando um papel. Cada uma/um tem até dois minutos para representar a profissão sorteada. O grupo que tiver o maior número de acertos será o vencedor.



Comentários: Ao fazer os papéis com nomes de profissões, tente mesclar ocupações muito famosas e conhecidas com outras menos comuns no cotidiano das/os jovens. Vale, também, produzir papéis com profissões cujas atividades são facilmente interpretadas e outras que apresentam maior grau de dificuldade. Além disso, considere a possibilidade de utilizar profissões cujo campo de inserção e tipo de atividade é bastante variado. Por exemplo, uma/um pedagoga/o pode atuar como professora/or, como coordenadora/or pedagógica/o, como diretora/or de escola, realizando pesquisas educacionais ou atuando em empresas na área de recursos humanos.

É fundamental que a/o educadora/or responsável pela condução da atividade tenha informações básicas sobre as profissões que serão utilizadas na brincadeira, de modo que, ao

final, tenha condições para esclarecer dúvidas, questões das/os estudantes ou lidar com equívocos cometidos por elas/es.

Atividade 11 | Caminhos de formação: pós-educação básica



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Disponibilizar informações sobre instituições públicas de Ensino Técnico e Superior, bem como programas de qualificação profissional.



Materiais: Cópias do Material de Apoio: Caminhos de Formação Profissional. Apresentação de slides: **Caminhos de Formação Profissional**. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.

Guia de Oportunidades Tô no Rumor. Disponível em: <<https://tonorumo.org.br/materiais/guia-de-oportunidades/>>.

Notas de corte Fuvest. Disponível em: <<https://www.fuvest.br/wp-content/uploads/>>.



Processo: Fazer um diálogo com jovens sobre diferentes caminhos de formação profissional com base no texto de apoio e apresentação de slides, resolvendo dúvidas a respeito dos mesmos.

Pergunte para as/os estudantes se já realizaram ou estão realizando outros cursos para além da escola (ex: línguas, profissionalizantes, técnico, etc.). Questione se tais cursos fornecem alguma certificação e se são considerados importantes para obter trabalho. Explique para a turma que existem tipos muito distintos de formação profissional e distribua o Material de Apoio, **Caminhos de Formação Profissional**, que é um glossário onde se apresentam as especificidades de diferentes caminhos de formação profissional. Incentive sua leitura individual e/ou coletiva. Procure levantar dúvidas que a turma tenha a respeito das informações contidas nesse material. Em seguida, apresente os slides **Caminhos de Formação Profissional**, que se encontra no link indicado em Materiais. Ao longo da apresentação, procure identificar e esclarecer eventuais questões. Depois, retome o bate-papo com as/os estudantes sobre os estabelecimentos de Ensino Superior e Técnico que elas/eles conhecem na cidade e no estado, liste-os na lousa. Solicite que façam uma distinção entre os estabelecimentos públicos e privados apresentados por elas/es. Ajude-as/os nessa identificação. Ao final da atividade, apresente, e, se possível, entregue o Guia de Oportunidades para que possam fazer consultas complementares. Incentive as/os jovens a pesquisarem os estabelecimentos listados na lousa. Trata-se de uma atividade que visa a ampliação de repertórios.



Comentários: Em cidades como São Paulo, onde a concentração de estabelecimentos públicos de Ensino Técnico e, principalmente, Superior, é significativamente menor do que a de estabelecimentos privados, é comum que as/os estudantes manifestem maior conhecimento sobre os últimos. Contudo, a criação do ENEM e a expansão do Ensino Superior Público, a partir do início dos anos 2000, colocaram a universidade pública no horizonte de uma parcela da juventude.

Também é comum haver certa confusão, por parte das/os estudantes, entre as ideias de público e gratuito. Por exemplo, alguns cursos técnicos ou de qualificação profissional oferecidos pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) são gratuitos, mas a instituição Senai é gerida pelo setor privado. Ao mesmo tempo, algumas universidades privadas oferecem bolsas de estudo integrais/parciais ou participam do programa do governo federal, ProUni, mas continuam a ser estabelecimentos privados.

Ainda é comum que estudantes de escolas públicas vejam o Ensino Superior Público como um caminho pouco viável para seguir seus estudos, principalmente em alguns estabelecimentos. A necessidade de ações afirmativas confirma a existência de grandes obstáculos para certos grupos brasileiros, mas podem ser estratégias para que as/os estudantes vislumbrem possibilidades de seguir esse caminho. Por isso, vale apontá-las como brechas para lidar com os exames de acesso ao Ensino Superior Público, que tendem a ser marcados por uma intensa disputa.

Prepare-se para esta atividade!

O Texto de Apoio n. 3 foi especialmente elaborado sobre questões relacionadas ao Ensino Superior brasileiro e aos desafios para tornar a possibilidade de acesso a esse nível de ensino um direito para todas/os aquelas/es que desejam se engajar num curso de graduação. Ele pode ser um ponto de partida para a estruturação de outros diálogos e bate-papos sobre os caminhos de acesso ao Ensino Superior.

Atividade 12 | Baralho de perfis e caminhos de formação profissional



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Apresentar às/aos estudantes diferentes caminhos (cursos livres, cursos técnicos de nível médio, cursos de nível superior) de formação profissional.



Materiais: Papel sulfite, canetas, cópia do Baralho de trajetórias profissionais e cópias do Material de Apoio: Caminhos de formação profissional.

Baralho de trajetórias profissionais. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Organize, com antecedência, uma cópia do **Baralho de trajetórias profissionais**, que contém onze pequenas descrições de profissionais e de suas trajetórias de formação e qualificação, conforme o exemplo abaixo:

FICHA DE DESCRIÇÃO

2

Maria Fernanda tem 31 anos e é coordenadora de moda de uma loja de departamento. Nesta função ela é responsável por realizar pesquisas de tendência, antecipando o que vai ser moda nas próximas coleções. Ela acompanha desfiles, faz pesquisas de comportamento, realiza levantamentos de cores, aviamentos, acessórios, tecidos e estampas que não podem faltar nas vitrines. Seu trabalho orienta a produção de empresas que fornecem todo tipo de materiais para a produção de roupas e acessórios.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

2

Terminou o Ensino Médio aos 17 anos. Dois anos depois ingressou num curso técnico em Vestuário, em uma escola privada. Frequentou um curso livre de Desenho de Moda, mas não chegou a concluí-lo. Com 21 anos ingressou em uma faculdade particular e em três anos formou-se no curso de Tecnólogo em Vestuário. Já graduada, foi fazer cursos de inglês para acompanhar as tendências internacionais do mundo da moda. Atualmente, realiza uma pós-graduação lato sensu em Gestão de Varejo.

Além dele, pode-se lançar mão novamente do **Material de Apoio – Caminhos de formação profissional**, já indicado na Atividade 11.

No dia do encontro, solicite às/aos estudantes que formem até 11 pequenos subgrupos. Depois de já formados, peça que cada subgrupo eleja uma/um representante, que deverá sortear uma Ficha de Descrição. A/O representante deverá ler em voz alta, para toda a sala, a descrição da/o profissional que sortear: “Fulana/o tem tanto anos e trabalha como...”.

Quando as/os representantes de subgrupos já tiverem sorteado suas fichas, oriente todas/os sobre o trabalho que deverão realizar: cada subgrupo, a partir da descrição, deverá

levantar uma hipótese sobre o percurso formativo que essa/esse profissional realizou. Que cursos ela/e realizou? Quantos cursos ela/e realizou? Qual nível de formação possui? Ela/e fez faculdade? Fez curso técnico? Distribua folhas de sulfite para que cada grupo redija suas respostas e deixe-as/os trabalhar por alguns minutos.

Abra uma roda de conversa e peça que cada subgrupo retome brevemente o perfil sorteado e apresente sua hipótese de trajetória profissional. Incentive que todas/os as/os participantes comentem as respostas apresentadas, propondo inclusive sugestões e outras possibilidades de formação. Depois desta primeira rodada, você pode apresentar as Fichas de Trajetória correspondentes a cada perfil e solicitar que as/os estudantes comparem suas respostas com as contidas nas fichas.

A partir daí, sugerimos que o bate-papo seja orientado a partir de dois caminhos. O primeiro diz respeito às trajetórias individuais descritas, pois elas contêm informações e combinam uma diversidade bastante significativa, que merece ser problematizada. Um segundo caminho de discussão é chamar a atenção das/os estudantes para os diferentes níveis (Médio ou Superior) e modalidades (livres, técnico, tecnológico, lato sensu, especialização, *stricto sensu*, etc.) de cursos realizados pelas/os personagens.

Para animar esta última discussão, peça aos subgrupos que retomem a leitura de sua ficha, destacando os “tipos” de formações que encontram nela. Você pode registrar esses destaques na lousa e incentivar as/os estudantes a descrever o que conhecem, quais são as diferenças e semelhanças de um ou outro tipo de formação.

Para consolidar as informações sobre esses caminhos e percursos de formação profissional, distribua as cópias do **Material de Apoio – Caminhos de Formação Profissional**, que apresenta, sinteticamente, a definição de alguns caminhos de formação profissional em nosso país. Solicite que as/os estudantes façam uma leitura atenta do material, registrando suas dúvidas.



Comentários: A ideia desta atividade é suscitar um bate-papo sobre os caminhos de formação profissional, considerando exemplos de trajetórias individuais e os diferentes caminhos de formação existentes no Brasil (cursos livres, cursos técnicos, graduação, pós-graduação, formação militar, etc.).

É importante enfatizar com as/os jovens que não existem respostas certas ou erradas para as trajetórias profissionais, a ideia da dinâmica é justamente desmistificar essa percepção, mostrando a diversidade de trajetórias de formação e inserção profissional.

Há, por exemplo, percursos mais lineares; enquanto outros são mais “labirínticos”, envolvendo muitas experimentações.

Além disso, a depender das condições e das necessidades de vida, é possível que os percursos formativos e de trabalho articulem demandas de sobrevivência (fazer um curso para se inserir rapidamente no mercado de trabalho) com projetos profissionais de médio e longo prazo (aquilo que eu quero fazer no futuro).

Os perfis e trajetórias também demonstram que profissionais de uma mesma área – exemplo do design gráfico, das/os pedagogas/os e professoras/es de educação física – podem ter rotinas de trabalho completamente diferentes, razão pela qual se torna arriscado decidir-se por um ou outro caminho profissional a partir do exemplo de uma/um conhecida/o, da representação desta/e profissional na televisão ou, pior ainda, com base no “ouvi dizer que”.

Material de Apoio | Baralho de trajetórias profissionais

FICHA DE DESCRIÇÃO

1

João Pedro tem 53 anos e é designer gráfico. Há 22 anos ele presta consultoria para empresas e órgãos governamentais; seu trabalho consiste em criar para essas empresas programas de identidade visual, marcas, logotipos e projetos gráficos de livros, revistas e folhetos em geral. João também cria projetos de embalagens, sites e projetos de sinalização ambiental.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

1

Terminou o Ensino Médio, antigo colegial, quando tinha 17 anos. Depois de dois anos de tentativas frustradas, conseguiu ingressar no Ensino Superior, no curso de Arquitetura, numa importante universidade pública. Foi lá que realizou os primeiros projetos gráficos para a edição de revistas. Já formado, realizou dois cursos de especialização voltados para produção de projetos de identidade visual e uma série de cursos de curta duração e de atualização.

FICHA DE DESCRIÇÃO

2

Maria Fernanda tem 31 anos e é coordenadora de moda de uma loja de departamento. Nesta função ela é responsável por realizar pesquisas de tendência, antecipando o que vai ser moda nas próximas coleções. Ela acompanha desfiles, faz pesquisas de comportamento, realiza levantamentos de cores, aviamentos, acessórios, tecidos e estampas que não podem faltar nas vitrines. Seu trabalho orienta a produção de empresas que fornecem todo tipo de materiais para a produção de roupas e acessórios.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

2

Terminou o Ensino Médio aos 17 anos. Dois anos depois ingressou num curso técnico em Vestuário, em uma escola privada. Frequentou um curso livre de Desenho de Moda, mas não chegou a concluí-lo. Com 21 anos ingressou em uma faculdade particular e em três anos formou-se no curso de Tecnólogo em Vestuário. Já graduada, foi fazer cursos de inglês para acompanhar as tendências internacionais do mundo da moda. Atualmente, realiza uma pós-graduação lato sensu em Gestão de Varejo.

FICHA DE DESCRIÇÃO

3

Cauê tem 26 anos e é designer gráfico. Trabalha para uma Organização Não Governamental (ONG), onde é responsável por toda a parte gráfica de pôsteres, banners, adesivos, convites, livros e revistas publicadas pela instituição. Há dois anos, em parceria com um amigo, abriu uma agência de publicidade com a finalidade de desenvolver projetos gráficos e de web design para outras instituições governamentais ou não governamentais.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

3

Em 2004, aos 17 anos, matriculou-se num curso técnico de Processamento de Dados. Não tinha muita ideia do que era o curso, mas foi lá que teve os primeiros contatos com projetos e trabalhos de design voltados para a internet. Após concluir o curso técnico, aos 19 anos, ingressou em um curso de nível superior, onde se formou como tecnólogo em Design Gráfico. Em 2010, concluiu seu segundo curso de nível superior, tornando-se bacharel em Publicidade e Propaganda.

FICHA DE DESCRIÇÃO

4

Denise tem 33 anos e uma vida profissional bastante agitada. Durante o dia ela atua como analista de suporte de uma pequena editora de livros, onde é responsável pela manutenção de computadores, pelo apoio aos usuários e pela gestão da rede e conexões de internet. Há três anos, todas as noites, ela trabalha como professora de Língua Portuguesa para estudantes do Ensino Médio numa escola pública. Nos finais de semana ela planeja suas aulas, busca manter a leitura em dia e se atualizar sobre informática.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

4

Aos 17 anos foi atrás de um curso técnico em Processamento de Dados. No mesmo período, fez um curso de qualificação profissional de manutenção de computadores e passou a treinar seus conhecimentos concertando equipamentos de amigos. Aos 19 anos ingressou num cursinho pré-vestibular, onde descobriu seu enorme interesse pela literatura. Aos 25 anos ingressou no curso de licenciatura em Letras, concluído quatro anos depois. Agora participa de um curso de especialização de professores de Língua Portuguesa.

FICHA DE DESCRIÇÃO

5

Roberto Carlos tem 54 anos e, atualmente, gerencia a implantação de programas ambientais que buscam minimizar os impactos de grandes obras à natureza – como a construção de usinas hidrelétricas, de estradas e de portos. Seu trabalho consiste, entre outras coisas, em implementar sistemas capazes de monitorar a qualidade da água de uma represa, pôr em prática planos de salvamento de animais e plantas silvestres e até mesmo do remanejamento de grupos humanos.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

5

Em 1982, aos 22 anos, concluiu o curso de Geologia em uma universidade. Recém-formado, foi trabalhar numa empresa pública, compondo uma equipe de pesquisadores que conduziam um estudo sobre bacias de petróleo no litoral brasileiro. Aos 28 anos ingressou em um curso de pós-graduação em Sismologia. Apesar de realizar todas as disciplinas exigidas pelo curso, não apresentou sua dissertação de mestrado e abandonou a pós. Já com 32 anos ingressou novamente numa pós-graduação, onde se tornou mestre em Geologia Ambiental.

FICHA DE DESCRIÇÃO

6

Léa tem 33 anos e é jornalista. Começou sua trajetória anunciando, no meio da rua, promoções de lojas de roupas numa área de comércio popular. Trabalhou em uma agência de publicidade e, durante cinco anos, foi repórter de rádio. Atualmente, trabalha para uma Organização Não Governamental (ONG), onde é responsável pela coordenação e gestão de projetos de comunicação: produz os conteúdos do site, coordena campanhas, gerencia as páginas de redes sociais, atende a demanda de jornalistas, etc.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

6

Em 2004, concluiu a faculdade de Jornalismo. Nessa época já dominava o inglês e o espanhol, línguas que aprendeu frequentando cursos de idiomas. Em 2008, participou de um curso de qualificação profissional, oferecido pela empresa em que trabalhava e que tinha como tema: “a atuação do jornalista numa época marcada pela popularização da internet”. O tema mobilizou seu interesse e, a partir daí, passou a participar de encontros e seminários sobre o assunto. Em 2012, concluiu o curso de pós-graduação em Gestão de Mídias Sociais.

FICHA DE DESCRIÇÃO

7

André tem 33 anos e é químico. Ele trabalha em uma fábrica, onde desenvolve produtos e equipamentos para a indústria e para a área da construção civil. A maior parte do seu trabalho é realizada em um laboratório, desenvolvendo pesquisas sobre matérias-primas e novos produtos que possam melhorar o desempenho e a durabilidade de lixas, equipamentos de pintura e discos de corte produzidos pela empresa em que trabalha.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

7

Estudou em escola pública até a conclusão do Ensino Médio. Tentou, por dois anos, ingressar em uma universidade pública no curso de Farmácia. Por fim, decidiu cursar Química numa universidade particular, pois já estava trabalhando na área. Entrou na graduação aos 19 anos. Durante a graduação fez um curso de inglês, que durou cinco anos. Dois anos após a conclusão da graduação, iniciou uma pós-graduação na área de Engenharia de Produção, que durou dois anos.

FICHA DE DESCRIÇÃO

8

Ignácio tem 54 anos e, há cinco anos, é coordenador pedagógico de uma escola pública da cidade de São Paulo. Em diálogo com professores, ele busca identificar as demandas educativas dos estudantes e, a partir disso, construir propostas educativas e projetos que respondam a essas necessidades. Também apoia o trabalho da direção da escola, lidando com as demandas de gestão e organização do espaço escolar.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

8

Com 24 anos ingressou no curso de graduação em Sociologia. Já formado, lecionou em aulas de História para o Ensino Fundamental e de Sociologia para o Ensino Médio. Quando completou 45 anos, resolveu retomar os estudos, ingressando no curso de graduação em Pedagogia. Atualmente, frequenta um curso de pós-graduação lato sensu, que tem como tema a relação entre educação e direitos humanos.

FICHA DE DESCRIÇÃO

9

Mário tem 26 anos e há três atua como comissário de bordo. Sua rotina é marcada por muitas viagens, nas quais está incumbido de prestar assistência aos passageiros a bordo do avião e orientá-los sobre os procedimentos de segurança. Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Maceió (AL) e Salvador (BA), são os destinos mais frequentemente realizados por ele.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

9

Depois de concluir o Ensino Médio aos 18 anos, matriculou-se em um curso de qualificação profissional de comissário de bordo, reconhecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Após a conclusão do curso, se submeteu e foi aprovado nas provas que compõem o exame da ANAC. Antes de ingressar na empresa em que trabalha atualmente, participou de outros cursos de qualificação para atuar no setor. Há três anos frequenta aulas de inglês e espanhol.

FICHA DE DESCRIÇÃO

10

Marcos, 36 anos, é juiz e atua como professor em cursos de pós-graduação na área do Direito. Sua rotina consiste em ler processos e presidir audiências, nas quais busca colher provas e resolver conflitos – geralmente envolvendo trabalhadores, seus patrões ou tomadores de serviços.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

10

Aos 22 anos terminou o curso de graduação, obtendo o título de bacharel em Direito. No mesmo ano, realizou a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde obteve licença para advogar. Atuou como advogado por 10 anos, sendo que nos últimos cinco, conciliou o trabalho com estudos preparatórios para o concurso público de magistrado: realizou uma pós-graduação (lato sensu) em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho e vários cursos preparatórios para o exame. Foi aprovado, em 2009, depois de 12 tentativas.

FICHA DE DESCRIÇÃO

11

Jaqueline tem 27 anos e há cinco anos atua como professora de Francês. Ela trabalha em uma escola particular, onde leciona este idioma para dez turmas que possuem diferentes níveis de familiaridade com o idioma. Seus alunos são, na maioria, jovens e adultos que são apaixonados pela cultura francesa ou que precisam aprender o idioma em decorrência de exigências do mundo do trabalho. Ela gosta muito de dar aulas e, num futuro próximo, quer lecionar em uma universidade, como professora de literatura de países francófonos.

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO

11

Aos 15 anos ingressou em um curso técnico integrado ao Ensino Médio de mecânica. Realizou um estágio, mas nunca conseguiu um emprego na área. Aos 17 anos ingressou no Ensino Superior no curso de Ciências Sociais e, um ano depois de concluir a graduação, conseguiu uma bolsa de estudos para fazer um curso de pós-graduação lato sensu na cidade de Quebec, no Canadá. Foi lá que teve o primeiro contato com a língua francesa. De volta ao Brasil, frequentou cursos livres e atualmente faz um mestrado (pós-graduação *stricto sensu*).

Material de Apoio | Caminhos de formação profissional

Caminhos de formação profissional

Estudantes de todas as idades, preocupadas/os com o futuro profissional, buscam em diferentes caminhos de formação, oportunidades para ampliar seus conhecimentos e melhorar suas chances no mercado de trabalho. No entanto, em nosso país, os caminhos de formação e qualificação profissional não são lineares e é preciso muito cuidado na hora de escolher um curso, para não cair nas mãos de instituições oportunistas, interessadas apenas no dinheiro da/o aluna/o. Investir em capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização é importante, mas buscar mais informações antes de fazer o investimento é fundamental.

Ao escolher uma instituição de ensino, a/o estudante deve procurar saber se ela é confiável. Quanto mais respeitada for a instituição junto à sociedade, mais respeitado será o certificado ou diploma emitido. Por isso, busque informações sobre a instituição que está oferecendo o curso, qual a formação das/os professoras/es que ministrarão as aulas e a avaliação das/os estudantes que já passaram pelas atividades e cursos oferecidos por ela.

Outro cuidado a tomar é conhecer o conteúdo programático do curso, isto é, a lista de conhecimentos com os quais a/o aluna/o entrará em contato ao longo das aulas. Não se deixe levar por nomes pomposos e verifique de fato o que é oferecido. Por exemplo, uma empresa especializada em educação profissional oferece um curso de “Operadora/or de Sistemas”, porém, os conteúdos que compõem o programa são: Windows, Word, Excel, Internet e Outlook, PowerPoint, Access, Linux e Open Office. Ou seja, diferentemente do que sugere o nome, trata-se de um curso de informática para iniciantes.

Além disso, é necessário avaliar se o curso é adequado à idade e à formação prévia da pessoa. Em outro exemplo, uma instituição dedicada a programas de treinamento oferece cursos nas áreas de Gestão Empresarial, Informática, Turismo e Hotelaria, para qualquer estudante acima de 12 anos. É pouco provável que uma formação em Gestão Empresarial ou Turismo e Hotelaria seja adequada a pessoas tão jovens.

Também é bom saber a diferença entre cursos livres, de qualificação profissional, cursos técnicos de nível Médio, de nível Superior, etc. Segue abaixo um breve glossário sobre esses diferentes tipos de formação:

Cursos Livres: São todos aqueles que não fazem parte do sistema oficial de ensino e incluem, por exemplo, cursos de idiomas, informática, cursinhos preparatórios para o vestibular, cursos de artes e esportes, bem como todos os cursos de qualificação profissional que não sejam de nível médio ou superior. Eles não estão sujeitos à regulamentação do Ministério da Educação ou de qualquer outro órgão público, e não dependem de escolaridade prévia. Esses cursos não estão autorizados a emitir diplomas, mas podem oferecer certificados.

Ensino Técnico: Refere-se, normalmente, a uma educação profissional realizada em escolas de nível médio ou em outras instituições que conferem diplomas profissionais. É voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das Secretarias Estaduais de Educação ou Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, dependendo da unidade da Federação.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza, na internet, um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O material pode ser acessado no endereço eletrônico: <<http://cnct.mec.gov.br/>> (Acesso em: 02 mai. 2023). Os cursos técnicos são ofertados, no Brasil, nas seguintes modalidades:

Integrado: ao terminar o Ensino Fundamental, a/o estudante faz uma única matrícula no estabelecimento de ensino especializado. No final da formação, a/o aluno/a recebe o certificado de conclusão do Ensino Médio e o diploma do curso técnico;

Concomitante: a/o estudante faz duas matrículas em escolas diferentes — em uma escola de Ensino Médio e em outra que oferece o curso técnico. Ao final, a/o estudante recebe dois certificados de conclusão, mas de estabelecimentos distintos;

Subsequente: a/o estudante faz o curso técnico depois de terminar o Ensino Médio, ou seja, depois de concluir a Educação Básica.

Ensino Superior: O Ensino Superior é o nível mais elevado do sistema educacional brasileiro, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais. No país, é composto de três modalidades: 1) cursos sequenciais; 2) graduação — que compreende os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico; e 3) pós-graduação, nos quais as/os estudantes podem optar pela realização de cursos de especialização, mestrado profissional, mestrado acadêmico ou doutorado.

Cursos Sequenciais: são cursos de nível Superior de curta duração (média de dois anos) que oferecem o ensino de habilidades específicas em determinadas áreas. Por exemplo, na área de Computação, pode-se ter um curso sequencial em redes de computadores. Ou, em vez de fazer uma graduação de quatro anos em Administração de Empresas, o aluno pode entrar em um curso sequencial de Recursos Humanos.

Cursos de Graduação: requerem formação mais longa, acadêmica ou profissionalmente, do que os cursos sequenciais, estando voltados para a formação de diplomadas/os em diferentes áreas do conhecimento. Abertos a candidatas/os que tenham concluído o Ensino Médio, ou equivalente, e tenham sido classificados em processo seletivo. Estão subdivididos da seguinte maneira:

Cursos Tecnológicos: são cursos centrados numa formação de caráter prático e que buscam atender as demandas do mercado de trabalho. Embora o nome remeta às profissões

estritamente tecnológicas, os cursos tecnológicos abrangem um universo bastante significativo de áreas de atuação;

Cursos de Licenciatura: são cursos voltados para a formação de professores/as da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. De modo geral, os currículos desses cursos englobam questões que dizem respeito tanto aos conhecimentos específicos quanto à educação e à relação ensino e aprendizagem;

Cursos de bacharelado: os bacharelados proporcionam a formação exigida para que se possa exercer uma profissão regulamentada por lei ou não. Na maior parte dos cursos é expedido o título de bacharel, como em Administração e Direito.

Pós-graduação: o acesso à pós-graduação exige a conclusão da graduação e são oferecidos a partir de duas modalidades:

Os cursos de pós-graduação *lato-sensu*: fazem parte dessa modalidade de formação, pós-educação superior, os cursos de especialização e também os cursos designados como *Master Business* (MBA). Com duração mínima de 360 horas, eles concedem às/aos participantes certificados de participação (e não diploma);

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*: são oferecidos por instituições de nível superior a partir de seus programas de mestrado e de doutorado. O tempo de formação varia de acordo com cada área de conhecimento e instituição, mas em geral, têm duração de dois anos (mestrado) até quatro anos (doutorado). Ao final da formação, a/o participante adquire o diploma de mestra/e ou de doutora/or numa determinada área de conhecimento.

Atividade 13 | Produzir um Guia de Profissões (orientação para pesquisa individual)



Tempo: 2h15 (3 aulas).



Objetivo: Produzir um guia de cursos e profissões, a partir de pesquisa individual e trabalho em pequenos grupos.



Materiais: *Guia do Estudante*. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/>>. E o *Guia Centro Paula Souza*. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/tag/guia-de-profissoes-tecnicas-guia-de-profissoes-tecnologicas/>>.



Processo: Primeiro encontro (2 aulas – 90 min) – orientação para pesquisa

Comece o encontro distribuindo para cada estudante uma folha de sulfite cortada ao meio

e solicite que nela cada estudante escreva, de forma legível, o seu nome e o nome de um curso de formação profissional (de nível técnico ou superior) que a/o mobiliza atualmente a seguir estudando. É importante que a/o aluna/o apresente uma única proposta e que ela reflita, de fato, seus desejos e interesses.

Depois de alguns minutos, peça que cada estudante apresente sua resposta à turma e, com ajuda da fita crepe, disponha na lousa a folha que redigiu. Quando todas/os terminarem a sua apresentação, junto com a turma, organize o quadro de cursos considerando as afinidades apontadas pelas/os jovens: cursos técnicos ou de graduação, cursos de um mesmo campo de atuação (Administração e Negócios, Artes, Informática, Saúde, entre outros).

A partir desta organização, solicite que as/os estudantes formem grupos considerando as afinidades temáticas acenadas pelo painel.

Explique às/aos jovens que a turma irá confeccionar um Guia de Profissões e que cada grupo terá a tarefa de estruturar uma pesquisa sobre o conjunto de cursos que congrega. Ou seja, cada grupo se responsabilizará pela construção de fascículos contendo informações úteis sobre os cursos que mobilizam suas/seus integrantes.

Mas quais são as informações úteis? O que o nosso Guia precisa conter? A construção de um roteiro comum de pesquisa é a primeira tarefa dos pequenos grupos que devem formular um esboço inicial, a ser apresentado para toda a sala, de modo a se construir uma proposta comum a toda a turma.

Na prática...

Roteiro de pesquisa: exemplo de construção

As informações listadas abaixo resultam do trabalho educativo realizado com uma turma de estudantes, que tinham majoritariamente o interesse por acessar o Ensino Superior, mas não exclusivamente (algumas/alguns jovens interessavam-se por cursos técnicos).

Nome do curso:

Nível de ensino:

() Curso técnico de nível Médio () Graduação de nível Superior () Outro. Qual?

O que é possível fazer depois de formada/o? (três parágrafos, no máximo):

Onde estudar:

Instituição Pública

Nome:

Cidade:

Realiza processo seletivo? Como é o processo?

Número de vagas por ano:

Horários do curso (matutino/vespertino/diurno/integral):

Duração do curso (anos): Site da instituição:

Tem programa de ações afirmativas para estudantes de escola pública, negras/os, Indígenas, etc.?

Como funciona?

Instituição Privada

Nome: Cidade:

Realiza processo seletivo? Como é o processo?

Número de vagas por ano:

Horários do curso (matutino/vespertino/diurno/integral):

Valor da mensalidade:

Tem programas de bolsa de estudo? Qual(is)?

Para finalizar este momento de planejamento, combine o prazo para a entrega dos fascículos com as informações previamente acordadas pelo grupo. Também pode ser importante dar algumas sugestões de caminhos que poderão ser trilhados pelas/os estudantes para realizarem suas pesquisas: busca de informações na internet; redes sociais; ligações telefônicas; visita a estabelecimentos de ensino; etc.



Processo: Segundo encontro – (1 aula, 45 minutos) – montagem do Guia

Solicite que as/os estudantes façam uma avaliação dos caminhos de pesquisa e das informações obtidas a partir delas/es. Nesse sentido, vale começar o encontro incentivando as/os estudantes a partilhar as estratégias adotadas, as descobertas realizadas, bem como as dificuldades e problemas na realização do trabalho. Após esse bate-papo inicial, solicite que as/os estudantes se organizem na sala de aula conforme a composição dos grupos de pesquisa. Os grupos devem trocar seus trabalhos de modo que cada grupo consiga ler os fascículos produzidos por outro e, se necessário, apontar para ajustes ou adequações no trabalho produzido pelas/os colegas: Há algum dado confuso ou que pode ser mais bem explicado? Faltaram informações? Por fim, incentive as/os estudantes a pensar um nome para o guia produzido e estratégias para que ele sirva como material de informação para outras/os jovens.



Comentários: Por se tratar de uma atividade de pesquisa individual, realizada fora do espaço de sala de aula, os encontros descritos aqui se centram no momento inicial, de planejamento da atividade que será realizada pelas/os participantes; e final, de avaliação da pesquisa e de construção do Guia da turma.

A produção e a confecção do guia foram pensadas como uma atividade de “mergulho” e aprofundamento de informações sobre uma determinada profissão e/ou um curso. Por essa razão, nossa sugestão é que a pesquisa não se constitua num ponto de partida para a discussão sobre as profissões, mas numa etapa intermediária ou final o trabalho realizado com a turma de estudantes.

O ideal é que, antes, as/os jovens tenham a oportunidade de tomar contato com uma variedade de informações sobre profissões, cursos, instituições de ensino, etc., sendo a definição do objeto de pesquisa um momento em que cada uma/um deve explicitar seu interesse por um ou outro caminho a seguir. A aposta é, em um primeiro momento, alargar o leque de profissões conhecidas pelas/os jovens, para só depois afunilar e aprofundar os conhecimentos numa ou noutra área.

O Guia pode ser disponibilizado na biblioteca/sala de leitura da instituição de ensino. Uma alternativa é fazê-lo em formato digital e socializar com as demais turmas. Outra possibilidade é imprimir a pesquisa e fixá-la na escola como um mural.

Aliás, a informação de que o trabalho final será objeto de apreciação de outras/os sujeitas/os, para além da/o educadora/or que irá corrigi-lo e eventualmente atribuir uma nota, pode ser uma estratégia para animar e engajar ainda mais as/os estudantes no processo

Atividade 14 | O desemprego em debate



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Promover uma discussão sobre os possíveis motivos que geram o desemprego no Brasil.



Materiais: Cópias do material, As quatro teses sobre o desemprego, canetas, lousa e giz. As quatro teses sobre o desemprego. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Oriente as/os estudantes a se organizar em pequenos grupos, de quatro ou cinco pessoas, e distribua para cada grupo uma cópia do material: As quatro teses sobre o desemprego. O material apresenta quatro ideias para justificar o desemprego no Brasil que, grosso modo, podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

Na prática...**Síntese das quatro teses sobre o desemprego**

1. O desemprego é causado pela baixa escolaridade da população brasileira;
2. O problema é o excesso dos encargos sociais e trabalhistas;
3. Somente as/os acomodadas/os sofrem com o desemprego. A responsabilidade de conseguir trabalho é das próprias pessoas;
4. O desemprego é causado pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que busca o lucro em primeiro lugar.

Explique às/aos estudantes que o material apresenta algumas explicações (porquês) sobre o desemprego no Brasil, que devem ser discutidas por cada subgrupo por aproximadamente 30 minutos.

Após esse período, o grupo deve assinalar, a partir de um consenso, se concorda ou discorda de cada uma das ideias. A atividade prossegue com a formação de um grande círculo, em que uma representante eleita/o pelo grupo pode primeiro fazer um relato sobre a discussão realizada e, posteriormente, apresentar os consensos e dissensos de suas/seus participantes. Durante a discussão, pode ser importante esclarecer para o grupo o que significa “encargos sociais e trabalhistas”, visto que muitas/os jovens desconhecem o sentido do termo.

Atenção, educadora/or!

O que são encargos sociais e trabalhistas?

Uma das teses utilizadas nesta dinâmica é a de que o excesso de encargos trabalhistas e sociais desestimularia a criação de postos de trabalho no Brasil, contribuindo para a informalidade e para o desemprego. Trata-se de uma ideia bastante disseminada em nosso país e, por isso, também é muito conhecida pelas/os jovens. Todavia, este grupo costuma ter pouca clareza do que são encargos trabalhistas e sociais. E conhecer estas definições faz muita diferença na hora de se posicionar. Uma estratégia que utilizamos no debate dessa tese consiste em, num primeiro momento, deixar as/os estudantes se posicionarem a partir de seus conhecimentos prévios e, depois, dar exemplos e uma breve explicação sobre o que são encargos trabalhistas (como: férias, 13º salário, vale-transporte, adicional de remuneração por hora extra, entre outros) e encargos sociais (fundo de garantia por tempo de serviço, previdência social, etc.).



Comentários: Os indicadores de desemprego no Brasil mobilizam frequentemente intensos debates entre especialistas, sindicatos, agentes governamentais e empresárias/os. Esses debates chegam aos nossos ouvidos pelos meios de comunicação que, muitas vezes, apresentam ideias e hipóteses sobre os motivos para o crescimento ou diminuição do número de desempregadas/os no país. Verifique com as/os jovens se elas/es já tinham parado para pensar sobre este tema, se já tinham escutado algumas dessas ideias e onde escutaram.

A proposta dessa atividade é promover uma discussão com as/os estudantes sobre essas ideias que buscam explicar os motivos do desemprego em nossa sociedade. É possível prosseguir no tema a partir do uso de outros suportes, como a produção cinematográfica, visto que há muitos filmes (ficções e documentários) que tratam do assunto e podem apresentar nuances da questão ou ser objeto de análises e interpretações (confira nossas *Dicas e Fontes de Informação*).

Atividade 15 | Um currículo construído de modo desigual



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Refletir como as desigualdades sociais e educacionais afetam as trajetórias e oportunidades de vida das/os jovens brasileiras/os; refletir sobre a importância de ações afirmativas que buscam diminuir os efeitos dessas desigualdades na vida de jovens de baixa renda, negras/os, egressas/os de escolas públicas e de pessoas com deficiência.



Materiais: Cartolinas, fita crepe, caneta, lápis, canetas coloridas, régua, revistas de moda e cópia do Material: **Três roteiros de como elaborar um currículo.**

Roteiros: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Sem citar o nome da atividade, explique que o grupo será subdividido, formando três equipes que terão como desafio construir um currículo para uma/um trabalhadora/or experiente que está buscando uma recolocação profissional. E, para simular uma situação de contratação, o grupo, ao final do encontro, vai escolher o currículo mais bem apresentado.

Após dividir os subgrupos, solicite que cada um se dirija para um canto da sala. Explique que, a partir desse momento: a) nenhum subgrupo poderá se comunicar com o outro; b) poderão ser utilizados apenas os materiais disponibilizados especificamente para a realização da atividade; c) a/o educadora/or, que está moderando a atividade, poderá ou não responder dúvidas existentes nos subgrupos.

Após essa organização, distribua o material para a realização das atividades da seguinte maneira:

- Grupo 1 — Ofereça apenas uma cartolina, uma caneta e disponibilize o Roteiro de Currículo A, que contém pouquíssimas informações sobre como deve ser organizado o documento que será produzido por elas/es;
- Grupo 2 — Ofereça apenas uma cartolina, uma caneta e disponibilize o Roteiro de Currículo B, que contém alguns tópicos de como deve ser estruturado o documento que será produzido por elas/es;
- Grupo 3 — Ofereça uma diversidade de materiais (lápiz, canetas de diferentes cores, régua, revistas de moda, cola) e disponibilize o Roteiro de Currículo C, que contém tópicos e itens de como deve ser estruturado o documento que será produzido por elas/es, bem como a área em que a empresa contratante trabalha e para qual vaga estão demandando currículo (confeção de roupas femininas/estilista).

Deixe que os grupos trabalhem, aproximadamente, 30 minutos na preparação do currículo. Caso as/os membras/os dos outros grupos questionem a presença de maior volume de materiais no Grupo 3, invente uma desculpa como: “Sejam criativas/os e se esforcem com o que têm em mãos!”, etc.

Antes da apresentação dos Grupos 1, 2 e 3 respectivamente, informe toda a turma para qual empresa elas/es irão apresentar o currículo e para qual vaga ela demanda uma nova/um novo profissional. Para incrementar a dinâmica, a educadora/or poderá mostrar-se pouco interessada/o pelo trabalho dos Grupos 1 e 2.

Após a apresentação, promova uma discussão que pode ser orientada pelas seguintes questões: Todas/os estavam estruturando um currículo para uma/um trabalhadora/or (ou seja, representavam uma pessoa tão humana como qualquer outra), mas os grupos possuíam iguais condições para produzir o currículo dessa/e trabalhadora/or? O que percebemos na dinâmica? O que isso tem a ver com a vida real? O que essa dinâmica nos diz sobre o mundo do trabalho e do acesso à educação de nível superior? O que aconteceria se todos os grupos tivessem um currículo excelente? Haveria emprego “para três candidatas/os”? Como lidar com isso?

Vale a pena incentivar as/os estudantes a elencarem propostas que poderiam apoiar os diferentes grupos a participarem de um processo seletivo em condições mais equânimes

A atividade deve ser encerrada com uma apresentação feita pela/o educadora/or sobre a situação educacional brasileira, com ênfase em aspectos relacionados ao acesso e presença das/os jovens negras/os e de baixa renda no Ensino Superior e das políticas de reserva de vagas nas universidades públicas (cotas) para estudantes de escolas públicas, negras/os e de baixa renda atualmente em curso no Brasil.



Comentários: As cotas sociais e raciais no Ensino Superior público costumam mobilizar posições e debates acalorados, muitas vezes, orientados pelo senso comum ou pelas opiniões predominantes nos grandes meios de comunicação. Essa atividade permite introduzir a discussão sobre esse tema, incitando inicialmente as/os estudantes a pensar no modo como a desigualdade impacta as possibilidades de acesso das pessoas às diferentes oportunidades (inclusive educacionais) e, num segundo momento, a formular propostas para equacioná-las.

Após a realização da atividade é importante apresentar, de modo didático, como se dão as políticas de cotas nas universidades públicas, bem como outros programas de inclusão realizados por alguns estabelecimentos de Ensino Superior (cursinhos, bônus e pontos, por exemplo). Para quem são as cotas? Como funciona esse mecanismo? Como participar dos programas? Quais são seus objetivos e limites?

A atividade também pode contribuir para a discussão sobre como é feita a seleção para empregos, possibilitando às/aos jovens compartilharem suas experiências nessas situações e refletirem sobre os filtros que são aplicados; se há situações de constrangimento ou injustiça nesses processos e como se preparar melhor para lidar com tais momentos.

Material de Apoio | Três roteiros para elaborar um currículo

Roteiro A | Orientações para a elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas da/o profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência é fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais.

Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações do currículo. Além disso, é importante passar as informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O *curriculum vitae* tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia, e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações. Alguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

Dados pessoais:

Experiências profissionais (em ordem cronológica e descendente):

Formação acadêmica:

Conhecimentos em informática:

Idiomas:**Objetivos (cargo ou área de atuação de interesse):****Outros cursos e experiências avaliados como importantes:**

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência profissional de 10 anos de trabalho. Mãos à obra e boa sorte!

Roteiro B | Orientações para a elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas da/o profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência é fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais.

Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações do currículo. Além disso, é importante passar as informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O *curriculum vitae* tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia, e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações.

A seguir, alguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

- 1) Dados Pessoais: nome completo, idade, endereço, dois telefones (fixo e celular) e e-mail. Números de documentos não devem ser colocados. Blogs e portfólios on-line devem ser incluídos apenas se bem elaborados e com clara motivação profissional;
- 2) Experiência: além dos períodos nos quais trabalhou e o nome das empresas, pontue algumas das atividades realizadas;
- 3) Formação Acadêmica: apenas coloque os nomes das instituições e as datas de conclusão dos cursos de nível técnico e superior. Comece pelo título maior!
- 4) Conhecimentos em Informática: informe as ferramentas tecnológicas das quais têm domínio e o nível de conhecimento de cada uma;
- 5) Idiomas: coloque apenas a língua e o nível de conhecimento (fluência, ou não, na escrita, leitura e escrita). Instituição de ensino é irrelevante. A exceção são cursos no exterior;

6) Objetivo: deve ser o mais claro possível e conter exatamente qual cargo a pessoa deseja ocupar na empresa. É recomendável colocar apenas uma área de atuação;

7) Cursos: esqueça cursos de desenvolvimento pessoal, como culturais e hobbies, priorize apenas aqueles relacionados à área almejada.

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência profissional de 10 anos de trabalho. Boa sorte!

Roteiro C | Orientações para a elaboração de um currículo

O currículo é o cartão de visitas da/o profissional que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho. Por isso, torná-lo atraente em meio à grande concorrência tornou-se fundamental, e existem técnicas que podem ajudar a compor um bom documento de apresentação de suas credenciais e competências profissionais. Duas regras são básicas neste processo de elaboração: atenção total ao português e não mentir nas informações no currículo. Além disso, é importante passar informações de forma clara, objetiva, sem exagerar. O curriculum vitae tem que ser absolutamente objetivo e sucinto. Não deve ultrapassar duas páginas, duas páginas e meia, e as informações devem ser baseadas em fatos, números e realizações. A seguir, alguns itens importantes que devem estar contidos neste documento:

1) Dados Pessoais: nome completo, idade, endereço, dois telefones (fixo e celular) e e-mail. Números de documentos não devem ser colocados. Blogs e portfólios on-line devem ser incluídos apenas se bem elaborados e com clara motivação profissional;

2) Experiência: além dos períodos nos quais trabalhou e o nome das empresas, pontue algumas das atividades realizadas;

3) Formação Acadêmica: apenas coloque os nomes das instituições e as datas de conclusão dos cursos de nível técnico e superior. Comece pelo título maior!

4) Conhecimentos em Informática: informe as ferramentas tecnológicas das quais têm domínio e o nível de conhecimento de cada uma;

5) Idiomas: coloque apenas a língua e o nível de conhecimento (fluência, ou não, na escrita, leitura e escrita). Instituição de ensino é irrelevante. A exceção são cursos no exterior;

6) Objetivo: deve ser o mais claro possível e conter exatamente qual cargo a pessoa deseja ocupar na empresa. É recomendável colocar apenas uma área de atuação;

7) Cursos: esqueça cursos de desenvolvimento pessoal, como culturais e hobbies, priorize apenas aqueles relacionados à área almejada.

A partir dessas orientações, em grupo, construa um currículo fictício de uma pessoa que tem aproximadamente 30 anos e uma experiência de 10 anos de trabalho. Essa pessoa irá participar do processo seletivo de uma empresa que atua no ramo de **confeção de roupas femininas** e que, no momento, procura uma **estilista** para compor sua equipe. Além de formação técnica e experiência, a referida empresa indicou ser desejável fluência nas **línguas inglesa e espanhola**. Também serão apreciados **portfólios de trabalhos** durante a entrevista. Por isso, é recomendável a construção de um painel com imagens e fotografias de trabalhos anteriores. Boa sorte!

Atividade 16 | Uberização do trabalho: jovens e informalidade



Objetivo: Apresentar às/aos estudantes a noção de “uberização do trabalho” e suas características, relacionando à discussão sobre juventude, trabalho e informalidade no Brasil.



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Vídeo “Treta no Trampo” e trailer do filme Gig: a Uberização do Trabalho (2019). Papel cartolina ou craft, lápis, giz e/ou canetas e fita adesiva. Trailer do filme Gig: <https://www.youtube.com/watch?v=gbSaTJ_7Zfk&t=27s>. Disponível em: 20 abr. 2023. Vídeo “Treta no Trampo”: <<https://www.youtube.com/watch?v=6XHcxbis44s&t=4s>>. Acesso em: 20 abr. 2023.



Processo: Momento 1: Ver o vídeo com a turma e, ao final da exibição, dividi-los em grupos de 5 a 6 pessoas.

Momento 2: Pedir à turma que discuta brevemente as seguintes questões: Vocês conhecem jovens que trabalham como entregadoras/es por aplicativos? Por que vocês acreditam que elas/es buscam esse tipo de alternativa de trabalho?

Momento 3: Entregar uma cartolina ou papel craft e pedir às/aos estudantes que desenhem uma entregadora ou um entregador por aplicativos com as seguintes informações:

- Um balão com a fala sobre as queixas e as demandas abordadas no vídeo;
- Na mochila, as razões ou (se houver) as vantagens de realizar esse tipo de trabalho.

Momento 4: Pedir a cada grupo para colocar na parede ou na lousa o seu desenho e convidar a turma a ver as produções por cerca de 5 minutos. Depois, reunir a turma em semicírculo e iniciar um debate com base em duas questões: 1) Ter direitos

trabalhistas seria importante para entregadoras/es por aplicativos? Quais? 2) Quem tem e quem não tem direitos trabalhistas no Brasil?

Dicas: Ajude a turma a pensar quem costuma realizar esse tipo de trabalho (em geral, homens negros, jovens e moradoras/es das periferias de centros urbanos) e se ele poderia configurar o que chamamos de trabalho precário. Busque trazer o conceito de Uberização para debater se essas/es jovens devem ter direitos reconhecidos, pensando quais seriam alguns deles. Ao final, tente mostrar a importância de termos direitos associados ao trabalho, como forma de equalizar a relação tão desigual entre as/os trabalhadoras/es e as empresas, sobretudo quando o desemprego é uma realidade. Conclua mostrando que a mobilização de trabalhadoras/es é fundamental para obter direitos.

Informação: A Uberização seria um modo de trabalho intermediado pela tecnologia, na qual a/o trabalhadora/or presta um serviço por meio de uma plataforma digital como o Uber, que a/o conecta com as/os clientes. Assim, ela/e deve dispor dos equipamentos necessários e assumir os custos e os riscos desse trabalho, obedecendo à dinâmica de cada plataforma ou aplicativo. Em todo o mundo, há um debate sobre a configuração de uma relação de trabalho com a empresa que desenvolve a tecnologia (em geral, aplicativos) e, portanto, sobre o fato de essa/e trabalhadora/or ter reconhecido um vínculo de trabalho que lhe garanta direitos na realização dessa atividade profissional.

Atividade 17 | O que é ser empreendedora/or?



Objetivo: Problematizar o que significa ser empreendedora/or. Há diferença entre ser empreendedora/or na periferia e no centro? Entre abrir um comércio no bairro ou uma startup?



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Cartelas com os perfis de empreendedoras e empreendedores. A/O educadora/or pode imprimir as cartelas ou deixar disponível em formato digital para que as/os estudantes acessem de seus celulares. Acesse as cartelas aqui: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo: Momento 1: Formar até 8 grupos e distribuir duas cartelas para cada. Orientar os grupos a ler as cartelas e apontar: a) Quais delas estão mais presentes no seu cotidiano e quem as realiza? b) Quais as principais diferenças entre elas? c) Essas atividades correspondem ao que você imagina ser uma/um empreendedora/or? d) Estes trabalhos estão mais próximos de serem trabalhos precários ou decentes? Pedir à turma que escreva as respostas em algum papel.

Momento 2: Cada grupo vai apresentar as atividades das cartelas e as respostas que trouxeram. Ao final, a turma deve debater rapidamente o que é uma/um empreendedora/or.

Momento 3: Na lousa, fazer uma divisão entre “pontos positivos” e “pontos negativos”, e pedir à turma que ajude a preencher esse quadro, considerando a diversidade de trabalhos no campo do que se chama de empreendedorismo.

Dicas: Nesta atividade, é importante refletir sobre o que se considera empreendedorismo e avaliar se ele incorpora muitos tipos de trabalho diferentes. Em geral, a imagem do que é ser uma/um empresária/o está associada a algo mais glamoroso, mas devemos considerar um espectro bem amplo de possibilidades. Para se tornar uma/um grande empreendedora/or, frequentemente serão necessários aportes financeiros e investimentos em formação. Portanto, é algo que não está disponível de forma igual para todas/os. Para grande parte da população, trata-se de uma forma de ganhar a vida, associada à necessidade e à ausência de direitos e proteção social. Por outro lado, ser empreendedora/or é uma forma de tentar escapar da submissão à/ao patroa/patrão, ter liberdade de tempo que compatibilize com outras atividades e tentar sobreviver trabalhando com o que se gosta.

Para se preparar melhor para essa atividade, recomendamos a leitura do texto de apoio: “A Juventude e o Mundo do Trabalho”.

Informação: Atualmente, há muitas iniciativas de Organizações da Sociedade Civil, do Sebrae, de setores empresariais e, também, de políticas públicas que dão apoio financeiro e orientação técnica a pequenas/os empreendedoras/es. Também há iniciativas no campo de negócios de periferia e favelas, bem como na área cultural. Se achar relevante, estimule a turma a conhecer essas possibilidades.



Donos/as de Startups

Startups são empresas emergentes que desenvolvem um produto ou serviço inovador, com a possibilidade de uma grande expansão, geralmente sob comando de pessoas bastante jovens.

Segundo dados da Associação Brasileira de Startups, o setor passou de 2.500 startups em 2012 para mais de 5 mil em 2017. Como, em geral, demandam acesso a tecnologias e investidores, as startups são os modelos de negócio mais acessados por trabalhadores das camadas mais ricas da sociedade.

Segundo o Sebrae, 25% das startups não chegam a um ano de existência e 50% delas não alcançam o quarto ano de atividade.

Foto: StartupStock/Photos por Pixabay



Coletivos culturais e produtores/as de cultura

Viver da área cultural é uma forma encontrada por muitos jovens para ter um trabalho com mais sentido e possibilidade de realização pessoal.

Tornar-se artista ou produtor de cultura pode ser fruto de muitos caminhos, como a frequência em espaços religiosos, equipamentos culturais públicos ou ligados a organizações de bairro, na qual jovens aprendem linguagens diversas, como teatro, música, literatura, dança, cinema e vídeo. Há estimativas de que a chamada “economia criativa” seja responsável por cerca de 2,6% de participação no PIB brasileiro, ou cerca de 170 bilhões de reais.

Como há pouca oferta de trabalho formal nessa área, muitos jovens se organizam em coletivos e grupos para gerar recursos de forma autônoma.

No Brasil, as políticas públicas apoiam produtores especialmente na forma de editais (como o Programa Vai no município de São Paulo), que financiam projetos, assim como faz o setor privado.

Foto: Rafaela Vilela/Foto

Imagens em tamanho original no Guia Tô no Rumo Trabalho/ Coleção Tô no Rumo



Foto de formulário Pixabay

Serviços de estética (cabelo, sobrancelha, manicure e pedicure)

Acompanhando os ramos de estética e beleza, o Sebrae identificou, em 2017, 700 mil pequenos negócios no país nessas áreas, definidas como "cabeleiros e outras atividades de tratamento de beleza".

A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) apontou que o Brasil é o quarto maior mercado nessa área em todo mundo. Com a grande oferta de cursos de capacitação para atividades nesse campo, há um número significativo de pessoas prestando esses serviços, sendo algo bastante comum nas periferias dos centros urbanos, atividade marcada pela informalidade.

O IBGE revelou que, em 2016, essa foi uma das áreas que ajudou a puxar os números do trabalho informal no Brasil. Frequentemente, este é um trabalho que ocorre no ambiente doméstico, sendo predominantemente realizado por mulheres.



Foto: StockSnap por Pixabay

influenciadores/as digitais e youtubers

Com a grande popularização da internet e das redes sociais (plataformas on-line), surgem os influenciadores digitais. Na produção de conteúdo, eles expressam análises e ideias, podendo influenciar outras pessoas e segmentos. O youtuber é um produtor de conteúdo que se utiliza da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, podendo se inscrever no Programa de Parcerias da plataforma para monetizar as visualizações. Assim, cumprindo alguns pré-requisitos, ele ganha dinheiro pelo alcance desse conteúdo, inserindo anúncios ou tocando a exposição de uma marca pelo recebimento de produtos.

Segundo o YouTube, os canais de maior sucesso são sobre entretenimento, moda e beleza, gastronomia, música e games. Contudo, poucos youtubers e influenciadores conseguem rendimentos significativos, pois dependem de grande alcance, o que pode demandar investimentos diversos e conhecimento específico. Há ainda pessoas menos interessadas no ganho financeiro, mas que buscam promover causas sociais e políticas, compartilhar experiências pessoais, cultura, identidade e visão de mundo.



Foto: Maurício Mascaro no Pixels

Pequenos comerciantes de bairro

Os comércios de bairro são pequenas lojas, mercados, barbearias, adegas e outros pequenos empreendimentos, muitos dos quais funcionando informalmente, em especial nas periferias das grandes cidades.

Segundo o estudo Participação das MPE na economia nacional e regional, do Sebrae e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o rendimento das micro e pequenas nas empresas corresponde a 30% do PIB nacional.

Contudo, segundo o Sebrae, uma em cada quatro pequenas empresas que estão formalizadas (possuem CNPJ) fecham as portas antes de completar dois anos de atividade.



Foto: Kai Pilger por Pixabay

Entregadores/as de moto/bicicleta

Entregadores por aplicativo se tornaram uma atividade muito debatida, seja pelo grande crescimento observado nos últimos tempos, seja pelo reconhecimento como uma das atividades que representam o processo de precarização do trabalho hoje em dia.

Em 2019, uma pesquisa identificou 4 milhões de entregadores por uso de plataformas digitais (aplicativos). Mais de 95% são homens, a maioria é de jovens negros que realizam longas jornadas de trabalho (algumas superiores a 12 horas diárias), sobretudo nos finais de semana.

Motociclistas chegam a ganhar mensalmente até o dobro do rendimento de ciclistas.



Foto: Benjamin Alexander por Pixabay

Quituteiras

A origem do ofício das quituteiras remete à escravidão, quando as mulheres negras vendiam comida na rua, muitas vezes com uma mesquinha ou tabuleiro para sustentar as suas famílias.

Embora a sociedade tenha mudado muito de lá para cá, ainda existe uma forte presença feminina, sobretudo negra, na venda de comida nas ruas das cidades brasileiras.

As quituteiras trabalham por conta própria, de modo informal, e frequentemente combinam a atividade com outros afazeres domésticos.



Foto: Kinkate por Pixabay

Revendedoras/as de marcas de cosméticos

Em 2014, havia mais de 4 milhões de pessoas trabalhando com revenda de produtos da indústria de cosméticos, atuando de forma informal, sem contrato de trabalho. Cerca de 95% dessas pessoas são mulheres.

Muitas vezes, a venda de cosméticos é uma atividade que complementa a renda familiar, mas que não costuma ser vista como trabalho, seja pela pessoa ou pela sociedade.

Em geral, o desconto pela revenda é o que atrai as mulheres, podendo ser a sua principal atividade ou não. Embora existam nas várias classes sociais, a maior parcela dessas trabalhadoras é formada por mulheres mais pobres, que realizam os esforços de venda, arcam com os custos e os investimentos e assumem os riscos desse negócio.

Atividade 18 | Rede social da quebrada (Mapa dos Afetos)



Objetivo: Identificar as manifestações e os movimentos culturais presentes no território próximo da escola ou de suas casas; mapear, no próprio bairro, núcleos de cultura juvenis que as/os estudantes conhecem ou frequentam, artistas do bairro, agentes e produtoras/es culturais.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Processo: Momento 1: Realizar um levantamento rápido do bairro e da região onde as/os estudantes moram, escrevendo uma lista na lousa. Dividir as/os estudantes em 4 a 6

grupos menores, adotando como critério a proximidade geográfica (região) de onde moram. Pode ser por bairro ou por áreas do mesmo bairro.

Cada estudante desenha a sua “Rede Cultural”, preenchendo-a de acordo com a conversa em grupo, conforme as tabelas a seguir. Deverão ser consideradas as duas redes indicadas aqui:

Rede Cultural 1 – Espaços

- De acordo com a conversa no grupo, listar os espaços ou equipamentos culturais que conhecem na região onde moram;
- Identificar a sua “reação” àquele espaço, de acordo com as possibilidades indicadas a seguir.

CURTI (Se sabe que aquele lugar existe);

COMPARTILHEI (Se sabe se existe e frequenta);

AMEI (Se sabe que existe, frequenta e ajuda a organizar);

CHOQUEI (Se descobrir que aquele lugar existe na sua região).

Rede Cultural 2 – Personagens

- De acordo com a conversa no grupo, listar coletivos, artistas, produtoras/es e agentes culturais que conhecem na região em que moram;
- Identificar a sua “reação” àquele espaço, de acordo com as possibilidades indicadas a seguir.

CURTI (Se conhece alguém);

COMPARTILHEI (Se conhece alguém e é próximo dela/e, amiga/o ou parente);

AMEI (Se essa pessoa for ela/ele mesma/o);

CHOQUEI (Se descobrir que essas/es personagens existem na região, mas não as/os conhecia).

Depois do preenchimento das “Redes Culturais” pelos grupos na escola, as/os estudantes podem concluir a atividade em casa, pesquisando na família e/ou circulando pelo bairro para completar o item: “CHOQUEI”.

Momento 2: Bate-papo. Depois de preenchidas as redes culturais, é hora de uma roda de conversa sobre as descobertas que as/os estudantes fizeram. A educadora ou o educador pode mediar a conversa com algumas questões:

- Qual a reação que mais aparece na sua rede cultural (curti, compartilhei, amei, choquei)?
- O que você descobriu de novo ao montar as suas redes (espaços, personagens)?
- A turma trouxe as mesmas redes? Havia diferenças? Por quê?

ESPAÇOS	CURTI	COMPARTILHEI	AMEI	CHOQUEI
Espaços Culturais	(Sei que existe)	(Sei que existe e frequento)	(Sei que existe, frequento e ajudo a organizar)	(Descobri que existe)

Rede cultural 2 – Personagens

Listar artistas, produtoras/es e agentes culturais que conhecem na região em que moram. Preencher com uma reação de acordo com a sua relação com essa/e personagem.

ESPAÇOS	CURTI	COMPARTILHEI	AMEI	CHOQUEI
Artistas, produtoras/es e agentes culturais	(Conheço)	(Conheço e sou próximo)	(Sou eu)	(Descobri que existe)

Atividade 19 | O que está por trás da foto?



Objetivo: Ampliar o repertório de profissões da cultura, considerando tudo o que envolve a produção de uma obra artística.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Para essa atividade a/o educadora/or precisará de cartolina e deverá imprimir as fotos que serão utilizadas pelos grupos ou deixar o link de cada foto disponível para que as/os estudantes acessem pelos seus celulares. Fotos: <<https://encurtador.com.br/mnuFT>>.



Processo Momento 1: Para iniciar o encontro, dividir a turma em 6 grupos. Cada grupo recebe uma foto (verificar imagens a seguir) e, com base nela, deverá imaginar pelo menos 6 profissionais envolvidas/os na sua produção. Depois, cada grupo fará uma pesquisa na internet para tentar aumentar o número de profissionais que estariam envolvidas/os nesse trabalho.

Momento 2: Os diferentes grupos vão apresentar à turma os seus achados em uma cartolina, onde estarão listadas as atividades que envolvem a produção de cada obra ou produto cultural. Algumas questões podem animar uma discussão:

- Foi fácil imaginar as atividades envolvidas na sua obra ou produto?
- Por que algumas atividades são mais conhecidas e valorizadas? Todas são importantes?
- Por quais dessas atividades você mais se interessou? Peça que cada estudante anote numa folha, pelo menos, 3 atividades apresentadas.

Orientações: Se a turma tiver interesse, pode trabalhar com outro tipo de produção. Ao final do trabalho, se houver tempo, podem criar um caderno ou zine de profissões do campo da cultura com base nos resultados de cada grupo, ou até ampliando para outras linguagens culturais. Também pode ser proveitoso conversar com profissionais que atuam nas áreas de interesse.



Grupo 1 Show de música



Grupo 2 Produção de um filme



Grupo **3** Espetáculo de teatro ou dança



Grupo **4** Exposição de arte



Grupo **5** Desfile de moda



Grupo **6** Produção de um livro

Atividade 20 | Mudando a cena (Teatro do Oprimido)



Objetivo: Refletir sobre a importância da cultura e da diversidade cultural na transformação e na compreensão da sociedade por meio da técnica do Teatro do Oprimido.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: *Caderno Tô no Rumo Cultura*. Disponível em: <<https://tonorumo.org.br/materiais/to-no-rumo-cultura/>>.



Processo: Antes de planejar a atividade, assista ao vídeo que explica um pouco sobre a proposta do Teatro Fórum: <<https://www.youtube.com/watch?v=IZhlpnSVRUg>>

Momento 1: Definir, na turma, um grupo de estudantes que se prontifique a montar rapidamente uma cena teatral. Assim, uma parte da turma vai atuar na cena e as/os demais estudantes serão as/os espectadoras/es.

Orientação ao grupo que irá apresentar uma cena: Pensar numa situação de conflito a ser resolvida (a cena deve ser elaborada até o momento em que o conflito se instala). Nessa cena de conflito, deve haver também uma situação de opressão a ser combatida. O grupo deve desenvolver o conflito com base numa prática cultural da juventude que é discriminada ou menos valorizada socialmente. Alguns exemplos: o funk pode ser um bom ponto de partida, já que muitas pessoas têm uma visão negativa dessa expressão tipicamente jovem. O grupo terá 10 minutos para montar a cena. É importante desenhar uma situação de conflito que transcorra de forma rápida, não sendo necessário definir com rigor as falas das/os personagens.

Enquanto isso, a educadora ou o educador pode contar para o restante da turma que a proposta é realizar uma técnica de teatro chamada “Teatro Fórum”, que faz parte do Teatro do Oprimido, método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo dramaturgo e diretor de teatro brasileiro, Augusto Boal. A plateia deverá intervir na cena, propondo desdobramentos para o conflito que ela instaura por meio da questão: “Como resolver essa injustiça?”.

Momento 2: O grupo apresenta a sua cena para o conjunto da turma. A educadora ou o educador faz a mediação com a plateia, explicando as regras do jogo de cena, dando sugestões e encorajando as/os espectadoras/es a interromper as cenas e intervir nelas.

Quando o grupo chega ao momento do conflito na cena, a educadora ou o educador interrompe a apresentação perguntando às/aos espectadoras/es se elas/es concordam com a solução dada pela/o protagonista para que o conflito apresentado seja resolvido.

A ideia é criar tensão e reflexão. Se nenhuma/nenhum espectadora/or quiser mudar a cena, ela seguirá e a situação de opressão não mudará, assim como na vida.

[...] é preciso que os diferentes querereres dos diferentes personagens entrem em choque, caracterizando o conflito dramático. Esse conflito não se resolve nem se dissolve em cena, ele, na verdade, se acirra. A peça termina – sempre inacabada – geralmente quando o protagonista, após algumas tentativas, quase desiste de lutar pelo que deseja. (NUNES, 2004 apud CANDÁ, 2012, p. 121)

Se alguém da plateia discordar da solução dada pela/o protagonista, pode se aproximar da cena e pedir pra parar, tomando o lugar da/o protagonista e agindo de acordo com outra solução que propõe. E a cena continua com essa/e nova/o personagem. As/Os demais atrizes/atores da cena continuam atuando de modo a deixar a situação ainda mais difícil de ser mudada e aumentando a opressão.

A educadora ou o educador pode parar a cena quantas vezes achar necessário e de acordo com a participação das/os estudantes da plateia. Quando perceber, conforme o tempo disponível, que boa parte das/os espectadoras/es interagiram, a educadora ou o educador pode finalizar a cena e abrir uma roda de conversa com a turma toda.

Momento 3: Para finalizar a cena, a educadora ou o educador reforça para as/os estudantes que elas/es participaram de uma técnica de teatro do “Teatro Fórum”, que compõe o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Como apontou Cilene Canda, o Teatro do Oprimido é:

[...] um sistema de técnicas e jogos destinados ao exercício teatral, com o propósito de fortalecer a formação política e estética de sujeitos oprimidos. Tal formação visa à humanização e à busca pela superação das opressões, seja de ordem social, psicológica ou simbólica. (CANDÁ, 2012).

Nesse momento, a educadora ou o educador faz uma roda de conversa com as/os estudantes para o fechamento da atividade, trazendo para a conversa todas as reflexões, as tensões e os questionamentos presentes nas cenas montadas pelas/os estudantes, refletindo sobre e diversidade cultural, o conceito de cultura, sobre a nossa maneira de viver pertencendo a grupos culturais e questionando os preconceitos em relação a esses grupos. Roteiro de questões para mediar e/ou animar a conversa:

- O que é cultura? Quem define isso?
- O que queremos dizer quando falamos: “Essa pessoa tem cultura”? Há culturas superiores em relação a outras?
- O funk é cultura?

Orientações: Para se preparar para essa atividade, leia o texto do caderno *Tô no Rumo Cultura*: “Relações entre cultura e trabalho”. Cuidado com discursos que possam criminalizar o funk ou que apenas enfatizem aspectos negativos. Conduza a discussão para o entendimento do funk como uma expressão cultural significativa para essa geração de jovens e que traduz as suas experiências e vivências. Como qualquer outra expressão cultural, pode ter diversos usos e apropriações. A linguagem do funk é diversa. Certas referências à sexualidade ou ligadas à ideia de “ostentação”, por exemplo, são apenas uma das abordagens dessa vertente musical, sendo uma forma de as/os jovens expressarem as suas ideias e os seus sentimentos sobre temas que são importantes para elas/es. Questione as generalizações e, se for o caso, traga para a turma um exemplo de funk diferente do que foi destacado pela turma. Lembre que a capoeira, o samba e o rap, expressões da cultura negra, também sofreram repressão em certos momentos da história do nosso país.

Atividade 21 | Youtuber é profissão?



Objetivo: Refletir sobre como o acesso às novas tecnologias promoveu o surgimento de novas possibilidades de produção de conteúdo e possibilitou um trabalho criativo entre as/os jovens, como a atividade de youtuber.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Processo: Momento 1: Apresentar a proposta de discussão sobre o trabalho como youtuber. Hoje há um debate se youtuber é ou não uma profissão, mas já existe até projeto de lei no Congresso Nacional com a intenção de regulamentá-lo. De qualquer modo, é inegável que a/o youtuber produz conteúdo e que há parcelas significativas de jovens interessadas/os nesse tipo de atividade, inclusive com expectativas de geração de renda. Nesse sentido, a ideia aqui é refletir sobre essa atividade e como as novas tecnologias podem dialogar com o trabalho e a cultura. Para começar, vale perguntar para a turma se alguém produziu vídeos e se acompanha o trabalho de alguma/algum youtuber.

Depois, oriente a turma a se organizar para assistir a três canais diferentes do YouTube. Os vídeos podem ser exibidos em um projetor ou acessados pelas/os estudantes de seus celulares (nesse caso, podem assistir sozinhas/os, em duplas ou trios). A proposta é que escolham um vídeo e assistam trechos de até 2 minutos. A seguir, apresentamos sugestões de canais (você pode já selecionar algum vídeo ou deixar que a turma escolha):

- Chavoso da USP (<https://www.youtube.com/channel/UCKWus46Vy8gwf1rRLu4II0w_>>)
- Whinderson Nunes (<<https://www.youtube.com/user/whinderssonnunes>>)
- JoutJout Prazer (<<https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>>)
- Dani Russo TV (<https://www.youtube.com/channel/UCgdnrd2Ae_H07_N8j1118Xw>>)
- Audino Vilão (<<https://www.youtube.com/channel/UCdYnL5uXF-slDDK4BpSy2Fw>>>)

- Nátaly Neri (<<https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMlluoSdkrQg>>)
- Você sabia? (<<https://www.youtube.com/channel/UCj006W8yDuLg3iraAXKgCrQ>>)

Momento 2: Após a exibição de cada vídeo, organizar com as/os estudantes uma espécie de “júri” para analisar as/os youtubers ou os canais apresentados. As/Os estudantes irão eleger a/o youtuber ou canal de que mais gostaram por meio do levantamento das plaquinhas: “Curti” ou “Não curtir” (pedir para elas/es mesmas/os desenharem essas plaquinhas em uma folha de papel).

Momento 3: Abrir uma roda de conversa com as/os estudantes sobre os vídeos apresentados. Com o apoio do material Tô no Rumo: Cultura, proponha algumas reflexões para o grupo utilizando como base as seguintes questões:

- Qual youtuber ou canal foi mais curtido? Por quê?
- Qual youtuber ou canal foi menos curtido? Por quê?
- Vocês acompanham o trabalho de alguma/algum youtuber? Quem? Sobre o que é o canal dela/e?
- Alguém da turma gostaria de ser youtuber? Por quê?
- Quais as razões que levam as/os jovens a se interessarem em ser youtubers ou influenciadoras/es digitais?
- Por que jovens produzem conteúdo para essas plataformas digitais?

Atenção: Selecionamos canais com formatos bastante distintos. Alguns deles se apresentam como conteúdo de entretenimento, outros discutem temas sociais ou se ligam a agendas de lutas sociais. Esse contraste pode ajudar a evidenciar que não existe um único formato. É importante problematizar colocações mais taxativas, como “É bom” ou “É ruim”, incentivando a turma a refletir sobre as diferenças e as possíveis influências em suas vidas.

Orientações: Além do YouTube, há outras plataformas que veiculam conteúdos na internet. As pessoas que buscam alcançar um amplo público com seu conteúdo são chamadas de influenciadoras/es digitais. Embora o número de pessoas que produzem conteúdo seja muito significativo, não há pesquisas que evidenciem as reais possibilidades de gerar renda dessa forma. Sabe-se que poucas/os ganham dinheiro significativo por meio da monetização desses conteúdos. Muito possivelmente, boa parte de quem produz não está somente interessada em ganhar dinheiro. As novas tecnologias também são meios para construir, evidenciar e afirmar identidades, para divulgar um trabalho, ou até mesmo como forma de dar visibilidade a uma causa social. Pode ser importante desmistificar com a turma a ideia de ficar rica/o ou famosa/o por meio desse tipo de atividade, ou mesmo pensar nessas outras finalidades. O fato é que as plataformas permitiram democratizar a produção de conteúdo, o que traz possibilidades e também alguns desafios.

Dica: Outra atividade que permite discutir produção de conteúdo pelas/os jovens é a “Podcasts da quebrada”, que propõe a construção de podcasts a partir de temas de interesse das/os próprias/os jovens. A atividade pode ser acessada no material do *Tô no Rumo Cultura*: <<https://tonorumo.org.br/materiais/to-no-rumo-cultura/>>.

Atividade 22 | Mercado de trabalho: a cultura como mercadoria



Objetivo: Refletir sobre a alienação do trabalho na cultura e os limites da livre produção artística e cultural na indústria cultural.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Processo: Momento 1: Cada jovem escolhe uma profissão do campo artístico-cultural (ficar atenta/o para a diversidade de profissões listadas pela turma na atividade: “O que está por trás da foto”). As/Os estudantes devem, então, produzir um crachá identificando a sua profissão.

Momento 2: Solicitar à turma uma listagem com diversas mercadorias ligadas ao campo da cultura, principalmente as mercadorias mais consumidas por elas: música, filmes, livros, séries, aparelhos eletrônicos, etc. A partir dessa listagem (serão necessários, ao menos, 15 produtos diferentes), elas/es vão produzir um “supermercado da cultura” (escrever em filipetas coloridas os nomes das mercadorias e pregá-las na parede ou na lousa, simbolizando os departamentos de uma loja ou supermercado).

Momento 3: Hora das compras. Dividir a turma em “famílias” de 4 a 5 pessoas e solicitar que cada “família” compre tudo aquilo de que necessita para o seu consumo diário. Cada grupo vai recolhendo a mercadoria onde ela estiver disponível.

Momento 4: Nos grupos por “famílias”, as/os estudantes olham as mercadorias e refletem sobre as seguintes questões:

- Para que consumimos esses “produtos culturais”?
- Onde geralmente acessamos eles? Na internet, na televisão, em outros meios de comunicação, nas ruas, em casas especializadas, supermercados? Outros?
- Quem produz e quem mais ganha com a venda dessas mercadorias. Trabalhadoras/es? Artistas?
- As profissões escolhidas pelas/os jovens coincidem com as das/os trabalhadoras/es que produziram essas mercadorias?

Momento 5: Assistir ao vídeo “A massa”, de Emerson Alcalde, e depois ao vídeo-manifesto do Laboratório Fantasma:

- “A massa” (<<https://www.youtube.com/watch?v=TRnNnl0sxsy>>)
- “Conheça o LAB FANTASMA” (<<https://www.youtube.com/watch?v=FRHHAKbngmk>>)

Momento 6: Abrir uma roda de conversa com as seguintes questões: O que é a cultura de massas? O que é a indústria cultural? Como ela afeta as nossas vidas? Como ela afeta a produção cultural? Qual o lugar da periferia na produção cultural?

Orientações: As obras culturais possuem um potencial econômico. Como aponta o texto: “O Mundo do Trabalho na Cultura” (disponível no material *Tô no Rumor: Cultura*), o termo “economias da cultura” é usado em referência a toda a cadeia produtiva que as atividades culturais mobilizam e a participação dessas ações na produção da riqueza das cidades e do país. A chamada “economia criativa” movimenta cerca de 2,6% do PIB brasileiro. Uma questão a ser debatida é como esses valores são distribuídos na cadeia produtiva e qual a fatia que fica para artistas, sobretudo àquelas/es que ocupam lugares menos privilegiados. Nesse sentido, as políticas públicas de cultura cumprem o papel de alavancar áreas da produção cultural que têm relevância, mas recebem menos investimento, garantindo a diversidade de expressões culturais e a cidadania cultural. Além disso, há iniciativas como a do Laboratório Fantasma, que buscam mobilizar recursos para segmentos menos prestigiados (caso de artistas negras e negros periféricos), explorando brechas da indústria cultural.

Dica: Para seguir discutindo com as/os estudantes o tema do trabalho na área cultural, você pode utilizar as atividades, “No rumo das profissões culturais” e “Elaborando projetos”, do material *Tô no Rumor: Cultura*.

Atividade 23 | Um bom trabalho



Objetivos: Propor às/aos estudantes, com base nas experiências delas/es, uma discussão sobre o que seria um bom trabalho, e construir coletivamente o que seria uma agenda de trabalho decente para a juventude.



Duração prevista: 90 minutos (2 aulas).



Materiais: Tabela “Características de um trabalho”. Folhas de sulfite dobradas ou recortadas ao meio.

Vídeo “Juventude e Trabalho”: <https://www.youtube.com/watch?v=cDfNI7Rz7_4&t=15s>. Agenda do Trabalho Decente para a Juventude: <encurtador.com.br/chtXZ>.



Processo: Momento 1: Orientar que a turma se divida em grupos. Entregar, para cada grupo de estudantes, uma cartela onde está escrito “Um bom trabalho” ou outra onde se lê “Um trabalho ruim”, garantindo uma divisão por igual dessas cartelas entre a turma. Os grupos devem listar, numa folha de papel, os trabalhos que elas/es, suas/seu familiares ou conhecidas/os realizam ou realizaram nos últimos anos (podendo ser emprego formal, infor-

mal ou atividades próprias), contemplando pelo menos vinte trabalhos diferentes. Entregar um conjunto de características para que os grupos associem a cada trabalho presente na lista, indicando quais características esses trabalhos possuem. A/O educadora/or pode imprimir uma lista de características de um trabalho para cada grupo ou projetar para que todos os grupos vejam.

Características de um Trabalho

Trabalho noturno	Com carteira assinada/ Direitos	Ambiente solidário
Longe de casa / Difícil de chegar	Próximo de casa / Fácil de chegar	Ambiente de pressão
Remuneração baixa	Remuneração boa ou satisfatória	Situação de discriminação
Por curto período	Responde a interesses pessoais /Profissão que gostaria de seguir	Situação de assédio sexual ou moral
Tem plano de saúde	Pode levar crianças/filhos	Muito esforço físico
Jornada longa	Possibilidade de crescer profissionalmente	Muito esforço mental
Consegue conciliar com estudos e outras atividades	Lugar de aprendizados importantes	Situações de risco para a saúde
Sem carteira assinada	Uso de uniforme pago	Cobrança por resultados
Contrato por um período curto	Contrato por um período longo	Aceita o seu visual, aparência ou estilo
Possibilidade de definir a sua rotina	Ser seu próprio chefe / Ninguém mandando	Incerteza sobre a renda no fim do mês

Momento 2: Orientar os grupos a definir cinco características boas que acreditam serem mais relevantes para um trabalho, registrando-as na parte do painel onde se lê: “Um bom trabalho”. Este painel pode ser construído a partir de tarjetas numa parede da sala ou na lousa. As/Os próprias/os estudantes podem ir completando o painel durante a atividade.

Depois, devem registrar três características que consideram piores, inserindo-as na parte do painel onde está escrito: “Um trabalho ruim”. Se o grupo quiser, poderá indicar características “positivas” ou “negativas” que não estavam na tabela. As cartelas são fixadas na parede ou na lousa, de modo que todos os grupos possam ver as características escolhidas. Promover um breve debate com a turma com base na questão: “O que é um bom trabalho?”.

Momento 3: Assistir com a turma ao vídeo, “Juventude e trabalho”, da coleção do projeto Tô no Rumo. Ao final do vídeo, discutir com as/os estudantes por 10 minutos respondendo às perguntas: Que dificuldades encontram as/os jovens da periferia para conseguirem um bom trabalho? A responsabilidade de ter um bom trabalho é de cada um ou a sociedade e os governos têm alguma responsabilidade sobre isso?

Momento 4: Com base nas características listadas, nos debates e nas respostas da aula anterior, retomar com as/os jovens a formação em grupos, orientando cada grupo a registrar, em papel craft ou cartolina, a sua Agenda do Trabalho Decente, na qual devem incluir: a) as condições mínimas de um trabalho que respeite a dignidade e as necessidades básicas da juventude; b) o apoio necessário da sociedade e do governo para que jovens tenham mais chances de conseguir um trabalho decente.

Sugerir que as/os estudantes desenhem e decorem as suas agendas. Ao final, pedir a cada grupo que exponha, no espaço da sala, a sua Agenda do Trabalho Decente e solicitar que a turma circule para ver o que cada grupo realizou (se houver tempo, também pode haver um momento para uma breve apresentação de cada grupo, podendo acontecer em um encontro seguinte).

Dicas: Procure lembrar que a juventude é muito diferente entre si (vive em região urbana ou rural, áreas centrais ou periféricas, pode ser negra, indígena, branca, LGBTQIA+, etc.), cada uma com as suas questões, demandas e necessidades diferentes, que podem ser contempladas. Peça às/aos jovens que, durante a elaboração das propostas, considerem os aspectos mais objetivos e também os mais subjetivos do trabalho. Ao final, explique à turma que, em 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional de Juventude, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, elaboraram uma Agenda do Trabalho Decente para a Juventude. Alguns pontos dessa agenda podem ser vistos no material de apoio a seguir: “*Agenda do Trabalho Decente para a Juventude*”. Vale a pena a/o educadora/or apresentar esses pontos da agenda para as/os estudantes.

Essa atividade pode, também, ser acompanhada do uso do jogo da Coleção Tô no Rumo: “Lutas e Labutas”. Disponível no nosso site: <<https://tonorumo.org.br/nossos-materiais/page/3/>>.

Material de Apoio | Agenda de trabalho decente para a juventude

Jovens e direito ao trabalho

Lançada em junho de 2011, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil apresenta um conjunto de propostas voltadas para a promoção do trabalho decente para jovens de 15 a 29 anos. O documento resulta de discussões que reuniram um conjunto heterogêneo de pessoas para refletir sobre a situação das/os jovens no mercado de trabalho: gestoras/es públicas/os, lideranças sindicais, Ongs, associações e organizações juvenis, movimentos sociais, etc.

De um lado, o documento reafirma a necessidade de que sejam criados mecanismos que coíbam o trabalho infantil e que sejam aplicadas medidas que assegurem o respeito à idade mínima considerada legal para ingresso no trabalho no Brasil, que é de 16 anos, com exceção das situações de aprendizagem protegidas pela Lei 10.097/2000, nas quais o trabalho é permitido a partir dos 14 anos. De outro, busca avançar na discussão sobre as condições mais adequadas para que jovens possam ingressar e permanecer no mundo do trabalho em condições dignas, tendo acesso aos seus direitos e à proteção social.

A ideia é que o documento sirva de base para a formulação de um Plano Nacional, capaz de dar diretrizes para políticas públicas e para programas que melhorem a inserção e as condições de trabalho das/os jovens brasileiras/os. A seguir, são apresentados os quatro eixos do Plano e algumas das linhas de ação propostas:

1. Mais e melhor educação

Elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para as/os jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça. São algumas linhas de ação propostas:

- A ampliação do acesso e promover a melhoria da qualidade da educação, com a permanência e progressão das/os adolescentes e jovens no Ensino Fundamental, Médio e Superior;
- A promoção de maior aproximação entre o mundo do trabalho e a educação: ofereça atividades como orientação profissional; divulgar informações sobre programas e políticas de trabalho e inserção profissional para jovens; incorporar o tema do trabalho decente no currículo de escolas de ensino médio, técnico, tecnológico e superior;
- O fortalecimento do sistema público de educação profissional e tecnológica com qualidade;
- A ampliação do acesso das/os jovens às tecnologias de informação e comunicação;
- A garantia de condições de ingresso e/ou permanência das jovens grávidas ou mães sistema educacional.

2. Conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar

Ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para as/os jovens trabalhadoras/es e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração e participação social da juventude. São algumas linhas de ação propostas:

- A compatibilização das jornadas de trabalho com a permanência das/os jovens na escola adotando, por exemplo, jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência das/os jovens trabalhadoras/es e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares;
- A ampliação das oportunidades para jovens de todos os gêneros compatibilizarem trabalho, estudos e vida familiar. Por exemplo, garantindo a instalação de creches públicas em condições adequadas e de qualidade no interior ou em locais próximos instituições escolares, visando ao cuidado de filhas/os de jovens mães e pais trabalhadoras/es e/ou estudantes.

3. Inserção digna e ativa no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades e tratamento

Mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para as/os jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades. São algumas linhas de ação propostas:

- A criação de programas públicos, projetos de desenvolvimento local e empresarial que favoreçam a inserção juvenil no mercado formal de trabalho e a geração de novos postos de emprego para jovens;
- A melhoria das condições de trabalho das/os jovens ocupadas/os. Por exemplo, adotando medidas que fiscalizem e avaliem as condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, considerando a sua adequação à faixa etária e sexo;
- A garantia às/aos jovens de regiões rurais e de comunidades tradicionais (por exemplo, quilombolas e indígenas) do acesso à terra e às políticas de desenvolvimento rural sustentável;
- A estruturação de ações promotoras de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação, especialmente dos segmentos em condições de pobreza ou vulnerabilidade social, das/os jovens negras/os e das jovens mulheres.

4. Diálogo social: juventude, trabalho e educação

Ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas. São algumas linhas de ação propostas:

- A ampliação do diálogo social sobre a condição juvenil no mundo do trabalho, por meio:

- Do estímulo à produção de conhecimento e informação sobre a situação das/os jovens no mundo do trabalho, considerando as dimensões de gênero, raça e etnia;
- Do incentivo à organização e participação de jovens trabalhadoras/es em atividades sindicais;
- Do envolvimento de diferentes atores sociais (governos, sindicatos, representações em presariais, organizações da sociedade civil) para a melhoria das condições de trabalho e salário das/os jovens e para a melhoria do acesso e da qualidade da educação dos segmentos juvenis;
- Da promoção e amplificação do debate sobre a situação das/os jovens no mercado de trabalho, com a perspectiva de reconhecer o direito ao trabalho às jovens gerações.

Atividade 24 | Recados e retratos



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Promover uma reflexão sobre a identidade pessoal de cada uma/um e sobre os diferentes olhares pelos quais somos percebidas/os pelo outro.



Materiais: Folhas de sulfite e canetas.



Processo: Peça que a turma forme subgrupos de cinco ou seis pessoas. É importante que os grupos sejam formados de forma espontânea, segundo as preferências e afinidades das/os estudantes. Ou seja, para essa atividade, as famosas “panelinhas” de amigas/os e colegas de escola são bem-vindas. Cuide apenas para que os grupos não sejam muito grandes.

Distribua a cada jovem uma folha sulfite, na qual ela/e deverá escrever seu nome na parte superior. Cada estudante deve oferecer a sua folha para a/o colega do lado esquerdo que, por sua vez, deverá descrever a/o dona/o do papel a partir do seu olhar a respeito de suas atitudes, comportamentos e modos de agir. A descrição deve procurar ser construtiva e realizada por escrito em, no máximo, cinco linhas.

Quando terminar de redigir a sua descrição, a/o jovem “descritora/or” deve dobrar a folha, de modo que seu retrato não seja lido, e repassar para a/o amiga/o da esquerda. A dinâmica segue até que o papel chegue à mão de sua/eu dona/o, que deverá ler o que foi escrito (leitura individual e para si).

Assim que todas/os jovens tiverem lido os retratos feitos pelas/os suas/seus colegas, abr uma rodada de intervenções e comentários. Peça que as/os jovens comentem se há coerência entre o modo como foram descritas/os e a maneira como elas/es se veem.



Comentários: A escolha profissional e as trajetórias futuras que queremos seguir estão relacionadas ao contexto social e histórico do qual fazemos parte. Assim, a cultura na qual estamos inseridas/os e seguimos sendo socializadas/os ao longo da vida, as desigualdades sociais e econômicas que permeiam a sociedade brasileira e também nossas trajetórias, bem como os acontecimentos, muitas vezes, inesperados, que acometem as nossas famílias e grupos de amigas/os, certamente impactam nossas possibilidades de ação. Todavia, as distintas dimensões da vida social afetam cada uma/um de nós de uma determinada maneira, ou seja, não reagimos a elas do mesmo modo. Nesse sentido, tentar compreender quem somos e como lidamos com diferentes experiências cotidianas e desafios da vida, é tão importante quanto compreender como é a sociedade na qual vivemos. Mobilizar as/os estudantes a pensarem sobre “quem eu sou” é o principal objetivo desta atividade.

Entre jovens que estão concluindo processos de formação de longa duração — como é o caso de estudantes da terceira série do Ensino Médio —, esta atividade costuma despertar certa cumplicidade entre as/os estudantes, bem como deixá-las/os bastante sensíveis. Isso porque parte dos retratos também inclui recados, declarações de afeto e estima, bem como votos de felicidades e sucesso.

Atividade 25 | Chegadas e partidas — Como me sinto após esses encontros de formação?



Tempo: 90 minutos (2 aulas).



Objetivo: Incentivar que cada jovem reflita acerca desse processo de formação, de modo que possa reconhecer possíveis descobertas, aprendizados e experiências significativas para pensar sua trajetória no mundo do trabalho.



Materiais: Folhas de sulfite, canetas, lousa ou quadro branco, entre outros (à critério da/o educadora/or)



Processo: Solicite as/aos jovens que pensem uma forma de compartilhar com o grupo sobre a situação atual de sua escolha e projetos de formação profissional: “hoje meu(s) projeto(s) é(são)”. Nesse momento é importante que se faça uma diferenciação entre sonhos e projetos: todas/os nós temos sonhos, idealizamos certas situações, o que faz parte da beleza da vida e da nossa condição humana. Mas quando pensamos em carreira/profissão, é importante elaborar projetos, que nada mais são do que os passos concretos que pretendemos seguir para realizar as coisas que queremos na vida

Assim, quando começamos a elaborar projetos, damos um salto da idealização para a concretização.

Para facilitar essa compreensão, pode ser importante dizer que mais do que pensar “quando crescer eu quero fazer”, neste exercício é central a reflexão sobre as apostas e caminhos de futuro. Quer dizer, além de pensar numa profissão, cada estudante deve buscar responder questões como: Onde estudar? O que estudar? Por onde começar ou como prosseguir no mundo do trabalho? Quais serão as diferentes etapas para chegar até lá? Combine com o grupo o tempo necessário para que todas/os façam seus relatos. Em seguida, deixe-as/os à vontade para comentarem. Esse momento de partilha pode ser significativo para identificarem semelhanças e diferenças dos seus projetos em relação ao restante do grupo. Para auxiliar as/os estudantes, podemos apresentar algumas questões:

Na lousa...

1) O que você conhece sobre essa profissão?

2) Você sabe quais instituições oferecem cursos voltados para essa profissão? Quais dessas instituições são públicas? Quais são privadas?

3) Sobre as instituições públicas: Você sabe se essa instituição possui programas voltados para o acesso de estudantes de escola pública, de famílias de baixa renda ou para negras/os e indígenas? Você conhece a relação candidata/vaga nos exames de acesso para o curso que lhe interessa? Você conhece a nota de corte do curso que lhe interessa? Será necessário fazer cursinho ou criar outras estratégias para se preparar para os exames? Quais?

4) Sobre as instituições privadas: Você sabe o valor da mensalidade dessa instituição? Você sabe como é o processo seletivo para o ingresso nessa instituição? Você se informou sobre a qualidade do curso nessa instituição? Como e com quem você buscou essas informações? Você sabe se essa instituição oferece bolsas de estudo,

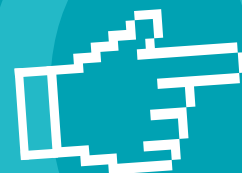
Peça que, durante e depois dessa conversa, as/os estudantes registrem se as/os colegas indicaram pontos que merecem uma investigação mais aprofundada de sua parte.



Comentários: A proposta desta atividade consiste em criar um espaço em que as/os estudantes possam partilhar um primeiro esboço de suas perspectivas de escolha profissional e de projetos de futuro.

Você pode solicitar que cada jovem busque novas informações e, em casa, reanalise seu projeto profissional e faça correções e/ou adaptações, se achar necessário. O resultado deste trabalho pode ser objeto de nova apreciação e análise em sala de aula.

Dicas



Dicas e fontes de informação



COLEÇÃO TÔ NO RUMO:

Caderno Tô no Rumor — Cultura

<https://tonorumo.org.br/materiais/to-no-rumo-cultura/>

Caderno Tô no Rumor — Trabalho

<https://tonorumo.org.br/materiais/tonorumotrabalho/>

Links e conteúdos úteis

PROGRAMAS, LEIS, POLÍTICAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS:

Órgãos públicos, leis e políticas públicas.

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)

Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilgia/temas/trabalho-decente/WCMS_302678/lang-pt/index.htm%22>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Estatuto da Juventude

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Lei da Aprendizagem (Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000)

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Lei do Estágio (Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008)

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Disponível em: <<https://mpt.mp.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilgia/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD)

Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilgia/publicacoes/WCMS_226249/lang-pt/index.htm%22>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Portal do Empreendedor (Governo Federal)

Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT)

Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Lei Aldir Blanc (Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020)

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/lei-aldir-blanc/>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Lei de Incentivo à Cultura (Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991)

Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Plano Nacional de Cultura (PNC)

Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Programa Cultura Viva (PCV)

Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MATERIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas.

Disponível em: <<https://ufrj.br/wp-content/uploads/2022/06/cartilha-assedio-sexual-mpt-oit.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans

Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-paginas-trans/@@display-file/arquivo_pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Manual de boas práticas para promoção de igualdade de gênero

Disponível em: <<https://www.sintrajud.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-de-Boas-Pra%CC%81ticas-Versa%CC%83o-Impressa%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

O ABC da violência contra a mulher no trabalho

Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2019/01/cartilha_violencia-genero-11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina

Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-do-trabalho-escravo/@@display-file/arquivo_pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

OUTROS MANUAIS, GUIAS E CARTILHAS

Assédio moral, assédio sexual e discriminação: saiba mais sobre essas distorções de conduta no ambiente de trabalho

Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/o-mpf/ouvidoria-mpf/publicacoes/assedio-moral-sexual-e-discriminacao-saiba-mais-sobre-essas-distorcoes-de-conduta-no-ambiente-de-trabalho>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Guia de enfrentamento do racismo institucional

Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Nova cartilha do estágio (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)

Disponível em: <https://site.dc.ufscar.br/estagio/Ministerio_do_Trabalho_Nova_Cartilha_do_Estagio.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Trabalhadores domésticos: direitos e deveres

Disponível em: <<https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL, FÓRUNS, REDES E UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Afrotramos

Disponível em: <<https://www.instagram.com/afrotramos/?hl=pt-br>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Agência Popular Solano Trindade

Disponível em: <<https://www.instagram.com/agsolanotrindade/?hl=pt-br>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Cotas e racismo no mercado de trabalho – Canal Preto (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yoMvg6ibky4>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

EmpregueAfro

Disponível em: <<https://empregueafro.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Entrevistas de emprego e racismo – Papo de Preta (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XsKcFuf2CKY>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Disponível em: <<https://fbes.org.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

Indique uma Preta

Disponível em: <<https://www.instagram.com/indiqueumapreta/?hl=pt-br>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Observatório da Juventude (UFMG)

Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Portal Em Diálogo (Universidade Federal Fluminense)

Disponível em: <<http://www.emdiálogo.uff.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

PretaHub

Disponível em: <<https://pretahub.com/>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Disponível em: <<https://www.rededegestoresecosol.org.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2023.



FILMES E VÍDEOS

FORMAÇÃO, INSERÇÃO PROFISSIONAL E REALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO

Diário de um Motoca: protesto dos entregadores no Masp (05/06/2020) – Tretas no Trampo (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zdP6iwGXqQ8>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Domésticas – Felipe Diniz/Casa de Cinema de Porto Alegre (curta-metragem)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BDkAXgGiOoM>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

Dos anos 90 ao século XXI: o acesso da juventude periférica ao mercado de trabalho – Desenrola e Não Me Enrola (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KfkZuEVYkQE>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Elas nas Exatas – Fundo ELAS (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FwdwVOV-ioc&t=177s>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

GIG, a Uberização do trabalho – Repórter Brasil (documentário)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbSaTJ_7Zfk>. Acesso em: 04 mai. 2023.

Juventude e trabalho – Tô no Rumo (curta-metragem)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cDfNI7Rz7_4&t=2s>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Medo de sonhar, medo de sobrar — Sesc São Paulo/Infame (curta-metragem)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s3FPKH5BTfQ>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

Mucamas — Coletivo Nós, Madalenas (documentário)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NB1CQU_i3Ek>. Acesso em: 05 mai. 2023.

O jovem e o trampo — Vice Brasil (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BNUtcZ048zk>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

Rádio Batente — ONG Repórter Brasil (podcast)

Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/radiobatente/>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

Sonhos de Juventude — Periferia em Movimento (vídeo)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mem3njGql3I>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

A Cultura nas Periferias, com Gil Marçal — Enfrente — Canal da Fundação Tide Setúbal

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YOfSDDNu33s&list=PL3u-mo5WIsBMi6z9nr-ZnWbp-YRR_E8zz5>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Trabalhar com aplicativo: liberdade ou precarização? — Canal GNT (programa de tevê)

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QgNieWh1PkY>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Por que as empregadas domésticas não são valorizadas? — Canal AzMina

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VfLYSuPDOaw>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

FILMES: FICÇÃO

Antes o tempo não acabava (2016, dir. Sérgio Andrade/Fábio Baldo, dur. 85 min).

Anderson é um jovem indígena em conflito com os líderes de sua comunidade, localizada na periferia de Manaus. Em busca de autoafirmação, Anderson abandona a comunidade para viver sozinho no centro da cidade, onde experimenta novos sentimentos e enfrenta outros desafios.

Eu não faço a menor ideia do que eu tô fazendo com a minha vida (2013, dir. Matheus Souza, dur. 90 min).

Clara não faz a menor ideia do que está fazendo com sua vida e, por ser de uma família de médicos respeitados, decide cursar Medicina por comodismo puro. Desde o primeiro dia de estudos, sabe que não deseja seguir aquela carreira. Começa, então, a matar aula. Em uma série de idas solitárias ao boliche, conhece Guilherme, que a incentiva a fazer experiências práticas para descobrir, do jeito dela, do que realmente gosta e qual é o seu talento.

Estou me guardando para quando o carnaval chegar (2019, dir. Marcelo Gomes, dur. 86 min).

Na cidade de Toritama, considerada um centro ativo do capitalismo local, mais de 20 milhões de jeans são produzidos anualmente em fábricas caseiras. Orgulhosos de serem os próprios chefes, os proprietários destas fábricas trabalham sem parar em todas as épocas do ano, exceto o carnaval: quando chega a semana de folga eles vendem tudo que acumularam e descansam em praias paradisíacas.

Eu, Daniel Blake (2016, dir. Ken Loach, dur. 101 min)

Após sofrer um ataque cardíaco e ser desaconselhado pelos médicos a retornar ao trabalho, Daniel Blake (Dave Johns) busca receber os benefícios concedidos pelo governo. Entretanto, ele esbarra na extrema burocracia instalada pelo governo, amplificada pelo fato dele ser um analfabeto digital. Numa de suas várias idas a departamentos governamentais, ele conhece Katie (Hayley Squires), a mãe solteira de duas crianças, que se mudou recentemente para a cidade e também não possui condições financeiras para se manter.

Frances Ha (2012, dir. Noah Baumbach, dur. 86 min).

Frances se aproxima dos 30 anos assolada pela falta de perspectivas. Ela é assistente em uma companhia de dança, mas não é boa o suficiente para se tornar bailarina. Mesmo diante das dificuldades, Frances tenta manter o alto astral diante dos problemas que a vida adulta traz.

Linha de Passe (2008, dir. Walter Salles e Daniela Thomas, dur. 108 min).

Reginaldo é um garoto que procura seu pai obsessivamente. Dario é um jovem que sonha em se tornar jogador de futebol. Dinho dedica-se à religião e ao trabalho de frentista de um posto de gasolina. Dênis enfrenta dificuldades em se manter como motoboy. Os quatro são irmãos e, em São Paulo, vivem com a mãe, Cleuza, que trabalha como empregada doméstica e está mais uma vez grávida.

O artista (2011, dir. Michel Hazanavicius, dur. 100 min).

Na Hollywood dos anos 20, George Valentin é uma das maiores estrelas do cinema mudo, participando de dezenas de aventuras ao lado de seu cão. Inveja de muitos homens, ele lentamente começa a se defrontar com o ostracismo após a invenção e chegada do cinema falado, que tem um desastroso efeito na vida do astro. Enquanto sua amiga Peppy Miller ganha notoriedade com essas mudanças, Valentin é cada vez mais relegado ao esquecimento.

O Corte (2004, dir. Costa-Gavras, dur. 122 min).

Bruno Davert é um executivo francês, que, após quinze anos de leais serviços prestados a uma fábrica de papel, é despedido com centenas de colegas e operários devido a cortes de despesas da empresa. Três anos depois, ele continua desempregado, o que o leva ao desespero. Decidido a recuperar sua posição no mercado de trabalho, o executivo arquiteta um plano mirabolante para lidar com seus prováveis concorrentes e conseguir um novo trabalho.

O emprego (2009, dir. Santiago Grasso, dur. 6 min).

O curta é ambientado por pessoas que trabalham na função de objetos do nosso cotidiano, enquanto

o personagem principal vive sua vida cotidiana de forma medíocre. A produção ataca frontalmente assuntos como alienação e exploração do trabalho.

[O mundo que ainda não — Juventude, Educação e Trabalho](#) (2020, dir. Tô no Rumo, dur. 17 '33 min). Em 2020, a juventude passou a enfrentar novos desafios, como a ausência das amizades, da escola e os afetos; ao mesmo tempo, teve que lidar com as mudanças econômicas e sociais. O filme aborda outras narrativas sobre juventude, educação e o mundo do trabalho neste outro cenário.

[Os 12 trabalhos](#) (2007, dir. Ricardo Elias, dur. 90 min).

Heracles é um jovem da periferia. Egresso de uma unidade de internação para jovens infratores, ele recebe ajuda do primo para se colocar no mercado de trabalho. A oportunidade é uma vaga de moto-boy, mas para conquistá-la o rapaz terá de realizar 12 tarefas (provas) ao longo de um dia. Heracles irá se deparar com diversos personagens e situações típicas de uma grande cidade.

[Você não estava aqui](#) (2018, dir. Ken Loach, dur. 101 min).

Após a crise financeira de 2008, Ricky e sua família se encontram em situação financeira precária. Ele decide adquirir uma pequena van, na intenção de trabalhar com entregas e ser seu próprio patrão, enquanto sua esposa luta para manter a profissão de cuidadora. No entanto, o trabalho informal não traz a recompensa prometida, e aos poucos os membros da família passam a ser jogados uns contra os outros. Em sua mais nova crônica da classe trabalhadora, Ken Loach traz uma dura crítica ao chamado “empreendedorismo”.

[7 prisioneiros](#) (2021, dir. Alexandre Moratto, dur. 93 min).

O jovem Mateus aceita trabalhar em um ferro velho em São Paulo na tentativa de dar uma vida melhor para sua família. Porém, ele e outros 6 jovens acabam sendo submetidos a trabalho em condições análogas à escravidão e precisam escolher entre continuar nessa situação ou arriscar o futuro de sua família.

[À margem do lixo](#) (2011, dir. Evaldo Mocarzel, dur. 84 min).

O documentário acompanha a rotina dos catadores de papel e materiais recicláveis na cidade de São Paulo. Transitando pela cidade, o filme mostra a articulação política da categoria, especialmente em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e a importância deles na preservação do meio ambiente.

[Fala tu](#) (2004, dir. Guilherme Coelho, dur. 74 min).

Macarrão, 33 anos, apontador do jogo do bicho, duas filhas, morador do morro do Zinco e torcedor do Fluminense. Toghum, 32 anos, vendedor de produtos esotéricos, budista e morador de Cavalcante. Combatente, 21 anos, moradora de Vigário Geral, frequentadora da Igreja do Santo Daime e operadora de telemarketing. Durante 9 meses, entre 2002 e 2003, uma equipe filmou o dia-a-dia destes três cariocas da Zona Norte, que batalham e sonham em fazer da sua música, o rap, o seu ganha-pão. O resultado é uma crônica composta pelo cotidiano, letras e dramas destas três personagens.

Peões (2004, dir. Eduardo Coutinho, dur. 85 min).

A história pessoal de trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC paulista que tomaram parte no movimento grevista de 1979 e 1980, mas permaneceram em relativo anonimato. Eles falam de suas origens, de sua participação no movimento e dos caminhos que suas vidas trilharam desde então. Exibem souvenirs das greves, recordam os sofrimentos e recompensas do trabalho nas fábricas, comentam o efeito da militância política no âmbito familiar, dão sua visão pessoal de Lula e dos rumos do país.

Pro dia nascer feliz (2006, dir. João Jardim, dur. 88 min).

As situações que o adolescente brasileiro enfrenta na escola, envolvendo preconceito, precariedade, violência e esperança, são temas do documentário. O diretor acompanha a vida de adolescentes de três estados brasileiros. De classes sociais distintas e com trajetórias bastante desiguais, eles falam de suas vidas na escola, de seus projetos e de suas inquietações.

Trabalhe muito, aposte alto (2011, dir. Carmen Losmann, dur. 90 min).

Este documentário examina a nova configuração do mercado de trabalho, preocupado em obter o máximo de rentabilidade e de eficiência de seus trabalhadores. O filme investiga as relações entre a motivação, a individualidade, a noção de desempenho e o papel das novas tecnologias nos empregos contemporâneos.



NA INTERNET

Brasil em preto e branco (2008, dir. Adam Stepan, dur. 44 min).

A produção segue a trajetória de cinco jovens que tentam entrar na concorrida Universidade de Brasília (UNB) e mostra o debate na sociedade brasileira em torno das polêmicas sobre as cotas que garantem vagas para negros. Fora da universidade, o documentário registra a história do grupo Educafro, fundado por Frei David, e visita o Congresso Nacional, onde a política está em discussão. Disponível em cinco trechos curtos no Youtube.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2P6kUq9BROY>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

Café com leite: água e azeite? (2007, dir. Guiomar Ramos, dur. 30 min).

O documentário apresenta uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil por meio de depoimentos de professores, estudantes, intelectuais, artistas, etc. A partir destes diferentes pontos de vista, são analisados os impactos deste mito na conformação da sociedade brasileira e nas percepções da população sobre a existência do racismo e da discriminação racial. Subdividido em cinco trechos curtos, o vídeo está disponível para download no Youtube.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=375sS13XAT0>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Nota de Corte (2011, dir. Bruno Bralfperr, dur. 18 min).

O documentário acompanha um jovem da periferia de São Paulo no dia em que vai prestar o vestibular e, a partir desta história, traz à tona questões relacionadas às desigualdades culturais, econômicas e educacionais que condicionam o acesso das/os jovens ao ensino superior. O vídeo está disponível para download no Youtube.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5bjienBw8BU>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Raça humana (2010, dir. Dulce Queiroz, dur. 41 min).

Para abordar o tema das cotas raciais nas universidades brasileiras, o documentário ouve alunos – cotistas e não cotistas –, professores, movimentos organizados e partidos políticos sobre o tema. A produção foi vencedora da categoria Documentário, na 32ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2010. O vídeo está integralmente disponível no Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=y_dbLLBPXLo&feature=related>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Sonho da universidade (2012, dir. Caco Barcellos, dur. 28 min).

Acesso ao ensino superior, qualidade nas universidades públicas e nas faculdades privadas, a conciliação entre trabalho e continuidade dos estudos, a desigualdade no acesso ao ensino superior. Estas são questões tratadas pela reportagem especial do Programa Profissão Repórter, da emissora Rede Globo. O vídeo está disponível no site G1.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/videos/t/programas/v/sonho-da-universidade-parte1/2012670/>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

LIVROS, ARTIGOS E TEXTOS

Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. CORROCHANO, Maria Carla et al. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

A partir de dados da PNAD, a publicação apresenta informações sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho. Tendo como referência a população de 14 até 29 anos e fazendo recortes de sexo e raça/cor, são analisadas questões como conciliação entre estudo e trabalho, salário, tipo de vínculo empregatício, etc.

Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2301/1/Jovens_trabalho_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Juventude e políticas sociais no Brasil. CASTRO, Jorge Abrahão et. al. (Orgs.) – Brasília: IPEA, 2009.

Reúne textos que abordam vários aspectos da vida de jovens brasileiros, fazendo uma análise sobre como as políticas sociais em curso no país afetam (ou não) a vida destes sujeitos. A inserção dos jovens no mercado de trabalho é uma das temáticas da publicação, a partir de artigo de Roberto Gonzalez, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Orientação profissional para as classes pobres. BOCK, Silvio Duarte. São Paulo: Cortez, 2010.

O autor busca estabelecer fundamentos teóricos e práticos para a conformação de caminhos capazes de construir uma prática de orientação profissional com sujeitos oriundos das camadas pobres. A hipótese do autor é de que é possível construir iniciativas capazes de apoiar a reflexão de pessoas de camada popular sobre suas possibilidades de escolha, bem como sobre o mundo do trabalho.

O que é trabalho. ALBORNOZ, Suzana. São Paulo: Brasiliense, 2004.

O livro tem como objetivo principal desmistificar todas as crenças populares a respeito da palavra: “trabalho”. Muitas vezes as pessoas exercem um trabalho, mas não têm noção do que ele realmente seja, e é isso que o livro trabalha ao longo dos capítulos.

Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica. BOCK, Silvio Duarte. São Paulo: Cortez, 2006.

O livro resulta da pesquisa de mestrado do autor, que realiza uma análise crítica dos pressupostos e princípios que historicamente balizam o debate e as iniciativas de orientação profissional em curso no Brasil. Num segundo momento, o autor apresenta princípios, referências e resultados de uma prática de orientação profissional ancorada numa perspectiva sócio-histórica de indivíduo e sociedade.



Pesquisa Inova Educação: leitura crítica sobre a proposta de reforma da educação dirigida à juventude paulista.

A Ação Educativa, em parceria com o GEPUD (Grupo Escola Pública e Democracia) e a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), desenvolveu a pesquisa Inova Educação: uma leitura crítica sobre a proposta de reforma da educação direcionada à juventude do estado de São Paulo.

Disponível em: <Pesquisa Inova Educação – Tô no Rumo (tonorumo.org.br)>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Relações Raciais na Escola: Indicadores da Qualidade na Educação (2013).

Os Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, são um instrumento que permite à comunidade escolar avaliar suas práticas, ao mesmo tempo em que descobre novos caminhos para a construção de uma educação com a marca da igualdade racial.

Disponível em: <Relações Raciais na Escola: Indicadores da Qualidade na Educação (2013) – Tô no Rumo (tonorumo.org.br)>. Acesso em: 15 mai. 2023.

USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. ALMEIDA, Wilson Mesquita de. – São Paulo: Editora Musa, FAPESP, 2009.

O estudo apresenta o resultado de pesquisa realizada com estudantes da USP e suas estratégias ao acesso e permanência como estudantes de uma das mais conceituadas universidades brasileiras. Com idades que variam entre 21 e 42 anos, todos eles são pertencentes dos segmentos populacionais com desvantagens socioeconômicas e oriundos de escolas públicas.

A cultura como campo de trabalho para a juventude: políticas, experiências e desafios. Ação Educativa (matéria). Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/a-cultura-como-campo-de-trabalho-para-a-juventudepoliticas-experiencias-e-desafios/>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SITES, BLOGS E AFINS

Tô No Rumo (<www.tonorumo.org.br>.)

O site é uma iniciativa da Ação Educativa para disseminar informações e debates sobre Educação,

Trabalho e Juventude. O espaço visa publicar conteúdos acessíveis para educadoras/es de espaços escolares e não escolares, e jovens – principalmente estudantes e ex-estudantes de escolas públicas de Ensino Médio – e também a dar espaço para que estes compartilhem seus pontos de vista e experiências.

Em Diálogo (<<http://www.emdiálogo.uff.br>>)

Foi criado para estimular o diálogo, articular parcerias e socializar conhecimentos e experiências que contribuam para a melhoria do Ensino Médio público. O portal é formado por comunidades temáticas, onde seus gestores publicam textos, fotos, vídeos ou áudios, que tratam de questões ou relatam experiências nesta etapa do ensino. Participam do espaço: estudantes, professores, pesquisadores, e demais interessados em contribuir para a construção de um Ensino Médio inclusivo e de qualidade.

ENEM (<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>>)

O Exame Nacional de Ensino Médio tem se constituído num dos principais mecanismos de seleção para vagas às universidades públicas brasileiras, principalmente às instituições federais de Ensino Superior. Junto com a avaliação socioeconômica, os resultados obtidos por moças e rapazes no exame também são considerados critérios para participação no Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo a jovens pobres que queiram estudar em instituições privadas de Ensino Superior. O site foi criado pelo governo federal com o intuito de esclarecer todas as dúvidas sobre a inscrição do Enem.

Guia de Auxílio à Escolha Profissional para Adolescentes e Jovens (<https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/publicacao_338.pdf>)

A Fundação Tide Setúbal, uma instituição não governamental que atua no campo da defesa dos direitos humanos na Zona Leste da cidade de São Paulo, elaborou um pequeno Guia voltado para jovens com o intuito de ajudá-los na tarefa de escolher a futura profissão, oferecendo dicas e informações. O material está disponível na rede para download.

Guia do Estudante (<<http://guiadoestudante.abril.com.br>>)

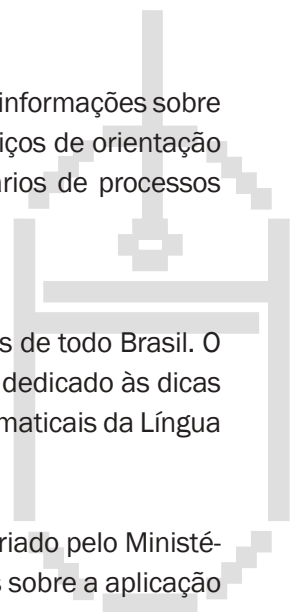
Apresenta conteúdos relacionados a cursos e profissões de nível superior, bem como informações sobre universidades, institutos e faculdades de todo o Brasil. O site oferece serviços de orientação profissional e mantém informações e notícias atualizadas sobre calendários de processos seletivos, resultados e gabaritos de provas, entre outros.



G1 Vestibular e Educação (<<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao>>)

Apresenta notícias sobre os processos seletivos e sobre o cotidiano de universidades de todo Brasil. O endereço conta com um Guia de Carreira e também com um espaço especialmente dedicado às dicas do professor, Sérgio Nogueira, para facilitar a escrita e a compreensão das regras gramaticais da Língua Portuguesa.

Lei de Cotas para o Ensino Superior (<<http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>>) Criado pelo Ministério da Educação, o site tem por objetivo apresentar informações e esclarecer dúvidas sobre a aplicação



da *Lei 12.711/2012*, que institui e regulamenta a adoção de cotas em todas as universidades e institutos federais.

Pronatec (<<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>>)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Informações sobre como participar da iniciativa, perfis e critérios de seleção, períodos e prazos de inscrição, entre outras, estão contidas no site.

ProUni (<<http://siteprouni.mec.gov.br>>)

Iniciativa do governo federal, o Programa Universidade Para Todos concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições educacionais privadas a estudantes oriundos de famílias de baixa renda. No site estão disponíveis todas as informações sobre o Programa: como funciona, perfil dos beneficiários, os critérios de seleção, vínculos com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prazos e datas, etc.

SISU (<<http://sisu.mec.gov.br>>)

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de Ensino Superior (especialmente as federais) oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). No site há explicações detalhadas de como funciona e de como se inscrever no sistema.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (<<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>)

Institutos, universidades tecnológicas, centros educacionais e escolas técnicas federais, oferecem cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. São mais de 350 instituições no país, que podem ser localizadas a partir de mapas e listas disponíveis neste portal.



A segunda edição do **Guia Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional** orienta para o desenvolvimento de um ciclo de oficinas a respeito da escolha, formação e inserção profissional de jovens. Ela é indicada para ser utilizada em espaços educativos, sobretudo nas escolas públicas de ensino médio, para trazer informações e proporcionar reflexões e diálogos sobre diferentes temas que afetam suas trajetórias de acesso à educação e ao trabalho.

A metodologia foi desenvolvida com base na questão: Como a escola de Ensino Médio pode oferecer apoio para a reflexão de jovens estudantes sobre seus caminhos de continuidade dos estudos e de inserção profissional?

Organizada em cinco seções, a publicação apresenta experiências de sala de aula, textos de apoio, sugestões de atividades, dicas de materiais que, esperamos, possam

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO

